



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
FARROUPILHA  
CAMPUS JAGUARI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL - PROFEPT**

**VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA**

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA  
RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA**

Jaguari, RS

2024

**VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA**

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA  
RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha campus Jaguari/ RS, como requisitos parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: Ricardo Antônio Rodrigues

Jaguari, RS

2024

Ficha catalográfica  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S243p Saraiva, Viviani Aparecida Sasso  
Percepção dos alunos do EJA sobre a importância da  
implementação de políticas de assistência estudantil e sua  
relação com a permanência e o êxito no IFFAR – campus São  
Borja / Viviani Aparecida Sasso Saraiva. – Jaguari, 2024.  
168 f. : il.

Orientador: Ricardo Antônio Rodrigues  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação  
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal  
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2024.

1. Assistência estudantil. 2. Educação de jovens e adultos.  
3. Cidadania. 4. Comunicação. 5. Política educacional – perma-  
nência e êxito escolar. I. Rodrigues, Ricardo Antônio, orient.  
II. Título.

CDU: 37.014

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

**VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA**

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA  
RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de maio de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RICARDO ANTONIO RODRIGUES**  
Data: 10/06/2024 14:49:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues**  
Instituto Federal Farroupilha  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA DA SILVA**  
Data: 10/06/2024 13:48:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Claudia Oliveira da Silva**  
Instituto Federal Farroupilha

**CAROLINA SALBEGO LISOWSKI:**  
01367248094

Assinado digitalmente por CAROLINA SALBEGO LISOWSKI:  
01367248094  
CNPJ: 088.05109/0001-01, O=C=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR PRATICA, CERTIFICACAO DIGITAL, OU=Presencial, OU=14911562000100, CN=CAROLINA SALBEGO LISOWSKI:  
01367248094  
Razão: Este é o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2024.06.10 10:16:12-0300  
Font Reader Versão: 10.1.1

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Salbego Lisowski**  
Faculdade Palotina de Santa Maria

**VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA**

**ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL - DIÁLOGOS CONSTRUTIVOS E SABERES, A  
PARTIR DO AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
ENQUANTO PRÁXIS DA CIDADANIA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de maio de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **RICARDO ANTONIO RODRIGUES**  
Data: 10/06/2024 14:51:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues**  
Instituto Federal Farroupilha  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA DA SILVA**  
Data: 10/06/2024 13:48:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Claudia Oliveira da Silva**  
Instituto Federal Farroupilha  
**CAROLINA SALBEGO LISOWSKI:**  
01367248094

Assinado digitalmente por CAROLINA SALBEGO LISOWSKI:  
01367248094  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3, ou=VALID, ou=AR PRATICA CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=14911562000100, cn=CAROLINA SALBEGO LISOWSKI, o1367248094  
Raiz: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2024.06.10 10:16:39-0300  
Email: Roubler\_Versão: 10.1.1

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Salbego Lisowski**  
Faculdade Palotina de Santa Maria

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, e a minha querida família, em especial ao meu filho, Vincenzo Saraiva Landarin, o qual admiro e a quem dedico o resultado do esforço realizado durante todo o percurso, pois acredito que o exemplo diz muito mais sobre o que somos do que sobre o que falamos.

## **AGRADECIMENTOS**

Nestes dois anos de Mestrado, pude perceber a minha evolução como pessoa, como pesquisadora, como servidora e cidadã. O fato de poder manifestar gratidão a todos que fizeram parte deste processo enche meu coração de alegria. Contudo, escrever um agradecimento não é uma tarefa fácil, pois muitas vezes deixamos de nomear pessoas que, de uma forma ou de outra, nos deram o suporte para que pudéssemos vencer esta etapa.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, sem hesitar, pois, durante toda a caminhada Ele esteve comigo e me guiou nos momentos mais difíceis, que não foram poucos.

À minha família, que compreendeu minhas ausências em muitos momentos e que contribuiu para a concretização deste sonho que por muito tempo estava adormecido.

À minha mãe, Vânia Maria e ao meu pai José, exemplos de amor, dedicação e persistência em tudo que fazem; ao meu esposo Lúcio Landarin e meu filho Vincenzo Saraiva Landarin, que formam meu suporte e afago em dias turbulentos; meus irmãos Marcos, Mateus e Arnaldo, homens de garra, trabalhadores e estudiosos, exemplos a serem seguidos. Teria muito a agradecer à minha família, pois devo a eles tudo o que sou hoje. Vejo traços dos exemplos dados, os quais também quero passar para meu filho, pois fizeram me tornar a mulher que sou hoje. Por isso, expresso aqui, em palavras sinceras, a minha gratidão pelo apoio e estímulo. Obrigada por sempre desejarem o melhor pra mim, por tudo que sou e tudo que consegui conquistar, tendo a certeza de poder contar com o apoio de vocês em toda a caminhada e em qualquer rota que viesse escolher.

Minha gratidão especial ao Prof. Ricardo Antônio Rodrigues, meu orientador e, sobretudo, querido amigo, por toda a atenção despendida à minha pessoa. Obrigada por me ajudar nos mais diversos momentos, deixando de lado, muitas vezes, seu momento de descanso. Ainda, o mais importante, ter acreditado em mim, ter depositado a sua confiança em meu trabalho como pesquisadora. Isso é algo que me enche de orgulho, pois o admiro muito. Sem suas palavras sábias e reconfortantes, sua amizade e seu apoio, nada disso seria possível.

Quero agradecer aos meus colegas da turma 5 do ProfEPT, pessoas que irei levar para toda a vida, obrigada pelas risadas, pelos momentos de apoio, pela

motivação de estarmos juntos, mesmo no cansaço de dias exaustivos. Criamos muitas memórias, as quais irei guardar com carinho.

Agradeço também às professoras da Banca de Qualificação e Defesa do Mestrado, a Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Cláudia de Oliveira da Silva e a Prof<sup>a</sup> Dra. Carolina Salbego Lisowski pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento deste projeto.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial ao corpo de professores do Mestrado do ProfEpt - Campus Jaguari, pois possuem em suas veias a educação como propósito para além dos conteúdos; uma visão da força que a educação tem como possibilidade de mudar vidas.

Também a coordenação do Curso do ProfEPT, na pessoa da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Taniamara Vizzotto Chaves, sou grata por tudo o que fizeste, pelo seu amor e dedicação a nós alunos, exemplo que nos motiva e ao mesmo tempo nos faz esperar por uma educação capaz de promover transformações.

Meu muito obrigada a todos, pois a minha chegada até aqui tem a participação e colaboração de várias pessoas. Ratifico que não fiz nada sozinha. Ao Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja o qual me foi solicito em todos os momentos.

Enfim, quero agradecer aos alunos da EJA, pessoas encantadoras, cheias de histórias e marcas de experiências vividas, sedentos por atenção e um pouco de escuta. Suas participações foram valiosas em minha pesquisa e despertaram em mim a vontade de continuar por este caminho, colaborando com os alunos da EJA/EPT. E, sim, transformar vidas através da educação, tendo a dialogicidade como ferramenta. Eis que será o meu propósito em forma de gratidão.

## RESUMO

A Assistência Estudantil tem um papel muito importante dentro do Instituto Federal Farroupilha, considerando sua missão de contribuir para a formação *omnilateral*. Ciente de que sua finalidade visa minimizar as desigualdades sociais, e, assim, democratizar o ensino na Educação Profissional e Tecnológica, ela garante a permanência e o êxito dos discentes. O interesse surgiu a partir de observações feitas como servidora no cargo de Assistente de Alunos na referida instituição e por acreditar que a educação transforma vidas. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo avaliar a percepção dos alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), quanto ao auxílio-permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e a sua permanência e êxito escolar. A partir do problema: Será que os discentes do EJA/EPT têm a percepção do auxílio-permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e a sua permanência e êxito escolar? Para alcançarmos o objetivo proposto e responder ao problema, a metodologia que utilizamos é de cunho qualitativo, com fins exploratórios/descritivos. Coletamos dados junto à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e ao setor de Registros Acadêmicos (SRA) através da análise documental. Ainda, aplicamos um questionário contendo doze questões abertas e fechadas, bem como utilizamos a técnica de entrevista com grupo focal para reunir e analisar as informações. Com base na análise dos dados obtidos, desenvolvemos um Produto Educacional, em que optou-se pelo Grupo Focal a partir das demandas dos alunos. O intuito é auxiliar a CAE, a gestão e profissionais envolvidos com a educação de jovens e adultos, além de colaborar com medidas mais assertivas no que se refere à comunicação e que contribua para a permanência e êxito escolar. Como resultado dessa pesquisa, os alunos pontuaram a necessidade de uma maior comunicação entre a Assistência Estudantil e as turmas. Concluímos que os alunos da EJA/EPT utilizam o celular como meio de comunicação, mas nem todos sabem utilizá-lo. O acesso à internet aparece como empecilho, pois não são todos que o possuem. Observamos um percentual de 50% (cinquenta) que está há mais de 15 (quinze) anos longe da escola, em maioria pertencente ao público feminino. Outro dado significativo é a necessidade de uma comunicação mais próxima dos alunos, estratégia que pode favorecer as soluções de alguns problemas apontados por eles.

**Palavras-chave:** Cidadania; Tecnologia; Comunicação; EJA/EPT; Permanência e Êxito.

## ABSTRACT

Student Assistance has a very important role within the Farroupilha Federal Institute, considering its mission to contribute to omnilateral training. Aware that its purpose is to minimize social inequalities, and thus democratize teaching in Professional and Technological Education, it guarantees the permanence and success of students. The interest arose from observations made as a student assistant at that institution and from the belief that education transforms lives. In this sense, the present study aimed to evaluate the perception of students from the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA), regarding the permanence allowance provided by IFFAR Student Assistance - Campus São Borja, as a possibility of contributing to the formation of citizenship and its permanence and academic success. Based on the problem: Do EJA/EPT students perceive the permanence aid provided by IFFAR Student Assistance - Campus São Borja as a possibility of contributing to the formation of citizenship and their permanence and academic success? To achieve the proposed objective and respond to the problem, the methodology we use is qualitative, with exploratory/descriptive purposes. We collected data from the Student Assistance Coordination (CAE) and the Academic Records sector (SRA) through document analysis. Furthermore, we applied a questionnaire containing twelve open and closed questions, as well as using the focus group interview technique to gather and analyze the information. Based on the analysis of the data obtained, we developed an Educational Product, in which the Focus Group was chosen based on the students' demands. The aim is to assist CAE, management and professionals involved in the education of young people and adults, in addition to collaborating with more assertive measures regarding communication that contribute to school retention and success. As a result of this research, students highlighted the need for greater communication between Student Assistance and the classes. We concluded that EJA/EPT students use cell phones as a means of communication, but not everyone knows how to use it. Access to the internet appears to be an obstacle, as not everyone has it. We observed a percentage of 50% (fifty) who have been away from school for more than 15 (fifteen) years, the majority of whom are female. Another significant fact is the need for closer communication between students, a strategy that can favor solutions to some problems they point out.

**Keywords:** Citizenship; Technology; Communication; EJA/EPT; Permanence and Success.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação das relações entre as categorias .....	53
Figura 2 – Pesquisa do IBGE - quadro representativo do uso das tecnologias .....	58
Figura 3 – Equipamentos utilizados por estudantes e finalidade .....	59
Figura 4 – Motivos da não utilização da Internet - Zona Urbana/ Zona Rural .....	60
Figura 5 – Imagem aérea do Campus São Borja .....	71
Figura 6 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando .....	75
Figura 7 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando .....	78
Figura 8 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando .....	80
Figura 9 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>IDADE</b> dos Alunos <b>1º ANO</b> .....	82
Figura 10 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>IDADE</b> dos Alunos <b>2º ANO</b> .....	82
Figura 11 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>IDADE</b> dos Alunos <b>3º ANO</b> .....	83
Figura 12 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>IDADE</b> dos Alunos do Curso <b>da EJA/EPT</b> .....	83
Figura 13 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>PROFISSÃO</b> dos Alunos <b>1º ANO</b> ....	85
Figura 14 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>PROFISSÃO</b> dos Alunos <b>2º ANO</b> ....	85
Figura 15 – Curso Técnico em Gastronomia - <b>PROFISSÃO</b> dos Alunos <b>3º ANO</b> ....	86
Figura 16 – Curso Técnico em Gastronomia - EJA/EPT- Campus São Borja.....	86
Figura 17 – Curso Técnico em Gastronomia - SEXO dos Alunos EJA/EPT .....	87
Figura 18 – Curso Técnico em Gastronomia da EJA/EPT - Tempo sem estudar.....	91
Figura 19 – Qual o motivo que o afastou dos estudos? .....	92
Figura 20 – Estimativa de renda familiar mensal .....	93
Figura 21 – Quais os meios digitais que você utiliza ou tem acesso para se comunicar? .....	94
Figura 22 – Você conhece a Assistência Estudantil do Campus São Borja?.....	95
Figura 23 – Conhece o Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil? ..	96
Figura 24 – Participou em algum momento do processo do Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil? .....	96
Figura 25 – O Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil, no seu entendimento, é um fator que colabora para a permanência do estudante na Instituição? .....	99

Figura 26 – Descreva algumas ações que poderiam ser propostas pela Assistência Estudantil que poderiam contribuir e ser mais eficientes na comunicação do Edital do auxílio permanência com os estudantes ....	100
Figura 27 – Formulário de Avaliação enviado ao 3º Ano .....	127

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alunos do 1º Ano da EJA Campus São Borja .....	74
Quadro 2 – Alunos do 2º Ano da EJA Campus São Borja .....	78
Quadro 3 – Alunos do 3º Ano da EJA Campus São Borja .....	79
Quadro 4 – Respostas pergunta 2 .....	90
Quadro 5 – Respostas Estimativa da Renda Familiar Mensal .....	92
Quadro 6 – Respostas da pergunta: Se “sim”, encontrou alguma dificuldade? Qual? .....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CODIR	Colegiado de Dirigentes
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSUP	Conselho Superior
EJA/EPT	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SRA	Setor de Registros Acadêmicos
TCLE	Termo de compromisso livre e esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
2.1	O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO.....	21
2.2	UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
2.3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.....	25
<b>2.3.1</b>	<b>O Curso da EJA/ EPT do Campus São Borja.....</b>	<b>27</b>
2.4	O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A CIDADANIA .....	28
<b>2.4.1</b>	<b>A importância do estudo da cidadania em sala de aula .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Qual cidadania buscamos, e por qual estamos lutando? .....</b>	<b>38</b>
<b>2.4.3</b>	<b>Que competências podem contribuir para desenvolver cidadãos plenos? .....</b>	<b>41</b>
2.5	O SENTIDO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA PROMOÇÃO HUMANA...44	
<b>2.5.1</b>	<b>A comunicação e o outro .....</b>	<b>48</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Relação entre educação, comunicação e cidadania.....</b>	<b>50</b>
<b>2.5.3</b>	<b>A educação como promoção do desenvolvimento humano através da comunicação .....</b>	<b>54</b>
2.6	EDUCAÇÃO E O USO DA TECNOLOGIA .....	55
<b>2.6.1</b>	<b>As políticas de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica.....</b>	<b>61</b>
<b>3</b>	<b>CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>66</b>
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	70
3.2	CENÁRIO DO ESTUDO .....	70
3.3	PARTICIPANTES DO ESTUDO .....	72
3.4	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	72
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>74</b>
4.1	COLETA DE DADOS .....	74
4.2	CONHECENDO OS ESTUDANTES - QUESTIONÁRIO .....	80
4.3	GRUPO FOCAL.....	101
<b>4.3.1</b>	<b>Cidadania à luz da compreensão dos alunos.....</b>	<b>102</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Percepção dos alunos quanto à Assistência Estudantil e ao Auxílio Permanência.....</b>	<b>109</b>

4.3.3	A Assistência Estudantil, os editais e as tecnologias .....	111
5	PRODUTO EDUCACIONAL.....	119
5.1	ENTENDA O PORQUÊ DO GRUPO FOCAL PARA A EJA.....	121
5.2	DESCRIÇÃO DO PRODUTO .....	123
5.3	AValiação E RESULTADOS .....	125
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS .....	133
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....	140
	APÊNDICE B – ROTEIRO GRUPO FOCAL (PILOTO).....	143
	APÊNDICE C – PRODUTO .....	146
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	162
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA O QUESTIONÁRIO .....	163
	ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA O GRUPO FOCAL .....	166
	ANEXO D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS (TCD) .....	168

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do ser humano tem na educação seu alicerce, o qual envolve outros aspectos que perpassam (no sentido de “ultrapassar”) os conteúdos em sala de aula. Sendo assim, para que tal desenvolvimento ocorra integralmente nos indivíduos, até mesmo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece-o como sendo um dever da família e do Estado, tendo como inspiração os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. Ainda, em seu inciso III, fala do aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Tendo consciência de seu papel na contribuição da formação dos indivíduos e, ciente de que os discentes enfrentam adversidades que vão além da sala de aula, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) implementou uma Política de Assistência Estudantil em 2012, com o objetivo de cumprir sua missão no fomento da permanência e do êxito escolares, possuindo uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) em cada Campus do IFFar, que visa atender às referidas demandas. Dessa forma, oferece educação básica, profissional e superior, direcionando suas atividades e ações de forma a oferecer serviços que possibilitem a ampliação do acesso à educação e a permanência dos estudantes nos *Campi*.

A presente pesquisa faz parte do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha - campus Jaguarí. Está vinculada à linha 1, de práticas educativas em educação profissional e tecnológica (EPT), no macroprojeto 2, de inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT. O objetivo geral proposto pela pesquisa buscou avaliar, à luz das bases legais e conceituais da EPT, a percepção do IFFAR – Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e sua permanência e êxito escolar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Adotaremos no presente estudo a nomenclatura dada ao PROEJA durante o 1º Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos da Rede Federal, realizada nos dias 21 e 23 de maio de 2018, no Instituto Federal de Goiás. No encontro ficou acordado que o PROEJA passaria a ser chamado de EJA/ EPT, devido à necessidade de reforçar a Educação de Jovens e Adultos como Integrante à Educação Profissional e Tecnológica. Acordou-se ainda que a nomenclatura PROEJA será aceita por estar presente em muitos documentos vigentes. O que foi explicitado é que “[...] a diferença está na conceituação da Educação de Jovens e Adultos como política pública ou como um programa

Assim, a busca por uma sociedade mais igualitária, na qual as pessoas consigam ter acesso aos seus direitos, passa a ser uma busca constante que perpassa inclusive o sistema educacional. A oportunidade de mitigar as desigualdades no intuito da permanência e êxito escolar dos alunos e alunas do EJA/EPT, que estão, em sua maioria, em vulnerabilidade social, está atrelada aos princípios fundantes dos Institutos Federais, que trazem essa premissa em suas bases. Diante disso, trazemos a Assistência Estudantil (AE), que já foi tema de muitos debates e que justifica o presente estudo. Ainda, sua relevância vem ao encontro de ratificar sua efetividade dentro do Instituto Federal Farroupilha.

A AE através de suas ações busca promover estímulos à permanência dos alunos. Na Resolução do CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014, traz a perspectiva da permanência e êxito no sentido de manter o vínculo dos estudantes com a instituição, buscando atender as variadas necessidades dos estudantes. De modo que, para se alcançar a permanência e o êxitos dos alunos, a instituição precisa detectar as possíveis questões que podem gerar o risco de evasão ou o abandono escolar.<sup>2</sup>

Ao avaliar a percepção dos discentes da EJA/EPT quanto à possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e a sua permanência e êxito escolar a partir do acesso às políticas de incentivo à permanência, à luz das bases legais e conceituais da EPT, permitiu-nos detectar as fragilidades presentes na comunicação entre a Assistência Estudantil e os alunos. Através do diálogo com os alunos, podemos detectar as necessidades apontadas por eles, tendo sido a comunicação mais próxima a primeira a ser indicada.

Sabemos que os editais são burocráticos. Contudo, entender que o Auxílio Permanência faz parte de seus direitos como cidadãos e que cabe ao aluno o dever de buscar, bem como questionar e propor alternativas para superar as dificuldades, também faz parte do processo educativo para a construção de cidadãos atuantes. Tendo a comunicação como ferramenta para alcançar as melhorias no processo,

---

governamental". Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/130-ifg/campus/cidade-de-goias/noticias-campus-cidade-degoias/8449-encontro-nacional-da-eja-aprova-proposicoes-para-efetivar-acesso-permanencia-eexito-dos-estudantes>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>2</sup> A Resolução do CONSUP nº 178 de 2014 traz as conceituações de evasão, considerando-a como interrupção de um determinado curso podendo ser relacionado a vários fatores. Já a retenção refere-se ao não cumprimento dos componentes curriculares do curso no período definido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

aproximando o ideal do real através da escuta e interação com os discentes e os usuários das referidas políticas.

Desse modo, se faz relevante compreender o papel que as políticas advindas da AE possuem, pois, auxiliam nas mais diversas despesas dos discentes, sendo determinante para sua permanência e continuidade dos estudos. Dentre as políticas ofertadas pela AE destacamos o auxílio permanência, foco deste estudo, porque detém uma função importante, a de minimizar as desigualdades sociais dos estudantes, contribuindo para reduzir a evasão escolar causada pela vulnerabilidade social.

Cabe ressaltar que a CAE tem um compromisso que perpassa outros aspectos, como o desenvolvimento social, cultural e de lazer dos seus discentes. Dessa forma, direcionamos os estudos a uma das políticas ofertadas pela AE que possibilita a participação do edital de seleção a todos os discentes, observando apenas critérios como: se o discente está devidamente matriculado; seu grau de vulnerabilidade; sua assiduidade nas atividades do curso; sua frequência mínima de 75% e se há recursos financeiros disponíveis para os participantes do referido edital. A intenção é contribuir para a permanência e o êxito escolar dos discentes, mitigando as desigualdades.

A política pública em questão ofertada pelo CAE é conhecida institucionalmente como auxílio permanência. Cabe destacar que na reunião do Conselho Superior (Consup)<sup>3</sup>, no dia 19 de julho de 2022, dentre os assuntos que foram tratados, um deles foi a unificação do auxílio transporte ao permanência, através da Resolução CONSUP nº 26, de 2022, que transformou os dois em um único auxílio. Assim, foi possível rever a tabela de valores financeiros pagos aos discentes e estruturar o processo de seleção em apenas um edital.

O auxílio permanência visa abrandar as desigualdades sociais, tendo como possibilidade de permanência e êxito dos discentes, sendo este, evidenciado nos documentos institucionais acima citados. Há a necessidade de torná-lo conhecido pelos alunos, principalmente por aqueles mais vulneráveis. Entretanto, não é

---

<sup>3</sup> O Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR), de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição, suas competências e seu funcionamento definidos nos seguintes documentos institucionais: Estatuto do IFFar (Resolução Consup nº 186/2014), Regimento Geral do IFFar (Resolução Consup nº 22/2016) e Regulamento do Consup (Resolução Consup nº 004/2019). Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/conselho-superior/inicio>. Acesso em: 06 jan. 2023.

suficiente somente conhecê-lo, mas também entendê-lo como direito e possibilidade contributiva para que os estudantes mantenham seus estudos.

A Educação Profissional Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Farroupilha, através das políticas educacionais da AE, tem um projeto de formação humana integral, assumida no Decreto 5.154/04. Os compromissos firmados permitem a aproximação do campo educacional com outros que se ocupam de questões específicas dos sujeitos e dos lugares de construção de sua existência.

A EPT pensa suas estratégias educacionais baseadas na compreensão do papel da educação como meio de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Promove assim, a inclusão e a construção de indivíduos autônomos e cientes de seu papel na sociedade.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivos específicos: resgatar o sentido e o papel da Assistência Estudantil à luz de suas bases legais e conceituais, na intenção de aprimorar as ações de apoio referentes ao auxílio permanência; analisar os processos e estratégias de Comunicação com o Público Interno para averiguar a efetividade dos serviços e ações da Assistência Estudantil como possibilidade de construção de saberes, visando, através do auxílio permanência a compreensão da cidadania pelos discentes do EJA; problematizar, à luz do entendimento e percepção dos sujeitos envolvidos nos processos, a eficiência e a eficácia da comunicação em editais de auxílios ofertados pela Assistência Estudantil, visando o acesso, a permanência e o êxito dos discentes, bem como a possibilidade de garantia de seus direitos como cidadãos; enfim, produzir um Produto Educacional a partir das informações adquiridas através dos questionários e dos encontros de Grupo Focal com os discentes do EJA/EPT do IFFar Campus São Borja.

Dessa forma, o fato dos discentes do EJA/EPT compreenderem o que é a cidadania na forma de solicitar seus direitos dentro da CAE, através da promoção do auxílio permanência, evidencia o problema que se quer responder através da presente investigação: Será que os discentes do EJA/EPT têm a percepção do auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, para a permanência e êxito escolar?

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No ano de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia foi criado pela lei 11.892, de 29 de dezembro do referido ano, como o objetivo de instituir uma nova política educacional brasileira, que fosse de qualidade, gratuita e organizada para atender as necessidades da sociedade, desenvolvendo ciência e tecnologia por meio de ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, Gramsci (2001, p. 39) tem papel importante nas discussões acerca dos Institutos, assim como na motivação para suas criações, pois acreditava na possibilidade de numa Escola Unitária, uma escola na qual todos pudessem se desenvolver intelectualmente sem distinções por classes sociais, desenvolvendo as mais diversas habilidades, oportunizando assim, novas perspectivas de vida aos indivíduos e, até mesmo, na sociedade através da verticalização dos estudos.

A proposta apresentada por Gramsci se refere a um aprendizado que envolve métodos criativos levando em consideração a vida e a ciência, pois o autor acreditava que esse desenvolvimento não devesse ser algo exclusivo das universidades ou ser aprendidos na “vida prática”. Essa educação, segundo ele, deve ser capaz de desenvolver a autonomia nos indivíduos; ser uma “escola criadora”.

Sendo assim, a lei de criação dos Institutos trouxe um marco ao instituir a EPT com o acesso fortemente empenhado em alunos de realidades diversas e, dessa forma, proporcionar a ampliação da integração e verticalização da educação básica à profissional e superior no país.

O ensino técnico trouxe, em suas concepções, o compromisso com o desenvolvimento de seus discentes de forma integral, ofertando uma educação profissional e tecnológica que atenda aos interesses públicos, que seja de qualidade, justa e democrática, alicerçada em uma política pedagógica voltada para o desenvolvimento e formação de indivíduos capazes de produzir e socializar os conhecimentos na intenção de modificar a realidade, preparando-os para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, os Institutos Federais exercem uma função social muito importante, pois visam romper a educação classista, dualista e excludente, oportunizando o desenvolvimento da consciência cidadã dos seus discentes, tendo o trabalho como princípio educativo em sua base fundamental.

## 2.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A relação entre o trabalho e a formação humana ocorre a anos, de modo que, para Fonte (2018, p. 10), viver é produzir as condições e os meios para existir [...], de modo que a ação tipicamente humana de produzir a vida chama-se trabalho.

Temos então que o viver humano está diretamente relacionado a produzir para atendermos às suas necessidades. Somos diferentes dos animais, pois eles se relacionam com a natureza a partir de seus fatores biológico-hereditários. Por esta razão, não acumulam; transmitem, sequer melhoram suas aprendizagens com o passar das gerações. Em contrapartida,

[...] o ser humano não nasce humano, ele faz-se humano; e o formar-se humano de cada um nunca esgota as possibilidades de humanizar-se já existentes na história humana ou passíveis de serem criadas (Fonte, 2018, p. 10).

A ação feita pelo homem, a qual transforma a natureza através do seu trabalho, envolve uma ação criadora e criativa. O processo através do qual ele age modificando a natureza faz com que ele crie uma natureza humanizada. Contudo, podemos dizer que ele não o faz sozinho. Por isso, o trabalho envolve a relação entre a natureza e os outros humanos. As transformações na natureza pelo homem acarretam nele próprio transformações, as quais criam faculdades e capacidades que não existiam anteriormente (Fonte, 2018, p. 11).

Entendermos essa relação nos permitirá compreender o trabalho como princípio educativo, pois somos parte da natureza e dependemos dela para nossa sobrevivência. A ação do trabalho exercido pelos seres humanos transforma a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e educativo.

Freire, contribui dizendo que:

A compreensão do processo do trabalho, do ato produtivo em sua complexidade, da maneira como se organiza e desenvolve a produção, a necessidade de uma formação técnica do trabalhador, formação, porém, que não se esgote num especialismo estreito e alienante; a compreensão da cultura e do seu papel, tanto no processo de libertação quanto no da reconstrução nacional; o problema da identidade cultural, cuja defesa não deve significar a rejeição ingênua à contribuição de outras culturas, tudo isso são temas fundamentais (Freire, 2017, p. 24-25).

Nossa perspectiva da pesquisa tem o trabalho como princípio educativo e suas implicações através de processos formativos intencionais, em que há a ação humana criativa e criadora. Nele o ser humano é visto como agente de sua história e de seu fazer-se. É apenas com a intenção de deixar claro para nosso leitor o que vem a ser o trabalho como princípio educativo que trouxemos aqui o conceito apresentado por (Fonte, 2018). Não aprofundaremos a discussão acerca da concepção do trabalho, enquanto alienante e torturante, mesmo este sendo presente na filosofia antiga e medieval. Tomaremos por base os preceitos fundantes dos Institutos Federais, que tomam um caminho diverso dessa concepção.

Estamos cientes que, apesar de não tratarmos essa concepção de trabalho, ela ainda persiste nos dias de hoje e precisa ser mudada, levando-nos à experiência do trabalho como caminho para a autoprodução e autoconstrução. Para tal ele deve estar presente na formação escolar como tema e perspectiva de compreensão, explicação e transformação de todo e qualquer contexto.

## 2.2 UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Primeiramente, vamos compreender o que é a educação de jovens e adultos (EJA), pois são eles que compõem o público a quem destinamos este estudo. As estatísticas nacionais não deixam dúvidas sobre os desafios enfrentados pelo país para assegurar a educação de todos, em especial daqueles que tiveram seus direitos violados quando crianças ou adolescentes ao longo da história. Essa modalidade de ensino foi criada pelo governo com a intenção de mitigar as desigualdades sociais daqueles que não tiveram as mesmas oportunidades de continuar seus estudos na idade escolar, legalmente entendida como adequada.

Traçar a trajetória histórica da EJA e seus marcos não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se fala em normatização no campo da educação. Assim nos diz Machado (2016, p. 431), pois nos apresenta reflexões sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394 de 1996, de como ela se deu. Trazendo reflexões quanto à trajetória, se ela foi de maneira consciente e crítica ou foi algo ocasional e dissociado. Essa constatação torna-se importante para entender as alterações feitas no texto da lei, que acarretaram, segundo a autora, a perda da identidade da modalidade EJA.

As questões que envolvem a descontinuidade dos estudos são muitas, mas, em algum momento, se relacionam a problemas socioeconômicos. Sendo assim, a

EJA oferta, como o nome diz, uma educação para jovens e adultos que foram marginalizados pelo sistema educacional formal. E, após um tempo longe dos estudos, buscam na educação uma possibilidade de melhoria de suas condições de vida. Quando nos referimos a sistema, queremos abranger tanto o sistema educacional, quanto o social<sup>4</sup> em que esses indivíduos se encontram inseridos e que historicamente apresentam desigualdades.

Os marcos legais que norteiam a história da EJA no Brasil têm início com a Constituição Federal de 1988, prevendo a educação como direito de todos e sendo um dever do Estado e da família. Ainda destaca que terá a colaboração da sociedade para o desenvolvimento pleno dos indivíduos e seu preparo para exercer a cidadania e qualificarem-se para o trabalho, de modo que a Educação no Brasil é regulamentada por meio de lei, sendo direito de todos independentemente da idade.

Através das leituras, outros marcos foram aparecendo, tais como: Plano Nacional de Educação de 2001; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2007), Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (1971); Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971; Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que trata do Plano Nacional de Educação (2001); a Lei 5.379 de 1967.

A educação de jovens e adultos não se limita à educação básica, podendo estar também vinculada à educação profissional. Dessa forma, cria maiores possibilidades de inserção no mundo produtivo e de desenvolvimento como um todo. A lei Federal nº. 11.741, de 2008, alterou os dispositivos da lei de Diretrizes e bases Nacionais da educação LDB 9.394/96, estabelecendo novo redimensionamento, institucionalização e integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional e tecnológica, assim de fato proporcionando caminhos para a emancipação da classe trabalhadora.

A Lei 9.394/96 traz o que vem a ser educação básica, em relação a qual os entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, a cada um deles possui uma competência em organizar seu sistema de ensino, cabendo, ainda, à

---

<sup>4</sup> Ricardo Antunes traz em seu livro, **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 1999, a significação de metabolismo social e seus princípios constitutivos do sistema societal. Para isso, o autor aponta dois princípios: 1) Que o sentido da sociedade seja voltado exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais; 2) Que o exercício do trabalho se torne sinônimo de autoatividade, atividade livre, baseada no tempo disponível. Para definir a hegemonia presente subordinada ao capital.

União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas. A Educação Básica, possui incumbências que, cabe destacar, estão prescritas na LDB aos Estados e ao Distrito Federal. Cabe assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem. Ao Distrito Federal e aos Municípios cabe oferecer a Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental.

Todas essas legislações contribuíram de alguma forma com a EJA. Contudo, mesmo tendo progredido em questão de garantia de direitos através das leis, ainda podemos dizer que a finalidade principal não foi atingida, pois, se até os dias de hoje há demanda de alunos para a EJA, a igualdade de direito de estudar e concluir os estudos na idade apropriada ainda não foi conquistada de forma democrática.

Não queremos entrar no mérito da questão, apenas trazer reflexões, caso ainda haja quem acredite em igualdade de direitos, no que tange a EJA. Assim, não iremos nos debruçar sobre estas leis, mas referenciá-las aqui, uma vez que tiveram grande importância na história, auxiliando na compreensão da modalidade da educação de jovens e adultos e suas diferentes fases.

Dessa forma, o papel que a EJA exerce é muito importante no que diz respeito ao viés social como elemento constituinte da educação nacional. Uma vez que as relações são de cunho político ou social nos mais distintos momentos histórico político-administrativos do País. Freire (1967) contextualiza em sua obra as condições em que o Brasil surgiu e se desenvolveu, apresentando perspectivas no que diz respeito à democracia, trazendo aspectos marcantes como a nossa colonização, sendo ela predominantemente exploratória e de dominação.

Paulo Freire (1993a) nos presenteia com consideráveis contribuições ao debate com a introdução de sua pedagogia, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento educacional deva acontecer contextualizado às necessidades das pessoas educadas “com” elas e não “para” elas. Percebe-se nas ideias de Freire a implantação de uma pedagogia dialógica e contextual, que faz o aluno refletir sobre seu papel social, sua capacidade de mudar a si mesmo e mudar a realidade social (leitura de mundo), que imputa a pobreza e a exclusão e o usufruto de bens social.

Essa realidade se faz presente nas turmas da EJA trazendo um alerta quanto à importância de considerar o perfil dos alunos nas práticas educativas em que estejam envolvidos. Freire (1993a) sempre enfatizou a necessidade de sabermos

quem são os sujeitos da EJA, para assim promovermos o desenvolvimento de seus saberes e práticas como ferramenta para ajudarmos a posicionarem-se no mundo.

Podemos compreender as funções presentes na EJA, sendo a principal delas a de reparação, podendo ser entendida como uma oportunidade concreta de jovens e adultos voltarem à escola. Outrossim a função equalizadora, que visa à igualdade de oportunidades para todos e, por fim, a função permanente, que se encaixa no propósito de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida.

### 2.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

Contextualizado o surgimento da EJA, vamos entender como ela se deu no IFFar. O processo da expansão da Educação Profissional e Tecnológica teve em sua constituição muitas finalidades, dentre elas, ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, na intenção de propiciar o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ainda, nesse sentido, objetivou-se democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de qualificação profissional para regiões distantes dos grandes centros.

Dito isso, o Instituto Federal Farroupilha tem em seu ensino a integração de uma formação geral, com princípios humanistas, partindo dos contextos regionais, através de uma formação voltada para o trabalho. Sendo assim, oferece Cursos de Formação Inicial Continuada; Educação Básica Integrada à Educação Profissional; EJA; Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Graduação e Tecnológicos; Pós-Graduação e Cursos de Extensão, esses pensados para atender às necessidades locais e regionais (Brasil, 2008a).

As legislações orientaram seus princípios fundamentais, procedimentos e critérios, devendo assim, serem seguidos no planejamento, assim como, na articulação e em suas avaliações de propostas pedagógicas, bem como na organização dos cursos técnicos de nível médio do IFFar.

No que diz respeito à pesquisa, dentre os objetivos apresentados, iremos destacar o primeiro, que vem a ser o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que vem a ser:

Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos (Brasil, 2018).

Esse objetivo faz parte do PDI do IFFar e está garantido pela Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, a qual Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, servindo, pois, de alicerce para a criação do PDI Institucional. Assim, para instituir as Diretrizes Institucionais de sua organização administrativa e didática pedagógica para uma educação profissional técnica de nível médio, o IFFar observou as legislações nacionais vigentes.

Após a contextualização inicial, trazemos aqui o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Nele consta a obrigatoriedade da oferta da EJA nas Instituições federais. Diz, ainda que: As instituições deverão disponibilizar ao PROEJA, em 2006, no mínimo **dez por cento do total das vagas** de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

O texto do Decreto nº 5.840/2006 evidencia a intenção de um aumento desses 10% iniciais, pois esse era o mínimo exigido na época. O fato é que a realidade encontrada, 17 anos depois, é a de que alcançar essa porcentagem não vem se revelando uma meta fácil de atingir.

A demanda legal do preenchimento de no mínimo 10% deve ser abraçada coletivamente, ou seja, por toda a instituição. O fato de estar garantida por lei, reforça o seu importante papel contributivo para com a sociedade, enquanto funções reparadora, equalizadora e qualificadora, fato que norteia o programa, na intenção de resgatar o direito à educação desses estudantes.

Os dados apresentados em nossa pesquisa reforçam a necessidade de um direcionamento de esforços para com esse público de alunos. Desse modo, é preciso trazer para discussão o fato de que não se trata de um mero desejo da instituição ofertar o curso da EJA, pois ele é, sim, um direito garantido por lei que deve ser cumprido por todas as instituições federais.

O desconhecimento dessa obrigatoriedade pode acarretar problemas interpretativos dentro da instituição por parte de seus colaboradores. Diante disso, fizemos questão de evidenciá-la no texto. Assim, ao trazer essa informação para a discussão, pretendemos ratificar a importância da garantia desse direito aos alunos

da EJA. Assim, não só os colaboradores, mas os alunos também terão a possibilidade de conhecer sobre seus direitos.

Cientes de que o IFFar visa a uma formação humana, no seu sentido mais amplo, oferecendo o acesso à educação através de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos ao longo da história pela humanidade, integrada a uma formação profissional. Esta formação proposta permitirá ao indivíduo compreender o mundo e a si mesmo, para que nesse mundo possa atuar, buscando melhorias de suas próprias condições de vida e na construção de uma sociedade mais justa.

A perspectiva, portanto, de formação na vida e para a vida, e não apenas de qualificação do mercado ou para ele, reflete a importância que o espaço de consciência e conhecimento do direito permitirá aos alunos da EJA. Freire, em todo o seu legado, nos traz a necessidade da emancipação dos indivíduos. Na EJA, ela se apresenta como algo substancial, pois trata-se de indivíduos calejados por uma vida de opressão, desigualdades e dominação social.

Assim, Freire nos faz refletir que para se alcançar a emancipação precisamos de conquistas políticas, pois através delas conseguimos minimizar as desigualdades. Contudo, para que tais conquistas se mantenham na práxis humana, são necessárias lutas contínuas, partindo da aquisição do conhecimento. O desconhecimento dos direitos e deveres é precursor de muitas injustiças, sendo refletido nos interesses provenientes das classes dominantes, que não querem perder o poder de dominação.

### **2.3.1 O Curso da EJA/ EPT do Campus São Borja**

Tomemos por base o curso da EJA/EPT ofertado pelo Campus São Borja que é de modalidade presencial e configura-se o cerne da pesquisa. Seu ato de criação deu-se através da Resolução nº 39, de 8 de outubro de 2010, a qual foi retificada pela Resolução nº 45, de 20 de junho de 2013. O número de vagas ofertadas é de 30 e o turno é noturno. A carga horária dessa modalidade de curso é de 2.400 horas. Essas informações foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (Brasil, 2022b, p. 6).

Inicialmente o curso era chamado de Técnico em Cozinha - PROEJA. Em 2022 passou a ser chamado de Técnico em Gastronomia EJA/EPT, através da Resolução do CONSUP nº 39, em decorrência da legislação nacional. Essa definição ocorreu na

reunião no dia 14 de julho de 2022, que aprovou por unanimidade a alteração da nomenclatura. Na Ata nº 4<sup>5</sup>, consta o deferimento para a troca do nome, assim como a justificativa. Foi realizado um ajuste no perfil do egresso, por conta da proposta dessa alteração da nomenclatura, para atender a habilitação em Gastronomia, bem como um ajuste curricular referente a sua oferta e às atualizações necessárias no Projeto Pedagógico do Curso.

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gastronomia Integrado EJA/EPT, elaborado em 2022, em colaboração com a direção do Campus São Borja, a Coordenação de Curso e os Docentes do Curso e o Setor de Assessoria Pedagógica nos traz,

O Curso Técnico de Gastronomia EJA/EPT teve a sua criação elencada com base nas demandas da cidade de São Borja e da região, a partir das quais foram elencados os seguintes cursos do eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer: Técnico em Gastronomia e Tecnólogo em Gastronomia. Tal processo ocorreu juntamente com a Associação de Municípios da Região das Missões, por meio de audiências públicas na cidade de Cerro Largo e em encontro com os prefeitos dos municípios pertencentes à associação, no município de XV de Novembro e em audiências públicas no município de São Borja (Brasil, 2022a, p. 10).

A participação da comunidade para eleger os cursos que seriam ofertados pelo IFFar-Campus São Borja aproximou a comunidade. Com isso, buscou-se atender a uma demanda que traria benefícios para a cidade e um retorno financeiro, entregando cidadãos críticos e capacitados para o mundo do trabalho.

## 2.4 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A CIDADANIA

Uma educação transformadora e humanizadora está atrelada aos resultados que nos propomos buscar. Diante disso, o professor detém sob sua responsabilidade um papel muito importante, o qual poderá, ou não, contribuir para o desenvolvimento dos seus alunos. Para Freire (1998), esse aspecto era notório e vinculado ao posicionamento do professor frente à educação que se propõe desenvolver.

A educação possibilita trilharmos outros caminhos, despertando os indivíduos para uma consciência reflexiva quanto a sua autonomia, ou o que os mantêm

---

<sup>5</sup> A Ata nº 4 está disponível em: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2022, tipo: ATA, data de emissão: 23/09/2022 e o código de verificação: 8191d28429, para comprovação de sua autenticidade. Acesso: 26 set 2023.

subservientes aos detentores do poder. Podemos pensar em duas formas de educação, uma voltada para o desenvolvimento econômico e outra para o Desenvolvimento Humano (Nussbaum, 2015).

Freire (1967), aponta para a necessidade de uma educação humanizadora. Quando humanizadora, tem-se como base o respeito ao outro, sendo problematizadora das realidades e desigualdades sociais, trazendo as experiências vividas pelos educandos, apresentando-se como ferramenta contributiva e humanizadora na educação.

#### **2.4.1 A importância do estudo da cidadania em sala de aula**

Toda a atividade humana tem relação com o meio social, pois vivemos em sociedade e, dessa forma, desenvolvemos regras de convivência para organizar esse convívio. Nesse sentido, podemos dizer que a educação tem uma relação com o meio social, uma vez que prepara os indivíduos para viver em sociedade, o que se torna imprescindível entender essa relação.

O professor exerce um papel fundamental que vai além de desenvolver conteúdos curriculares em sala de aula. Existem outros valores que muitas vezes não estão presentes no currículo e que precisam ser trabalhados na intenção de entregar para a sociedade indivíduos autônomos, criativos, críticos, capazes de viver em sociedade de forma ativa e participativa. A compreensão do ser social, da vida em sociedade, dos direitos e deveres e do seu papel contributivo dentro da sociedade está presente nas discussões trazidas por Carvalho (2012, p. 10) que diz;

[...] Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.

Ainda nessa perspectiva, Carvalho (2012) mencionou em uma de suas obras, que a falta de conhecimento dos direitos, tanto políticos, como civis e sociais acarretam o aumento das desigualdades sociais. Observou que países como Inglaterra, onde a cidadania se desenvolveu de forma rápida, a educação popular teve grande influência, afirmando que “a ausência de uma população educada tem sido

sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política” (Carvalho, 2012, p. 11). Segundo ele, a melhor maneira para mitigar as desigualdades é através do conhecimento, ou seja, da educação, sendo isso evidenciado nos resultados de suas pesquisas, as quais mostram que:

A pesquisa mostrou que o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação. O desconhecimento dos direitos caía de 64% entre os entrevistados que tinham até a 4ª série para 30% entre os que tinham o terceiro grau, mesmo que incompleto. Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos. Os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos (Carvalho, 2012, p. 210).

A Constituição Federal (CF) de 1988 é conhecida como “Constituição Cidadã”, por ser considerada aquela que mais tem buscado garantir o exercício da cidadania do povo brasileiro. Nela, um dos princípios fundamentais é a “cidadania”. Ao trazer a CF para a discussão, queremos mostrar que esse é um tema discutido em diversas instâncias e há muito tempo.

Nesse sentido, a atuação do Estado busca estabelecer um mínimo de igualdade no usufruto das riquezas que acabam por concentrar-se nas mãos de uma minoria. O Estado, através das leis, tem a função de minimizar as distâncias sociais promovendo o bem-estar para os menos favorecidos. Alguns dos direitos, dentre outros que merecem destaque, compreendem à educação, à saúde, à moradia, etc. (Botelho; Schwartcz, 2012, p. 33).

Diante do exposto, Paulo Freire aponta que a educação é um “ato político” e em sua obra traz que “não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a “politicidade” da educação” (Freire, 1993b, p. 25). Essa “politicidade” requer uma clareza de “a favor de quem” se desenvolve um projeto educativo.

Quando pensamos em cidadãos com seus direitos e deveres garantidos, críticos e autônomos, várias questões surgem, pois, as diferenças de classes e de níveis de educação sempre estiveram presentes na história da educação, de modo que,

A preocupação com os limites da prática, no nosso caso, da prática educativa, enquanto ato político, significa reconhecer, desde logo, que ela tem uma certa eficácia. Se não houvesse nada a fazer com a prática educativa, não haveria por que falar dos seus limites. Da mesma forma, como não havia porque falar

de seus limites se ela tudo pudesse. Falamos de seus limites precisamente porque, não sendo a alavanca da transformação profunda da sociedade, a educação pode algo no sentido desta transformação (Freire, 1993b, p. 28).

Freire, como educador de jovens e adultos, em suas obras, sempre tratou dessa luta hegemônica presente ao longo da história, na qual os mais vulneráveis eram privados dos conhecimentos, como forma de mantê-los subservientes aos que detinham o poder. Assim, o educador precisa ter consciência de que lado ele se encontra, pois em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, nossa atuação pode contribuir para transformar a realidade ou para manter intacto o sistema opressor e excludente. É fundamental ter claro que interesses a ação pedagógica praticada pelo docente defende.

[...] não sendo neutra, a prática educativa, a formação humana, implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra, a favor de algum sonho e contra outro, a favor de alguém e contra alguém. E é exatamente este imperativo que exige a eticidade do educador e sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática. Não vale um discurso bem articulado, em que se defende o direito de ser diferente e uma prática negadora desse direito (Freire, 1995, p. 21).

Através das palavras de Freire, torna-se possível constatar que o educador tem um papel fundamental na construção/formação dos indivíduos. Porém, para ele isso implica o docente ter claro a sua “politicidade”, ou seja, não sendo neutro, ou até mesmo negando a existência de classes. Só assim, será possível contribuir com o “desenvolvimento integral proposto” daqueles discentes que não possuem as mesmas condições, levando em consideração a realidade deles, incentivando-os, mostrando que é possível, dando-lhes oportunidade de crescimento através do conhecimento na perspectiva de modificar a realidade e o mundo em que vivem. Ainda, Libâneo (2006, p. 16-17) diz que:

[...] a educação - ou seja, a prática educativa - é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos, auxiliar no desenvolvimento de suas capacidades físicas e espirituais, prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social.

As ferramentas necessárias para manter os estudos e promover melhorias na vida dos estudantes do EJA/EPT estão relacionadas e essa relação entre educação,

cidadania e mitigação das desigualdades precisa ser trabalhada em sala de aula para, assim, desenvolver nos discentes a possibilidade de ir além dos conteúdos. A busca constante por uma vida digna e um mundo melhor, mais igualitário e justo, perpassa pela educação, pela aquisição dos conhecimentos e a sua transformação em ação para se alcançar projetos propostos de uma participação ativa dos indivíduos na sociedade.

Portanto, ratificamos que uma revolução interna se torna necessária para a existência de uma cidadania crítica e atuante. “Todavia, sua construção depende também de outras dimensões. É preciso haver uma educação para a cidadania” (Covre, 1991, p. 73). Tal proposta é compartilhada por Freire, Carvalho e Covre, pois que eles consideram que através da educação muitas portas se abrem. A possibilidade de refletir e lutar por condições de vida mais dignas deve ser o cerne da questão. A sala de aula tem como possibilidade ampliar os horizontes para que cada aluno veja a revolução subjetiva como oportunidade de mudança e melhoria de vida coletiva.

Precisamos pensar a perspectiva de Covre (1991, p. 80) quanto às lutas da sociedade civil presente nos dias de hoje. Muitas vezes, não se trata de renunciar aos serviços prestados pelo Estado, mas saber requerer e compreender o que lhes é oferecido. Não queremos transformar cidadãos em meros consumidores, situação imposta pelo capitalismo perverso. Buscamos possibilidades através das quais os cidadãos são responsáveis e atuantes, não apenas vítimas.

A construção da cidadania faz parte de um processo cotidiano, pois vivemos em sociedade e, quando esta é unida à educação, toma força e nos faz acreditar na possibilidade da humanidade se desenvolver de uma maneira mais igualitária. O propósito é oferecer as mesmas condições e possibilidades a todos. Parece algo utópico, haja vista que, em uma sociedade onde predomina o capitalismo, os interesses priorizam a obtenção do lucro e do poder. Dessa forma, temos mais um motivo para termos cidadãos cientes e conscientes, capazes de lutar pelos seus direitos presentes na legislação e ir em busca de uma vida digna.

Se pararmos para pensar, [...] o que se reivindica tem relação íntima com o modo usado para se reivindicar (Covre, 1991, p. 82). Precisamos de cidadãos com capacidades argumentativas e que consigam enxergar a Lei e para além dela. Quando falamos para além, queremos dizer que consigam fazer uma releitura da realidade. As

lutas por justiça também envolvem momentos de criatividade, buscas incessantes por alternativas possíveis, que sejam constitucionais e democráticas.

Ao professor, através da maneira que ensina, cabe um importante papel, o de educar com vistas para uma cidadania atuante e ativa, que vai ao encontro de estimular capacidades em seus alunos, de pensar, agir, refletir, e de se posicionar frente a realidade que lhes é apresentada.

Quando falo em educação como intervenção, me refiro tanto a que aspira a mudanças radicais na sociedade no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto a que, pelo contrário, reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta (Freire, 1998, p. 122-123).

Freire (1998) por muitas vezes apontou a importância que o professor tem frente aos seus alunos no que diz respeito ao ensino. Quando ele traz que ensinar exige tomada consciente de decisões, indica que há possibilidades de contribuir com mudanças a partir da educação, estimulando a luta por justiça e igualdade.

Outro aspecto importante diz respeito à tarefa de educar; esta não deve ser apenas responsabilidade do professor, no ambiente de sala de aula. A possibilidade de compartilhar essa tarefa atende aos preceitos aos quais o IFFar se propõe, pois, conforme o PPC do curso que traz os conteúdos obrigatórios:

VII – Educação em Direitos Humanos. Está presente como conteúdo na disciplina de Sociologia, 1º ano. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, dentre outras (Brasil, 2022a, p. 28).

Os conteúdos obrigatórios presentes no PPC do curso da EJA/EPT preveem a possibilidade de abordar temas no âmbito da instituição que poderão suprir as demandas dos alunos conforme suas necessidades. A educação percorre todos os espaços dentro do IFFar, pois em sua missão está o desenvolvimento humano. São muitas as possibilidades, as quais podemos fazer aproximações, como a que propomos com este estudo.

Ainda, a Assistência Estudantil apresenta sua política em seu regulamento, a qual, foi aprovado através da Resolução do Conselho Superior nº 12 de 2012, que traz seus objetivos,

- I - Promover o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- II - Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades curriculares;
- III - Buscar alternativas para a melhoria do desempenho dos estudantes, visando prevenir e minimizar a retenção e a evasão escolar;
- IV - Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- V - Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico;
- VI - Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia;
- VII - Interagir com a família dos estudantes, no intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, estabelecendo relações de cooperação;
- VIII - Estimular a participação dos estudantes, através de suas representações no processo de gestão democrática (Brasil, 2012b, p. 3-4).

Os objetivos presentes na política da Assistência Estudantil vêm ao encontro do propósito que apresentamos em nosso trabalho. Tendo a possibilidade de não apenas discutirmos a importância dos direitos e da cidadania, mas também a de termos momentos para refletir e vivenciar plenamente a cidadania no âmbito dos Institutos Federais. Precisamos compartilhar essa responsabilidade contributiva com todos os envolvidos na educação dos alunos da EJA/EPT.

Sendo a educação uma experiência especificamente humana, ela tem o importante papel de potencializar a intervenção no mundo. A Intervenção dos conteúdos bem ou mal ensinados, aprendidos ou não, pode ter implicações no esforço de reprodução da ideologia dominante, no que tange ao seu desmascaramento (Freire, 1998, p. 110). Oportunizar aos alunos conhecerem conceitos do que é Cidadania, o que é Assistência Estudantil, é importante, mas sobretudo mostrar a possibilidade de praticar a cidadania a partir dos mecanismos oferecidos pela própria instituição da qual fazem parte.

Por outro lado, temos uma segunda perspectiva de cidadania, que se apresenta sob uma visão mais passiva, que diz respeito a esperar. Nessa perspectiva os que detêm o poder, decidem e controlam o destino da grande massa que se encontra empobrecida e por muitas vezes sem forças para lutar. Estes cidadãos, muitas vezes por não enxergarem alternativas, acreditam que apenas lhe resta a opção de esperar e receber o pouco ou quase nada para sobreviver, sem a possibilidade de questionar. Ao ensinar a cidadania mais passiva, promoveremos, uma educação imobilizadora e ocultadora de verdades para atender aos interesses das classes dominantes.

Cabe, pois, à educação contribuir para a construção de cidadãos conscientes, tendo em vista que,

Uma das tarefas da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-la” ou “domesticá-la”. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do *achado*. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo, e não apenas o de *recebedor* da que lhe seja transferida pelo professor (Freire, 1998, p. 140).

Podemos entender o cidadão ativo ou passivo através da perspectiva apresentada por Arendt (1989). Sendo ela uma filósofa alemã, ligada a uma das principais correntes sobre a filosofia política. Sua doutrina pôde experienciar o surgimento do nazismo, o que lhe permitiu refletir sobre o modelo de dominação total e as condições que possibilitaram a consagração de regimes totalitaristas. A autora uniu história, política e filosofia para chegar a uma resposta que viesse ao entendimento de aspectos que julga sombrios da natureza humana e da política.

Hannah Arendt (1989), quando questionada sobre quais seriam as condições que promoveriam esse regime de totalitarismo, identificou como sendo o isolamento dos indivíduos, assim como o seu afastamento das esferas públicas. Sendo esse, segundo ela, o estopim que desencadeou as atrocidades nazistas. O distanciamento político das massas, evidenciou a perda das garantias dos direitos de forma democrática.

Segundo a autora, os homens, quando afastados da esfera pública onde trabalham e agem em conjunto em prol de um bem-comum, acabam por interferir de forma negativa na vida privada desses indivíduos. Tal fator resulta na redução da condição humana a uma vida supérflua. As consequências presentes no afastamento da política em que pode,

acontecer um mundo cujos principais valores são ditados pelo trabalho, isto é, onde todas as atividades humanas se resumem em trabalhar. Nessas condições, explica que a única coisa que sobrevive é o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo, e desaparece a relação com o mundo com a criação do homem (Arendt, 1989, p. 527).

Podemos entender que a preocupação dos indivíduos, nessa perspectiva, gira em torno do esforço de se manter vivo, primando por necessidades individuais. Diante disso, torna-se indiferentes às necessidades coletivas, não discutindo mais sobre

esses assuntos que visam ao bem-comum. Esse caminho o leva à apatia, ou à passividade, deixando o gerenciamento da sociedade nas mãos do Estado.

A palavra *Vita Activa*, na compreensão de Arendt (1989), se apresenta como a vida humana na medida em que se empenha ativamente a fazer algo (Arendt, 2009, p. 31). Em face do exposto, a vida ativa ocorre quando há a interação do homem com o mundo e com os outros seres humanos. A partir dessa relação, segunda a autora, temos a possibilidade de ter uma vida ativa.

Em contrapartida à concepção de vida ativa, Arendt (2009) traz o resultado que a ausência de interação humana ocasiona, a qual ela chama de “alienação no mundo moderno”. Por muitas vezes, a cidadania, essa que entendemos por passiva, está relacionada a questões ideológicas, onde poderosos definem os rumos, aproveitando-se da ingenuidade da população vulnerável, a qual não possui conhecimento, nem o entendimento para deixar de ser massa de manobra, abrindo margem para incitar regimes totalitários (Freire, 2017).

As relações presentes na ação dos homens/ mulheres, os quais convivem e se relacionam uns com os outros, constroem um espaço para que eles se revelem uns aos outros. Esse espaço construído, Arendt (2009, p. 191) chamou de “teia de relações humanas”. Essa concepção permitiu-nos perceber que a passividade dos homens/mulheres também motiva reações, pois acaba afetando os outros, e assim, como consequência, gera outros resultados adversos ao bem comum.

Arendt (2009) nos diz que cada homem/mulher é singular, dotado(a) de capacidades de agir, o que lhe torna imprevisível, pois, pode-se esperar o inesperado. Sendo o homem/mulher agente, possuidor(a) de capacidades, pode dar início a qualquer processo, o que denota a ideia de imprevisibilidade, ou seja, de não se ter noção das possíveis consequências resultantes dos seus atos.

Cientes de que não se trata de uma tarefa fácil, a qual o professor possui como possibilidade de intervir e contribuir, através de estímulos que possam suscitar a participação colaborativa na busca do bem-comum. Contudo, isso envolve interesses diversos que por muitas vezes se apresentam velados em prol de um crescimento econômico. Nussbaum nos faz pensar sobre real significado de um progresso para uma nação.

O que significa então para um país progredir? De determinado ponto de vista, significa aumentar seu produto interno bruto per capita. Essa medida do desempenho Nacional tem sido, há décadas, o principal critério utilizado por

economistas desenvolvimentistas de todo mundo, como se ela representasse adequadamente a qualidade de vida geral de uma nação (Nussbaum, 2015, p. 14).

Esse modelo de desenvolvimento visa apenas o crescimento econômico, deixando de lado a igualdade social, a democracia, o respeito às relações quanto a raça e o gênero e, inclusive, a qualidade de vida do ser humano. A tarefa de produzir o crescimento econômico não garante a produção da democracia. Tão pouco inclui ter-se uma população saudável, educada e participativa (Nussbaum, 2015, p. 15).

As mudanças que vêm ocorrendo na educação, dentro das sociedades democráticas, não estão sendo pensadas. Essas estão deixando de lado, imprudentemente, competências indispensáveis para manter em atividade a democracia. Precisamos achar uma maneira de frearmos isso. Caso contrário, estaremos criando "máquinas", cujo único objetivo será apenas o lucro, e não cidadãos íntegros, pensantes e capazes de compreender a tradição e criticar, caso seja necessário, sendo empático quanto ao sofrimento dos outros. O futuro da democracia depende disso (Nussbaum, 2015, p. 3-4).

No ensino, podemos observar ainda hoje a educação sob duas perspectivas: De um lado, a que pouco estimula a forma ativa de ser, de questionar, criticar e imaginar. Enquanto de outro lado, há a que prima pelo ensino técnico, que visa a obtenção de resultados. Essas perspectivas de educação não primam pelo o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos capazes de participar ativamente da sociedade a qual pertencem. Sendo indubitavelmente voltada para o capitalismo e aumento de riquezas de uma minoria hegemônica.

As humanidades, as artes e o pensamento crítico são partes essenciais para a formação da cidadania, pois vão ao encontro de estimular a capacidade dos alunos de pensar, agir, refletir e se posicionar. Aos poucos, estão sendo deixadas de ser trabalhadas em sala de aula estas habilidades (Nussbaum, 2015). Temerosos estamos com este cenário que apresentamos. Freire (1987) já nos alertava quanto à predominância de uma educação "bancária", baseada apenas em conteúdos, alienada e alienante, e pior, podendo ser ela direcionada às massas mais vulneráveis, na intenção de mantê-las nessa situação.

O professor tem em sua profissão a inerência da politicidade, diz Freire (1987). Precisa saber ao certo a favor de quem ele está? Por mais redundante que seja a menção da politicidade, ela se faz necessária, pois não há neutralidade na docência.

Diante disso, o professor precisa ter ciência de que também faz parte dessa luta, pois contribui para uma sociedade melhor, tendo como ferramenta a construção do conhecimento produzido em conjunto com seus alunos.

#### **2.4.2 Qual cidadania buscamos, e por qual estamos lutando?**

Para embasar a compreensão da cidadania que propomos aqui, trazemos a filósofa Martha Nussbaum (2015), uma das mais proeminentes pensadoras americanas. Martha foi escritora e professora emérita de Direito e Ética da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Também foi professora em renomadas universidades de seu país, como Harvard e Brown.

A aproximação de nosso trabalho às ideias de Nussbaum (2009) diz respeito à educação como formação de cidadãos críticos, participativos e com habilidades diversas. Assim ela nos traz que,

O tema do lucro sugere para a maioria dos políticos em questão que a ciência e a tecnologia são de importância crucial para o futuro do bem-estar de seus povos. Não deveríamos ter qualquer objeção a uma boa educação científica e técnica e não estou sugerindo que as nações deveriam parar de tentar melhorar este aspecto. A minha preocupação é que as outras habilidades, habilidades cruciais para a saúde interna de qualquer democracia, para a criação de uma cultura descecente, para um modelo robusto de uma cidadania mundial e para abordar os problemas mais prementes do mundo estão em risco de se perderem nessa busca competitiva por lucro. Estas habilidades estão associadas com as humanidades e às artes: são a capacidade de pensar criticamente, a capacidade de transcender lealdades locais para a abordagem de problemas mundiais assumindo a posição de um "cidadão do mundo" e, finalmente, a capacidade de imaginar simpaticamente a situação de outra pessoa (Nussbaum, 2009, p. 4).

Nussbaum (2009) nos faz pensar sobre uma educação dual, uma voltada para o lucro, em prol de uma minoria, e outra que caminha em direção à liberdade. O modelo ofertado pela Educação para a Liberdade promove os cidadãos, pois preocupa-se em desenvolver habilidades que não só as básicas e as possíveis de comercialização. A Educação para a Liberdade visa o pensamento crítico e o Desenvolvimento Humano, ao invés de apenas ao crescimento econômico e de interesses individuais.

Freire (1998) tem aproximações e relações com as concepções de Nussbaum (2015). Enquanto, Nussbaum, nos fala sobre a "A educação democrática", Freire nos propõe uma "Educação libertadora". Compreendemos assim, que se entrelaçam as

teorias à medida que são essenciais para se alcançar uma vida em que todos são possuidores dos mesmos direitos. Uma educação que não está atrelada aos interesses meramente profissionalizantes ou ainda econômicos de uma minoria elitista que está no poder, mas sim do bem-comum e da promoção humana.

As habilidades necessárias para uma educação democrática que podem ser desenvolvidas em sala de aula, propostas por Nussbaum (2015), nos traz a ideia do cidadão que idealizamos, já que oferece a perspectiva de construirmos um mundo mais justo e igualitário, contando com a participação de todos, de modo que a escola, enquanto espaço que abriga o contraditório, assim como o mundo do trabalho, é espaço que permite a formação de consciência crítica e da busca pela reconstrução da história, rumo ao Desenvolvimento Humano democrático.

Existem vários fatores que orientam o desenvolvimento proposto. Dentre eles, o comprometimento por parte dos docentes, sendo este elemento fundamental, pois, só assim a proposta feita por Nussbaum terá resultados. Caso contrário, o objetivo não será alcançado. O exemplo dado por ela onde:

O ensino da História, [...] pode ser essencial. Mas educadores voltados para o enriquecimento não irão querer uma história que se centra sobre injustiças de classe, de casta, de gênero e de pertencimentos étnico-religiosos, pois isso irá suscitar pensamento crítico sobre o presente (Nussbaum, 2009, p. 7).

Os alunos pensantes, na visão de Nussbaum (2009), podem ser perigosos para o capitalismo, pois irão fugir da lógica para o qual são treinados, deixando de ser facilmente manipulados para atender aos planos das elites. Diante disso, acabam sendo desencorajados a ter um pensamento crítico nas escolas, que apenas desejam que seus alunos sejam técnicos, tolhendo, por muitas vezes a capacidade reflexiva de suas próprias condições de vida, desestimulando-os a questionar, a lutar por igualdade e justiça, acomodando-se com a realidade que lhes é apresentada.

Percebemos que o tema cidadania é algo presente em muitos discursos da atualidade, tanto fora do país como dentro dele. Assim nos diz Covre (1991), que também traz essa perspectiva, quando afirma que,

A cidadania é assunto de debate tanto na democracia ocidental, quanto na sociedade onde se desenvolveu o socialismo do Leste, entre as classes abastadas e as menos abastadas e aparece na pauta de diversos movimentos sociais que reivindicam saneamento básico, saúde fim da discriminação sexual e racial. Recentemente, tivemos no Brasil a experiência da constituinte que elaborou a constituição federal de 1988 fixando um novo

quadro de leis relativos aos direitos e deveres dos cidadãos (Covre, 1991, p. 8).

Covre (1991) nos põe a pensar em que tipo de cidadania se trata cada um desses grupos sociais. Será que é a mesma vinda de grupos sociais que ocupam posições diferentes na sociedade? Tendo-se em vista que uns têm acesso a todos os direitos por possuírem uma vida econômica melhor, enquanto outros não conseguem ter acesso ao mínimo. A autora ainda propõe que precisamos apreender de que cidadania estamos falando. O conceito pode ter concepções diferentes; tudo irá depender de que lado se está, pois isso é o que irá definir de qual concepção estamos tratando.

Surge a importância trazida por Covre (1991), de que os direitos e deveres dos cidadãos devem ser respeitados. Em face ao exposto, de que adianta se os direitos e deveres são desconhecidos? A autora ratifica quando diz que, “A Constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias” (1991, p. 10). É preciso ter ciência para poder reivindicar algo, caso contrário ficamos presos na ignorância.

A partir desse pressuposto, somos conduzidos a outro. Presume-se que para se ter cidadania, é preciso exercê-la. A prática cidadã, assim como as reivindicações, são atos de um processo, o qual nos leva a esperar uma sociedade melhor e mais justa. O problema surge quando “as pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos dos direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos” (Covre, 1991, p. 11).

Ser cidadão é um processo de construção que requer comprometimento.

[...] quero enfatizar que a revolução por uma sociedade melhor passa pela revolução nas subjetividades das pessoas. Um dos níveis dessa revolução está na possibilidade de o homem contemporâneo romper cotidianamente com as trevas da alienação (e uma delas seria o consumismo no sentido amplo) [...]. Trata-se de pensar, sentir e agir no sentido de que a democracia se constrói a todo o instante nas relações sociais de que fazemos parte [...] E, nessa construção, está-se a falar da subjetividade frente à alteridade; enfim, de intersubjetividades (Covre, 1991, p. 70-71).

O compromisso da participação e atuação em prol de um bem-comum a todos deve ser uma constante, assim como romper a alienação, o conformismo e o fatalismo, tendo-se em vista que as Leis, por si só, não são garantia de mitigação das desigualdades sociais. O desconhecimento e a negligência, assim como se omitir e

não ir em busca dos direitos corroboram para elevar ainda mais as diferenças sociais. A responsabilidade de ser cidadão também está atrelada a ser agente do cumprimento de seus direitos.

### **2.4.3 Que competências podem contribuir para desenvolver cidadãos plenos?**

A educação tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um país e ainda serve como possibilidade de melhoria de vida das pessoas. A compreensão desses aspectos poderá tomar rumos diferentes; tudo irá depender da concepção que venha a servir de base. Queremos deixar claro que tomamos como fundamentação a base que acredita que a educação tem em sua essência o desenvolvimento integral do ser humano nas mais diversas dimensões. Assim, nos distanciamos da concepção segundo a qual a educação é reduzida apenas ao desenvolvimento econômico.

As práticas educativas que deveriam ser aprendidas na escola são conteúdos de natureza muito variada: dados, habilidades, técnicas, atitudes, conceitos etc. (Zabala, 1998, p. 30). O autor tem um entendimento que corrobora os demais autores que integram este trabalho, pois também acredita que,

[...] em qualquer intervenção pedagógica consciente se escondem uma análise sociológica e uma tornada de posição que sempre são ideológicas. [...] Aqui é onde surge a necessidade de uma reflexão profunda e permanente quanto à condição de cidadão e cidadã e quanto às características da sociedade em que irão viver. Isso significa situar-se ideologicamente. (Zabala, 1998, p. 29).

Dito isso, para Zabala (1998, p. 28), educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidades isoladas. Desse modo,

[...] devemos nos desprender desta leitura restrita do termo "conteúdo" e entendê-lo como tudo quanto se tem que aprender para se alcançar determinados objetivos que não apenas abrangem as capacidades cognitivas, como também incluem as demais capacidades. Desse modo, os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Portanto, também serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social. (Zabala, 1998, p. 30).

Zabala (1998, p. 28) ainda faz reflexões segundo as quais não são apenas as matérias e as disciplinas que são responsáveis pelo desenvolvimento das capacidades ou da aprendizagem. Existe também necessidade de desenvolver as capacidades cognitivas ou intelectuais, motoras, afetivas, de relação interpessoal e de relação e atuação social. Sendo a escola o lugar onde se potencializam as capacidades cognitivas e ao mesmo tempo se influencia as demais capacidades.

A capacidade de uma pessoa se relacionar depende das experiências que ela vive e as instituições educacionais são lugares que contribuem para estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais (Zabala, 1998, p. 28). Todas essas relações estão intimamente relacionadas e possibilitam a concretização da possibilidade do desenvolvimento integral dos indivíduos e a busca pela igualdade.

O Desenvolvimento humano, para atingir o seu objetivo através da educação, propõe o desenvolvimento de capacidades de uma forma viável que,

Segundo esse modelo, o importante são as oportunidades, ou “capacidades”, que cada um tem em setores-chave que vão da vida, da saúde e da integridade física à liberdade política, à participação política e à educação. Esse modelo de desenvolvimento reconhece que todos os indivíduos possuem uma dignidade humana inalienável que precisa ser respeitada pelas leis e pelas instituições. Um país decente reconhece, no mínimo, que seus cidadãos possuem direitos nessas e em outras áreas e cria estratégias para fazer com que as pessoas fiquem acima do patamar mínimo de oportunidade em cada uma delas (Nussbaum, 2015, p. 25).

O modelo de Desenvolvimento Humano apresentado por Nussbaum (2015) tem o compromisso vinculado à democracia. Contudo, o tipo de democracia aqui abordada é aquele que exerce importante papel quanto aos direitos fundamentais, que não possam ser retirados dos indivíduos por algum interesse, seja ele qual for. Só assim, promover-se-á a garantia da liberdade política, a liberdade da palavra, de associação, de prática religiosa e direitos fundamentais em outras áreas como educação e saúde (Nussbaum, 2015, p. 25).

Tomando como ponto de partida a reflexão de Nussbaum, podemos dizer que um país que busca promover de alguma forma esse tipo de democracia humana e sensível ao povo deve empenhar-se em gerar oportunidades de vida, liberdade e busca da felicidade para todos.

Temos assim algumas competências, as quais Nussbaum (2015, p. 26) acredita serem necessárias de serem desenvolvidas nos cidadãos, destacando que podem ser decisivas:

- Capacidade de raciocinar adequadamente a respeito de temas políticos que afetam a nação, de examinar, refletir, argumentar e debater, não se submetendo nem à tradição, nem à autoridade.
- Capacidade de reconhecer seus concidadãos como pessoas com direitos iguais, mesmo que sejam diferentes quanto à raça, religião, gênero e orientação sexual: olhá-los com respeito; como fins, não apenas como ferramentas a serem manipuladas em proveito próprio.
- Capacidade de se preocupar com a vida dos outros, de compreender o que as diferentes políticas significam para as oportunidades e experiências dos diferentes tipos de concidadãos e para as pessoas que não pertencem a seu próprio país.
- Capacidade de conceber cabalmente diversos assuntos complexos que afetam a história da vida humana em seu desenvolvimento; refletir acerca da infância, da adolescência, das relações familiares, da doença, da morte e muito mais, de forma que se caracterize pela compreensão de um amplo conjunto de histórias humanas, e não apenas a reunião de informações.
- Capacidade de julgar criticamente os líderes políticos, mas com uma compreensão fundamentada e realista das possibilidades de que eles dispõem.
- Capacidade de pensar no bem da nação como um todo; não somente no bem de seu próprio grupo local.
- Por sua vez, capacidade de perceber seu próprio país como parte de um mundo complexo em que diferentes tipos de assuntos exigem uma discussão transnacional inteligente para que sejam solucionados.

As competências apontadas como necessárias por Nussbaum para serem desenvolvidas nos cidadãos são de grande importância à medida que corroboram a fundamentação de políticas públicas de educação que visam o desenvolvimento humano de maneira equitativa. Essas capacidades listadas acima devem ser entendidas como oportunidades que se relacionam entre si.

Contudo, algumas questões precisam ser ponderadas, pois para Nussbaum nem todos temos as mesmas capacidades. Apresenta-se, pois, a questão como algo mais complexo, pois envolve outras dimensões, as quais não se relacionam apenas às habilidades internas, mas requerem interconexões alinhadas aos contextos sociais políticos e econômicos dos indivíduos. Posto isso,

É preciso distinguir capacidades internas de capacidades combinadas. Os traços e características de cada pessoa, por exemplo, a personalidade, as capacidades intelectuais e emocionais, a saúde e forma física, a aprendizagem interiorizada etc., são denominadas capacidades internas. Essas, por sua vez não são a mesma coisa que o equipamento inato de cada indivíduo, pois elas se desenvolvem, são treinadas e adquiridas em interação com a família, com o entorno social, econômico e político. As capacidades internas são uma parte imprescindível para a realização das capacidades

combinadas, isto é, a preocupação social com a promoção das capacidades humanas é a de apoiar o desenvolvimento das capacidades internas, seja através da educação, seja dos recursos necessários para a saúde física e emocional ou apoio e atenção familiar (Fávero *et al.*, 2021, p. 31).

Trazer o entendimento de capacidade interna e combinada torna-se importante para evitar equívocos de interpretação, pois na visão dos autores que estudaram Nussbaum, não se trata de algo fácil, uma vez que ambas se relacionam. Sendo assim, as capacidades combinadas detêm as somas das capacidades internas.

Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar os alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional (Nussbaum, 2015, p. 27).

Precisamos oportunizar aos alunos tornarem-se cidadãos conscientes, cientes de que sua participação e atuação trará a possibilidade de mudanças. Unicamente esperar, sem ação, não promoverá a transformação desejada por todos. O conformismo e a passividade não irão contribuir em nada para a luta democrática de direitos. É através do entendimento;

Que forças levam grupos poderosos a buscar o controle e a dominação? O que faz com que as majorias tentem, de forma tão onipresente, denegrir ou estigmatizar as minorias? Sejam quais forem essas forças, é contra elas que, em última análise, a verdadeira educação pela cidadania responsável, nacional e internacional, deve lutar e ela deve lutar utilizando todos os recursos da personalidade humana que ajudem a democracia a vencer a hierarquia (Nussbaum, 2015, p. 27-28).

É nesse sentido que buscamos a verdadeira educação cidadã, aquela que ensina, mas também abre os olhos para o mundo, para o outro e para uma vida justa e digna, sem que haja injustiças de classes, distinções por casta, raça, gênero e pertencimento étnicos-religiosos, quaisquer que sejam.

## 2.5 O SENTIDO E O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA PROMOÇÃO HUMANA

A comunicação faz parte da história. Dentro da sociedade ela apresenta um papel importante, pois com o passar dos anos, tem mostrado uma evolução notória. Ela é importante para estabelecer uma relação de desenvolvimento e promoção humana, servindo de ferramenta para as civilizações mais desenvolvidas, que buscam

mais que apenas transmitir informações; buscam desenvolver cidadãos críticos, que além de compreender as mensagens que lhes são proferidas, conseguem interpretá-las e posicionar-se.

Diante disso, desde o surgimento da Retórica e da Filosofia, na Grécia Antiga, a substituição da força física pela destreza com a fala delineou um novo modelo de relação entre os humanos. Aprendemos a falar por causa dos outros. Aprendemos a usar bem a fala e a escrita para nos comunicarmos uns com os outros. Portanto, a comunicação sempre tem como premissa a inclusão política do outro (Habermas, 2002).

Habermas foi um filósofo que evidenciou o propósito da comunicação nas relações humanas, deixando claro quando menciona a retórica, relacionando-a com a maneira de se comunicar, assim como a forma clara de se expressar, de formular as ideias e de proferir de modo eficaz, sendo esses alguns dos elementos presentes no que se pode entender quando se fala em comunicação.

A palavra "comunicação" tem sua origem no latim *communicare*, que significa "tornar comum, compartilhar, trocar opiniões, associar, conferenciar". Implica participação, interação, troca de mensagens, emissão ou recebimento de informações novas (Barbosa; Rabaça, 2001, p. 155). A própria conceituação da palavra já nos mostra o quão importante se faz essa ação comunicativa, pois nela a compreensão se faz necessária e é parte integrante do processo para que ele ocorra na sua plenitude e assim possa ser compartilhado.

A busca pela compreensão do que está sendo transmitido faz parte deste estudo, pois como já foi mencionado anteriormente, a questão da inclusão está diretamente ligada à compreensão, presente na afirmação feita por Habermas. Assim como ele, outros teóricos buscam nessa premissa realizar seus estudos no intuito de demonstrar que muito mais que receber uma mensagem, o ato comunicativo favorece o crescimento humano, formando uma sociedade mais crítica e inteligível, capaz de lutar por seus interesses.

Nesse contexto de convivência social, houve a necessidade do homem desenvolver maneiras para conseguir se comunicar e, mesmo passados milhares de anos, sua importância continua evidenciada e em constante evolução, tendo-se em vista que ela teve seu papel social e político reafirmado, visando além do desenvolvimento, a inclusão social. Com isso, faz-nos pensar na práxis para o

desenvolvimento omnilateral, ultrapassando a ideia de uma simples narrativa decodificativa, e nos aporta a um pertencimento participativo social.

Atualmente, a sociedade em que vivemos desenvolve continuamente formas de comunicação em um ritmo acelerado, mas essa velocidade nem sempre está ligada à qualidade, pois na comunicação há o processo de entendimento do receptor, que é fator primordial. Caso contrário, ela não cumpre seu papel e passa a ser apenas algo vazio e sem sentido, não atendendo seu propósito, que visa a interação crítica e transformação social entre as pessoas.

Se do ponto de vista humano não há racionalidade efetiva sem a práxis do *logos* (discurso), sem a efetividade da comunicação não há democracia de fato (Habermas, 1989, 1997, 1999). A ética e a política não existem sem a efetividade do discurso e, pelo menos, da possibilidade de o discurso ser modo de mediação entre as subjetividades. Dito de outra forma, a intersubjetividade, como resultado da comunicação eficaz entre os humanos nasce da ação comunicativa (Habermas, 1987a, 1987b).

A comunicação irrompe com a ideia convencional de que o trabalho exerce centralidade na humanização. A partir da substituição do trabalho pela linguagem como centro da existência, é preciso também considerar que é necessário construir a comunicação de modo que atenda a todos, considerando a necessidade de intersubjetividade. A compreensão faz parte da comunicação; ela exerce papel inclusivo, ocorrendo de formas diferentes entre os indivíduos, mas é relevante a sua relação para o desenvolvimento, tanto do indivíduo, quanto de uma sociedade.

Portanto, somos humanos pela e na fala e na própria crítica de Habermas (1987a, 1987b) à centralidade do trabalho na vida humana, ele apresenta a linguagem como princípio preponderante da sociedade humana, não apenas para a potencialidade do consenso, mas como condição *sine qua non* para a humanização e perpetuação da humanidade.

Para nós, a partir da leitura que fizemos de Habermas, o consenso racional ou acordo intersubjetivo tem como objetivo do discurso a reflexão entre os sujeitos, sendo eles livres de qualquer censura ou intimidação. Desse modo, a linguagem visa o entendimento mútuo, pois o falante se faz entender quando expressa o que tem em mente com um outro indivíduo, tendo assim uma comunidade de comunicação ideal<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Habermas traz a idealização da concepção da igualdade comunicativa e a igualdade de fala. Assim, apresenta-nos como sendo o nível da comunidade ideal de comunicação, onde todos os participantes

Os participantes da comunidade ideal da comunicação habermasiana, quando envolvidos numa discussão, serão capazes de compreender todos os argumentos aplicados, de modo que conseguirão defender uma tese e, ao final do ato de argumentação, terão os pré-requisitos necessários para fazer um julgamento ou um veredito sobre a tese em discussão e sua veracidade. O autor traz ainda em seus preceitos que todos os envolvidos participem do ato de falar como sujeitos ativos, e não apenas como objetos ou meros ouvintes.

Diante disso, a aproximação que ocorre a partir do acolhimento de um falante pela comunidade ideal, a qual pressupõe que seus integrantes com direitos iguais para argumentar, numa situação de discurso ideal, têm a mesma liberdade para convencer uns aos outros sobre o que pode trazer o bem-comum, através do seu melhor argumento.

A comunicação assume assim um papel especial no que diz respeito à racionalidade, não só ao nível das escolhas e práticas, mas também ao nível da ciência empírica, pois o sujeito geralmente parte de pressupostos para a compreensão da realidade. Assim, o limite da ciência empírica, desenvolvida a partir da prática da observação, expande-se em todos os processos argumentativos e comunicativos dirigidos ao consenso intersubjetivo proposto por Habermas.

A teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas trouxe grande relevância para os estudos ligados à comunicação. Suas reflexões evidenciaram aspectos ligados à política e tudo que a circunda para sua construção. Destacamos o fato dele tecer relações entre a linguagem e a comunicação como pauta da teoria social, até mesmo no desdobramento de outras teorias, como do direito e da democracia.

Bachur (2017) torna clarividente o que Habermas construiu em seu pressuposto teórico e explica que,

Segundo Habermas, a racionalidade de uma sentença linguística (Äußerung) reside na possibilidade de, por um lado, criticá-la e, por outro, fundamentá-la, sempre com recurso e argumentos. Os atos de fala ilocucionários tematizam pretensões de validade por meio das quais é possível criticar ou defender uma sentença linguística, assegurando-se assim um procedimento argumentativo dialógico (Bachur, 2017, p. 557).

---

são respeitados e valorizados, permitindo aos envolvidos nesse contexto de fala a mesma participação e compreensão.

A possibilidade da participação dialógica pressupõe a fundamentação, a crítica e a argumentação, traz consigo a necessidade de se desenvolver essas capacidades. A distinção entre agir comunicativo e o discurso, entre o uso ordinário e extraordinário da linguagem, entre rotina e exceção, parece ser o cerne da teoria social de Habermas, pois está relacionada à reflexão da linguagem.

Ao defender que a competência da teoria comunicativa deveria ter seu paradigma apoiado na liberdade, na crítica e na racionalidade, Habermas, traz que a teoria consensual da verdade está intimamente ligada ao discurso em que este se apresenta sob a forma de diálogo, tendo como característica a argumentação em que há uma comunicação reflexiva.

A teoria do agir comunicativo defendida por Habermas apresenta uma relação entre a práxis e a racionalidade, baseada na argumentação e contra argumentação, na intersubjetividade e na procura de validade e consenso na comunicação (Habermas, 1990, p. 81). Segundo ele, a gente é, em relação ao outro, não considerando a alteridade do outro, ou seja, suas diferenças. Usamos o Eu como critério, como um espelho, por exemplo, no qual esperamos que o outro seja um reflexo de nós mesmos.

O consenso intersubjetivo transporta determinadas condições de validade dentro do processo comunicativo. Ao realizar o discurso, o indivíduo deve procurar fazer com que ele seja compreensível, verdadeiro; devendo adequar-se às normas existentes que regulam as relações interpessoais e devendo ser sincero (Habermas, 1996, p. 12).

Ainda de acordo com Habermas, esses pressupostos de validade estabelecem aspectos inerentes a ação comunicativa, ou seja, inteligibilidade, verdade, correção e veracidade, propondo que nada está imune à crítica. Diante disso, o autor só reconhece um bom argumento em uma situação comunicativa quando ele não pode ser distorcido por relações hegemônicas. Do contrário, nem todos terão os mesmos direitos e acesso ao debate público.

### **2.5.1 A comunicação e o outro**

A comunicação exerce um papel fundamental, tanto na promoção humana, quanto na educação. Acolher a alteridade não significa negarmos a nossa identidade, quanto menos negar nosso conhecimento. Precisamos compreender que as

diferenças existem e que o nosso olhar, assim como as nossas concepções, a partir das nossas vivências, da nossa visão do mundo, difere da do Outro (Rodrigues, 2019, p. 25).

As interlocuções que trazemos aqui nos fazem compreender que os alunos da EJA/EPT vêm das mais diversas vivências e experiências, muitas delas de superação envolvendo questões socioeconômicas. Enxergar as alteridades existentes faz parte do processo educativo.

Assim, dispor de uma comunicação concreta/efetiva para esse público requer observar as alteridades provenientes desse público, de modo que não podemos tomar como base o Eu, pois,

Lévinas acolhe e contrapõe à modernidade, poderíamos dizer que ele igualmente discorda até mesmo do conceito de intersubjetividade proposta na *Teoria da Ação Comunicativa*, por Habermas. Para Lévinas, a relação do Eu com o Outro é de total assimetria; a total distinção e não a tentativa de aproximação e fusão. A oxigenação do Eu não se dá pela incorporação do Outro em si e nem a realização do outro acontece pela fusão do Eu nele. A relação implica distanciamento e aproximação entre realidades (Rodrigues, 2019, p. 57).

O pressuposto levinasiano<sup>7</sup> diz que devemos levar em conta a manifestação do outro e a resposta do Eu, como forma de dialogicidade. Somente assim será possível acolher o diferente, o humano e, como consequência, construir uma Justiça eficaz, vigilante, responsável e capaz de gerar paz (Rodrigues, 2019, p. 26).

Para sermos compreensíveis, precisamos perceber que quando propomos nos comunicar de forma concreta e efetiva, a compreensão não deve partir somente do pressuposto do que eu conheço e entendo. Devemos considerar o outro, caso contrário nossa mensagem não fará sentido e tampouco será bem-sucedida, já que a mensagem emitida pelo interlocutor só é inteiramente conhecida por ele mesmo.

Para Habermas (1987a), o agir comunicativo resulta da interação mediada pela linguagem, que permite o entendimento entre as pessoas, constituindo uma intersubjetividade em que existem os sujeitos. A competência comunicativa faz parte do agir e pode ser aprendida. Através da linguagem, temos a possibilidade de

---

<sup>7</sup> Levinasiano - Refere-se à concepção do filósofo francês Emmanuel Lévinas. À primeira vista, a comunicação não ocupa destaque dentre os temas na sua obra. O assunto aparece de maneira oblíqua em textos nos quais focaliza o diálogo e a relação dialógica. Sua filosofia pensa o humano, que pensa o outro, que o olha frente à frente estabelecendo uma relação pautada em um estatuto ético e responsável; instaura-se um novo humanismo sob a ética como responsabilidade. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/5MWrrZsWbCgvBQ6W8dshHz4p/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

socializar e pertencer a grupos, assim como enfrentar os conflitos através dos argumentos.

As concepções desses dois filósofos se entrelaçam quando falam que a linguagem dita por Lévinas, assim como a comunicação por Habermas, não é o fim, mas o meio para conseguirmos uma educação que, a partir das subjetividades, que se encontram separadas, mas relacionadas, consigam caminhar num mesmo rumo.

### **2.5.2 Relação entre educação, comunicação e cidadania**

Queremos propor um momento de reflexão, no qual evidenciamos o motivo que nos levou a fazer a aproximação entre educação, comunicação e cidadania para este estudo. Tendo percorrido um caminho de estudos até aqui, sabemos que há muitas questões ainda para serem discutidas e analisadas. Contudo, temos consciência de que somos seres *inacabados*, em busca constante pelo conhecimento (Freire, 1998, p. 55). Dessa forma, a nossa busca por respostas deve ser uma constante.

Ocorre que, quando relacionamos a educação, a comunicação e a cidadania, trazemos a perspectiva de que:

O Ensino não é apenas uma ferramenta de empoderamento do sujeito em relação a si, aos outros ou ao mundo, mas de reconstituição do corpo como linguagem de mediação, e não como fim ou tabu. A Linguagem e a própria linguagem em torno dela, como a busca da transcendência para conceitos que contemplam o respeito ao Outro, a diferença, os componentes básicos para um agir que não exclua ninguém e não permita a própria exclusão (Rodrigues, 2019, p. 24).

Desse modo, o empoderamento que queremos vai na direção de dar autonomia reflexiva aos alunos da EJA/EPT; despertar neles a consciência a partir da reflexão de que a educação não é apenas conteudista/mecanicista. Freire (1998) nos diz que a educação transforma, a qual chama de "libertadora" e verdadeiramente formadora. Trazemos ainda, a cidadania, a qual está entrelaçada à educação como possibilidade de garantia dos direitos apresentados na concepção freiriana, em face da construção do conhecimento realmente libertador que vai em direção oposta à opressão e submissão.

Por fim, temos a comunicação, elemento essencial que relaciona a educação e a cidadania e que se faz presente em todos os processos, uma vez que a existência

humana não é silenciosa e deve primar por palavras verdadeiras, sendo ela uma das ferramentas que dará a possibilidade de promover a transformação do mundo.

Podemos entender, a partir da percepção freiriana (1987), que existir humanamente é falar sobre o mundo, é procurar modificá-lo. O mundo, ao ser pronunciado, problematiza os sujeitos que o pronunciam, exigindo deles uma nova forma de pronúncia. Os homens não se fazem no silêncio, mas sim através da palavra, do trabalho e da ação-reflexão.

Várias questões sobre o ensino são apresentadas por Rodrigues (2019, p. 47). Uma delas refere-se justamente a estimular o pensar e esse pensamento diz respeito às diferenças, às quais devemos considerar como possibilidade, como abertura, como tensionamento da mesmidade<sup>8</sup>.

Em suas perspectivas, Rodrigues (2019) reafirma a importância da educação para a promoção humana. Ainda diz que o ensino precisa recuperar a dimensão mais geral da conversa, da capacidade de lidarmos com a diferença e acolher o diferente, de transformar a sala de aula em um espaço de crescimento mútuo de inclusão e de promoção da vida e da dignidade humana.

Ademais, expõe aspectos relacionados ao nosso contexto atual, onde há uma falta de motivação para aprendizagem. Essa situação se dá, segundo Rodrigues (2019), muito pela falta de sentido e de significado de quem ensina, de como ensina e do que ensina. Diante disso, não podemos culpar os docentes por uma responsabilidade que não é só deles. Temos uma sociedade que não quer pessoas pensantes, críticas e autônomas, isso porque, não comprariam, não seriam clientes e consumidores (Rodrigues, 2019, p. 56).

Podemos concluir que a forma da abordagem educativa tomada pelo professor poderá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, pois ensinar não pode ser predileção por ouvir o eco da própria voz. Ensinar é intervalo entre o silêncio e a voz do outro que clama diálogo, objeção, interposição aos interditos (Rodrigues, 2019, p. 56).

A educação, a cidadania e a comunicação se entrelaçam em um processo dinâmico, onde:

---

<sup>8</sup> A mesmidade é um conceito trazido por Lévinas (1980) segundo o qual devemos reconhecer o outro. Sendo este um outro si, não um outro eu, ou seja, o que na verdade se pretende é um partir de si para uma relação com o outro. Assim, mantém-se o “ser” de cada indivíduo, mas com uma abertura para o outro ser, rompendo assim com barreiras que aprisionam o “mesmo”, e que não se permite ir a outrem. A mesmidade é ter uma postura ética de entender o outro, respeitando-o como exterior.

Ensinar é pautar constantemente que estamos vivendo em tempos de retomada da questão humana, em que precisamos rever as orientações mais fundamentais sobre as relações interpessoais e inter-humanas, sobre a ética, a alteridade, etc. (Rodrigues, 2019, p. 23).

A fala de Rodrigues (2019) nos faz perceber que o ensino deve seguir um caminho de mudanças, o qual não deve deixar o ensino subordinado aos conteúdos conceituais e as técnicas. Precisamos de professores que promovam espaços onde haja a problematização através da conversa sobre sentido e significado da existência humana e do conteúdo a ser apreendido, onde se vislumbre a possibilidade de melhorar as relações individuais e sociais observando as alteridades. Contudo,

Nem sempre, infelizmente, muitos de nós, educadoras e educadores que proclamamos uma opção democrática, temos uma prática em coerência com o nosso discurso avançado. Daí que o nosso discurso, incoerente com a nossa prática, vire puro palavreado. Daí que, muitas vezes, as nossas palavras “inflamadas”, porém contraditadas por nossa prática autoritária, entrem por um ouvido e saiam pelo outro - os ouvidos das massas populares, cansadas, neste país, do descaso e do desrespeito com que há quatrocentos e oitenta anos vêm sendo tratadas pelo arbítrio e pela arrogância dos poderosos (Freire, 2017, p. 16).

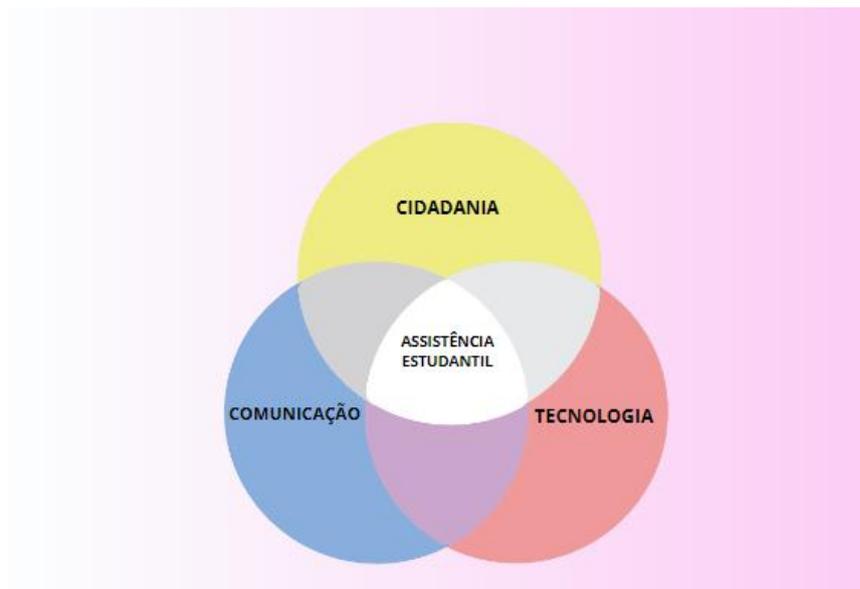
O IFFar oferece políticas públicas; dentre elas o auxílio permanência, foco desta pesquisa, que pode auxiliar na permanência e no êxito dos alunos. Dessa forma, algumas percepções são necessárias pelos educadores, pois há incoerência quando tratamos do conceito de cidadania e não apresentamos as opções oferecidas pela instituição, possibilitando a práxis do que está sendo desenvolvido. Se a instituição possui mecanismos que têm por finalidade auxiliar e trazer benefícios para os alunos possibilitando a permanência e êxito deles, por que não os divulgar e os trabalhar em diferentes momentos? Possibilidade que além de servir como um despertar para uma cidadania ativa, permitirá reflexão e autonomia por parte dos alunos para a busca de outros direitos.

Queremos deixar claro que não se trata de uma crítica, mas de uma possibilidade viva e efetiva, que permitirá trabalhar um conteúdo direcionando-o à prática para algo que a instituição já oferece. Destacamos ainda que essa possibilidade poderá trazer resultados positivos tanto para os alunos da EJA/EPT, como para a educação do IFFar. Quando falamos professores, queremos abarcar a todos os envolvidos no processo educativo, ratificando que não é apenas uma

responsabilidade do professor, mas sim um trabalho que pode ser construído em conjunto com a participação de todos.

A Figura 1 ilustra as relações em que a Assistência Estudantil conversa com as categorias de cidadania, comunicação e tecnologia. Por esse motivo, torna-se o ponto de encontro, ou seja, a intersecção. Além disso, Freire (1987, 1998, 2017), Nussbaum (2015) e Arendt (2009) exaustivamente trazem essa perspectiva em suas obras, segundo as quais, para se ter uma educação que de fato vise minimizar as desigualdades sociais e colaborar com a permanência e êxito dos alunos, não podemos isolá-las, principalmente depois de todo o estudo desenvolvido até aqui e que ainda iremos aprofundar na sequência. Observamos a pertinência dessas relações que permitem reflexões e um movimento a favor daqueles que necessitam usufruir das políticas públicas.

Figura 1 – Representação das relações entre as categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

A relação demonstrada funciona como uma engrenagem que poderá contribuir no direcionamento de esforços, uma vez que possibilitará a compreensão dos envolvidos no processo, assim como a busca dos resultados aos quais o IFFar se propõe de uma sociedade melhor e mais justa. Permitirá ainda atender às demandas no que se refere a mitigar as desigualdades sociais e o abandono dos estudos por falta de conhecimento dos direitos e da motivação para buscar outras possibilidades que não envolvam desistir dos estudos.

### **2.5.3 A educação como promoção do desenvolvimento humano através da comunicação**

Em se tratando de educação, Paulo Freire é referência, trazendo em seus estudos o quanto a educação contribui para a emancipação dos indivíduos. O autor aborda aspectos em que o conhecimento e a comunicação se relacionam como uma interface, capazes de contribuir para a construção de indivíduos autônomos, conscientes e em constante desenvolvimento.

Freire tece suas ideias entrelaçando-as com as de Habermas, no que tange a enfrentar-se as dificuldades na educação, provenientes da falta de comunicação e da compreensão inteligível do mundo. Fato esse que acaba por distanciar ainda mais as minorias vulneráveis de uma educação de qualidade capaz de proporcionar o desenvolvimento integral e a sua cidadania (Freire, 2018, p. 57).

Nesse sentido, a educação profissional visa acompanhar as constantes mudanças, tendo-se em vista que com os avanços das tecnologias e a nova realidade do mundo do trabalho surgiu a necessidade de um novo perfil de profissional. Era preciso habilidades que fossem para além da simples execução de tarefas. O mercado passou a necessitar de indivíduos que fossem mais flexíveis, autônomos e que tivessem conhecimentos mais generalistas, sendo capazes de atuar de forma proficiente no desempenho de suas atividades compreendendo o processo produtivo como um todo.

Atualmente, não se concebe uma Educação Profissional identificada como simples instrumento de política assistencialista ou linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas sim como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas a serem executadas. A Educação Profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho (Brasil, 2012a, p. 8).

De acordo com as diretrizes presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFFar (2018, p. 153), a “Assistência Estudantil tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a permanência desses a partir de medidas que minimizem situações de retenção e evasão”.

Traremos os estudos de Habermas (2013), pensador alemão que em suas obras evidenciou que a ação da comunicação é uma das mais influentes das ciências sociais. Essa ação problematiza a existência humana para além dos ditames do trabalho, retomando a experiência da comunicação como característica fundante da vida, para além da visão do humano como mero instrumento de trabalho.

Pretende-se trazer de volta o debate sobre o potencial de emancipação via ação comunicativa dentro das políticas de AE do IFFar – Campus São Borja, bem como os benefícios que ela poderá trazer na construção de métodos, procedimentos e maneiras de transmitir as informações, objetivando assim a permanência e o êxito dos alunos, que por sua vez, irão se sentir parte integrante e formadora dessa construção do conhecimento comunicativo, assim como cidadãos ativos, cientes de seus direitos.

## 2.6 EDUCAÇÃO E O USO DA TECNOLOGIA

As tecnologias digitais se fazem presentes na sociedade contemporânea e auxiliam nas transformações sociais, culturais, políticas e econômicas. Para tratarmos sobre tecnologias, iremos trazer a definição apresentada por Soffner (2013), que ao defini-las diz que se refere a tudo que possibilita aumentar as capacidades humanas. Contextualizando,

Num histórico de evolução das tecnologias, elas tiveram inicialmente um papel de suporte às atividades operacionais do homem, seguido por uma utilização planejada e sistemática como aquela chamada pelos gregos de *techné* (do grego *tictēin*: criar, produzir atividades práticas ou arte prática, o saber fazer humano, tendo como exemplos as técnicas de plantio e de caça, e também a arte, todas ligadas ao uso de ferramentas pessoais), Posteriormente, foram repensadas em termos da Revolução Industrial, já no final do século XVIII e início do século XIX), quando a técnica passa a tecnologia (Soffner, 2013, p. 149).

A tecnologia diferencia um simples saber fazer de um fazer com raciocínio, com ciência. Na percepção de Soffner (2013) ela discute criticamente a técnica, pois visa melhorá-la, aperfeiçoá-la e compreendê-la. Ainda se apresenta como um produto do homem, portanto é parte de sua cultura. Esta tecnologia está destinada a revolucionar o processo de formação da cultura (Soffner, 2013, p. 150).

Os desenvolvedores das tecnologias buscavam ferramentas que pudessem facilitar o cotidiano das pessoas. Queriam, através dos benefícios resultantes delas, um meio de potencializar os indivíduos.

Diante disso, a tecnologia, quando alinhada à educação, trazia a possibilidade de desenvolver potenciais que poderiam ajudar a transformar os alunos em pessoas autônomas, cidadãos responsáveis, profissionais competentes e com aprendizagens contínuas (Soffner, 2013).

Freire não era contra o uso das tecnologias para a educação. Entendia que poderiam servir como ferramentas pedagógicas que poderiam contribuir para o ensino e aprendizagem dos alunos.

Freire pensa o educador como alguém que media a formação do educando para a vida, um membro ativo da comunidade na qual se insere e ainda agente crítico e autônomo. Intervém nos processos que melhoram sua própria vida, quais sejam, os de real cidadania e efetiva autonomia. Educação para a práxis (Soffner, 2013, p. 154).

Hoje em dia, estamos diante das mais variadas ferramentas tecnológicas que permitem ampliar nossa comunicação. A evolução ocorre de forma muito rápida. Assim, estimular a curiosidade e mostrar as possibilidades do novo para aqueles alunos que não tiveram as mesmas oportunidades está na mão do educador. Possibilitando assim

a investigação da mediação e do suporte às práticas educativas que as novas tecnologias de informação e comunicação oferecem nos dias atuais, a intervenção nos programas de inclusão sociocomunitária, servindo de base pedagógica e instrumento de construção do conhecimento de um ponto de vista socioconstrutivista, permitindo aos aprendentes a realização de potencial humano e desenvolvimento de novas competências (Soffner, 2013, p. 151).

Aceitar modos arcaicos de educação em tempos de evolução, trabalhar apenas com conteúdos conceituais e não desafiar os alunos a utilizar as tecnologias disponíveis os levará em direção oposta da evolução humana. Precisamos trabalhar com o foco nas intenções educacionais de desenvolver os alunos de forma omnilateral.

Diante disso, precisamos compreender a perspectiva trazida por Zabala (1998), que nos apresenta os conteúdos dividindo-os em: conceituais, que engloba conceitos, fatos e princípios (“O que se deve saber”); procedimentais, que dizem respeito a

técnicas e métodos (“O que se deve saber fazer”), por fim os atitudinais, que abrangem valores, atitudes e normas (“Como se deve ser”). Para o autor as atividades de ensino têm que integrar ao máximo os conteúdos e por mais específico que seja, poderá ser associado a conteúdos de outra natureza (Zabala, 1998, p. 30).

A realidade está aí, cheia de tecnologias que utilizamos diariamente. Não há como deixar as tecnologias de lado, sob a pena de excluir e privar os alunos de se desenvolverem junto com as evoluções que os cercam. Tal fato provavelmente acarretaria mais desigualdades sociais.

A educação, nessa proposta, apoiada pela tecnologia, busca contribuir com o processo de transformação social, cabendo ao professor o compromisso com as práticas sociais, e não só a perpetuação de conteúdos (Freire, 1998). Nesse sentido, trabalhar com os alunos da EJA/EPT utilizando tecnologias permitirá que esses indivíduos desenvolvam

[...] conceitos de tecnologia, de práxis e de autonomia e busquem uma ressignificação social, própria da cidadania e das inclusões social e digital. Quando se fala de tecnologia, práxis tem relação direta com a pedagogia da inclusão (Soffner, 2013, p. 156).

Os alunos da EJA/EPT, talvez não tenham acesso a muitas das tecnologias existentes, em face de suas condições financeiras. A simples existência das tecnologias não pressupõe sua utilização, bem como, da igual forma, seu uso não garante sucesso em sua aplicação (Soffner, 2013, p. 156). Então, a possibilidade de aprender utilizando as tecnologias é uma alternativa para incluí-los, trazendo a práxis ao que está sendo ensinado.

Em face ao exposto, torna-se necessário discutirmos quanto à possibilidade de acesso dessas tecnologias. O fato de as tecnologias estarem em todos os lugares não garante que todos possuam de forma democrática o acesso a elas. Precisamos pensar as questões socioeconômicas que ainda excluem ou limitam o acesso à tecnologia.

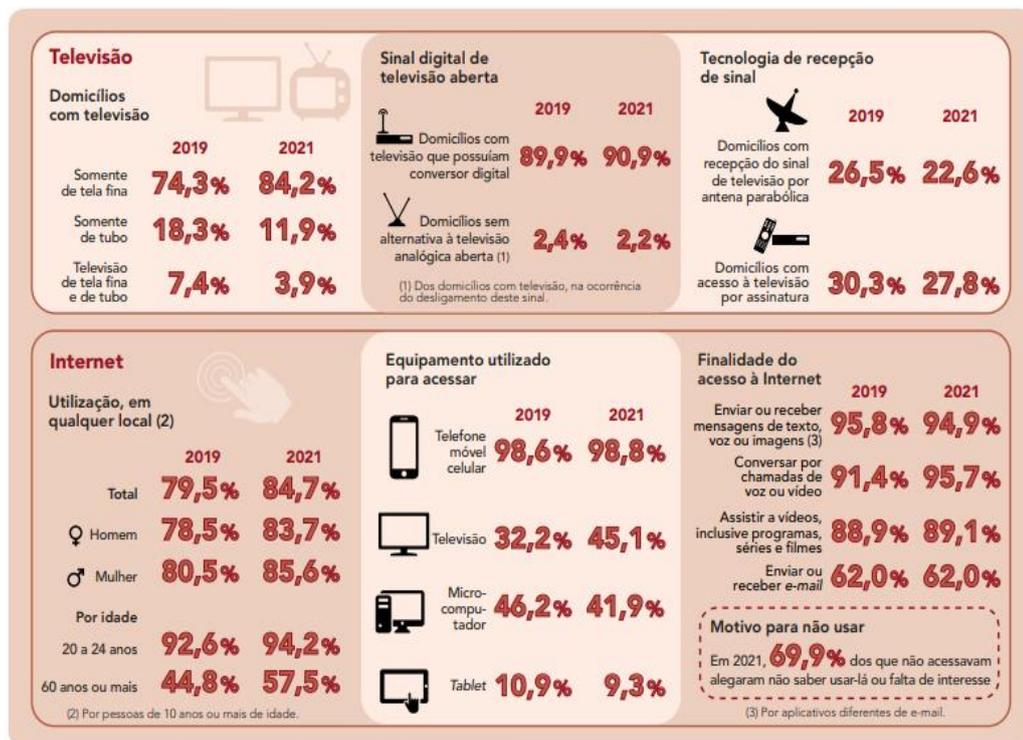
Assim,

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, investigou o módulo temático sobre Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC no quarto trimestre de 2021. A investigação abrangeu o acesso à Internet e a televisão nos domicílios particulares permanentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos de idade ou

mais. Cabe destacar que em 2020, primeiro ano da pandemia de COVID-19, não houve investigação sobre esse tema devido à alteração da modalidade de coleta presencial para coleta por telefone. Tornou-se necessária a adequação da extensão do questionário para que contemplasse somente os temas do núcleo básico da PNAD Contínua. Desta forma, a série histórica sobre acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, iniciada em 2016, foi interrompida em 2020, e as comparações serão analisadas, no presente informativo, entre os anos de 2019 e 2021 (IBGE, 2022, p. 1).

Tomamos por base os dados da pesquisa realizada pelo IBGE (2022) nas casas dos brasileiros. Para que possamos tecer análises sobre essa temática, quanto ao seu uso.

Figura 2 – Pesquisa do IBGE - quadro representativo do uso das tecnologias



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Os resultados obtidos através da pesquisa mostram que as tecnologias estão presentes em quase todos os lares brasileiros. A Internet era utilizada em 90,0% dos domicílios do País em 2021, apresentando um aumento de 6,0 p.p. em relação a 2019. A crescente utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana (IBGE, 2022, p. 5).

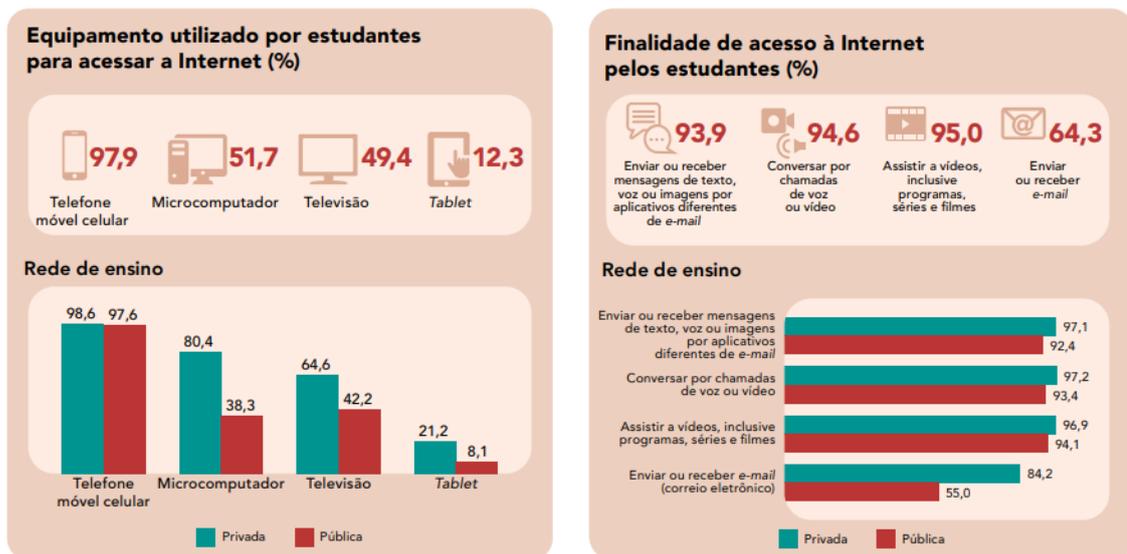
Diante do exposto, trazemos aspectos importantes que recaem sobre o tema que estamos pesquisando, pois são ferramentas que contribuem com as atividades que são desenvolvidas dentro da instituição. Professores e alunos utilizam das mais diversas formas de tecnologias, tais como: o celular, a internet, o tablete e o computador, tanto para trabalhar, estudar, como para o lazer. São ferramentas tecnológicas que contribuem e muito quando bem utilizadas, de fácil acesso a todos.

Questões interessantes aparecem para que possamos entender a realidade dos alunos, o que nos faz refletir quais as tecnologias mais utilizadas e a finalidade para a qual são utilizadas pelos alunos.

Ainda cabe observar que,

[...] no ano de 2021 o telefone celular foi o meio tecnológico mais utilizado pela população na faixa etária de 10 anos ou mais seguido, em menor medida, pela televisão (45,1%), pelo microcomputador (41,9%) e pelo tablet (9,3%). Esse cenário também foi observado em relação ao domicílio. Entre 2019 e 2021, houve aumento do uso da televisão para acessar a Internet (12,9 p.p.) e redução do uso do microcomputador (4,3 p.p.) e do tablet (1,6 p.p.) (IBGE, 2022, p. 9).

Figura 3 – Equipamentos utilizados por estudantes e finalidade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Concluimos que os alunos, em sua grande maioria, utilizam o celular para diversas finalidades, o que podemos observar tanto na Figura 1, quanto na Figura 2 tomando por base os estudos realizados pelo IBGE (2022). Apesar de possuírem outras formas de tecnologias, o celular está na frente com um percentual de 98,6%

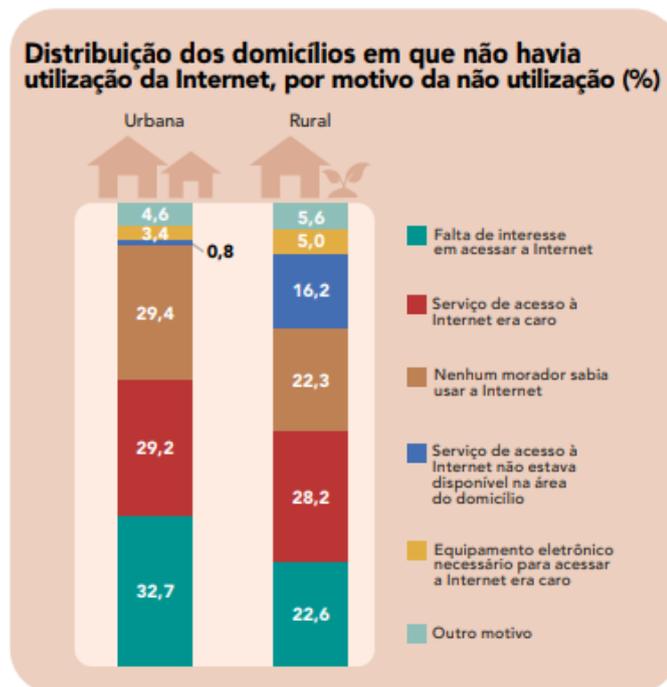
entre os estudantes de todo o Brasil. Ainda há uma diferença entre os alunos da rede pública e os da rede privada, pois,

[...] o grupo de estudantes não é homogêneo. Quando são separados por rede de ensino, notam-se diferenças significativas no uso do computador, da televisão e do tablet para acessar a Internet. Em 2021, enquanto 80,4% dos estudantes da rede privada acessavam a Internet pelo computador, esse percentual era de apenas 38,3% entre os estudantes da rede pública [...]. No que se refere ao uso do tablet, a diferença chega a quase três vezes. Mais uma vez, o telefone móvel foi o principal equipamento utilizado para o acesso à Internet pelos estudantes tanto na rede pública (97,6%) quanto na rede privada (98,6%) (IBGE, 2022, p. 9).

Precisamos partir do pressuposto de Freire, segundo o qual precisamos conhecer nossos alunos, sendo necessário se aferir, inclusive, se sabem utilizar estas ferramentas tecnológicas. Dessa forma será possível colaborar com as práticas dentro e fora da sala de aula, uma vez que não podemos generalizar seu uso como se todos tivessem o mesmo acesso e a mesma compreensão do que ele significa.

O IBGE mostra as dificuldades que os alunos apresentam, mesmo em uma era onde há a utilização de muitas tecnologias. Os dados são de grande relevância quanto à utilização da internet, através dos quais evidencia-se que,

Figura 4 – Motivos da não utilização da Internet - Zona Urbana/ Zona Rural



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

Os dados fornecidos pelo IBGE mostram que ainda há um percentual muito elevado de pessoas que não sabem usar a internet. Na zona urbana, 29,4%, enquanto na rural 22,3%. Ainda, há limitação econômica para se manter ou se adquirir equipamentos para usufruir das tecnologias. São questões que inviabilizam o seu acesso, presente na Figura 4.

Ao analisar a questão financeira apresentada na Figura 4, no que tange ao custo dos equipamentos eletrônicos necessários, assim como o serviço de acesso à internet, ambos envolvem condições financeiras. Assim, temos na zona urbana 32,6%, já na zona rural, 33,2%, uma diferença percentual pequena entre a zona urbana e a rural. Mas, o fato que chamou a atenção diz respeito ao quantitativo de lares que ainda não possuem acesso à internet, por causa do seu custo, indiferentemente de sua localização, 57,4% dos participantes da pesquisa.

As informações apresentadas pela pesquisa a domicílio do IBGE são pertinentes para nosso estudo. Alertou-nos que ainda que as tecnologias existam e estejam presentes na grande parte dos lares brasileiros, não podemos generalizar que todos têm acesso, ou até mesmo sabem utilizá-las. O aumento do uso das tecnologias pelas famílias brasileiras é notório, porém, precisamos escutar a realidade dos alunos para que possamos entender suas necessidades e utilizar as tecnologias de uma maneira assertiva dentro das possibilidades.

### **2.6.1 As políticas de assistência estudantil na educação profissional e tecnológica**

Na história, a educação se apresentava de uma forma dual, ou seja, a classe dominante, que detinham maiores recursos financeiros, recebia uma educação de qualidade, que visava o desenvolvimento em várias áreas do conhecimento, de maneira a mantê-los no poder. Já de outro lado, havia aqueles menos favorecidos, que recebiam o ensino básico para desempenhar apenas o trabalho. Era mais técnico e específico.

Ter a educação como princípio para construção de uma mudança social faz-nos pensar quanto à oferta de ferramentas para minimizar tamanhas desigualdades. De modo que,

[...] até o século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes, cujo acesso era negado aos demais (Moura, 2007, p. 5).

A desigualdade social encontrava na educação uma forma visível de se apresentar, notoriamente criando um círculo difícil de ser rompido, no qual existiam os dominantes e os dominados. Esses últimos, mais vulneráveis, não viam formas de ultrapassar essa barreira intelectual social capitalista, pois os ensinamentos que lhes eram ofertados limitavam-se ao ingresso no mundo do trabalho e nada mais, uma vez que se entendia que não havia a necessidade de que desenvolvessem outras formas de conhecimento.

Com a evolução tecnológica, o mundo do trabalho exigiu um novo olhar para essa classe trabalhadora, que necessitava ter uma maior proficiência dentro de suas tarefas. Não bastava mais fazer só o trivial, pois as tecnologias estavam em expansão e era preciso ter trabalhadores que acompanhassem tamanha evolução. Então, não serviam mais indivíduos sem articulação, criticidade, dinamicidade e criatividade, e sim os que fossem capazes de entender e interagir com todo desenvolvimento da produção.

A nova realidade do mundo do trabalho, decorrente, sobretudo, da substituição da base eletromecânica pela base microeletrônica, passou a exigir da Educação Profissional que propicie ao trabalhador o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais complexos (Brasil, 2012a, p. 5).

Foi então que a educação profissional passou por uma reformulação com a intenção de promover mudanças. O trabalho passou a ser visto como princípio educativo, objetivando também eximir as desigualdades sociais através da educação, propondo uma nova forma de desenvolver os conhecimentos omnilateralmente.

Diante disso, compreender essa proposta da formação do homem historicamente e refletir sobre a formação humana através de uma Educação Profissional e Tecnológica – EPT vem ao encontro da presente proposta de pesquisa. Cabe aqui esclarecer que o conceito de *omnilateral* procede da concepção utilizada

por Marx, “em referência à formação humana nos Manuscritos Econômicos – filosóficos de 1844”, segundo Fonte (2018, p. 13).

Trazemos Marx, pois suas concepções servem de alicerce para as construções das propostas da EPT. Suas obras elucidam o que seria a essência humana através da produção, ou seja, do “trabalho” como possibilidade de desenvolvimento pleno, associado à emancipação como possibilidade de mudança nas estruturas sociais. A educação proposta sob essa visão não mais se subdivide entre os que se desenvolvem intelectualmente para gerir e aqueles que apenas irão ser subordinados a executar funções.

A educação que se busca, dita “educação do futuro”, deve superar a hegemonia. Sabe-se que não é uma tarefa fácil, pois possui raízes profundas na história, onde o capitalismo está sempre colaborando para essas disparidades. Porém, há de ser uma luta constante, pois,

[...] qualquer teoria educacional contra hegemônica precisa abraçar como norte a emancipação da humanidade no seu conjunto e uma formação na qual não haja hierarquia de faculdades e capacidades humanas, uma formação que articule (e não interponha) as dimensões intelectuais, estético-artística, ética e política a partir do trabalho (Fonte, 2018, p. 17).

Como mencionado anteriormente, os Institutos Federais foram criados na intenção da construção de saberes através de uma educação integral gratuita, de qualidade e organizada, para desenvolver indivíduos críticos e autônomos e que compreendam seu papel no mundo do trabalho. Valendo-se desse processo educativo, proposto pela pedagogia da politecnia, torná-los capazes de lutar por políticas públicas que minimizem as desigualdades e objetivem o desenvolvimento do indivíduo em sua integralidade, de forma ativa e continuada diante da realidade apresentada.

Sobre o conceito de politecnia, Marx (1980) apresenta uma visão sobre as “escolas politécnicas” e o “ensino tecnológico, trazendo o entendimento da união entre ensino e trabalho, a prática e o conhecimento na busca de uma nova sociedade, na busca da superação das divisões sociais presente no trabalho. De modo que,

Etimologicamente, politecnia significa “muitas técnicas”. No Brasil, o termo com esse sentido, deu nome a instituições educacionais como escolas de engenharia (a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo); e com o sentido voltado para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica[...] (Ciavatta, 2014, p. 189).

Esses conceitos são importantes para compreender a proposta que deu origem às instituições como o IFFar, que utilizam tais preceitos para a construção das suas bases de ensino. Por isso, há necessidade de entendê-los, para ratificar a importância dessa modalidade que inter-relaciona trabalho e educação como forma de construir uma sociedade mais igualitária e culta, com um ensino gratuito e de qualidade.

Ainda na perspectiva de igualdade de condições do ensino, na intenção de criar possibilidades para os discentes permanecerem na educação pública federal, passou a vigorar o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamentou os direitos que podem ser subsidiados aos estudantes. Com base no decreto mencionado, o Instituto Federal Farroupilha implantou as diretrizes da AE, através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010a), apresentando ações, como:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII – esporte;
- VIII - creche;
- IX – apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2010a).

As referidas ações idealizadas e propostas pelo PNAES têm o caráter de cunho social, pois buscam atender aos discentes, proporcionando-lhes condições igualitárias para permanência e êxito na continuidade de seus estudos. Contudo, vale destacar que o papel da Assistência Estudantil não se restringe apenas a práticas que visam a democratização da educação, amenizando as diferenças entre as classes sociais. O propósito também é contribuir para o processo de desenvolvimento integral dos discentes, entregando para a sociedade cidadãos autônomos, ativos e participativos.

Convém ressaltar que a concepção filosófica que embasa os Institutos Federais – com ênfase no Currículo Integrado – visa, sobretudo, formar cidadãos e cidadãs autodeterminados, capazes de compreender, explicar e transformar o seu contexto humano e social. E, nesse sentido, a preocupação com a formação integral implica na oferta de cuidados e perspectivas de atendimento que acolha todos em todas as suas dimensões, sobretudo os que mais necessitam e que a vida menos deu oportunidade.

Esse é o objetivo principal inclusive da Assistência Estudantil no contexto da rede federal.

A equipe multidisciplinar da CAE deve ser compreendida dentro de uma concepção ético-política de uma proposta de Ensino. Não pode ser reduzida ao papel meramente assistencialista ou, no caso da área de saúde, como mero atendimento clínico. O trabalho da Assistência Estudantil requer uma complexa identificação com a natureza da formação politécnica, da missão do trabalho como princípio educativo e da pesquisa como pressuposto pedagógico.

### 3 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia que foi desenvolvida para esta dissertação visou reunir informações para responder o problema proposto, além de contribuir com a construção de conhecimentos.

Jacobini (2011, p. 49) define projeto de pesquisa como:

[...] um documento onde registramos vários elementos envolvidos no processo da pesquisa que queremos realizar e que é elaborado tendo em vista ou a avaliação de terceiros (orientador, órgão de financiamento de pesquisa), ou a fixação de uma linha que dirigirá nosso trabalho de pesquisa.

Em um **primeiro** momento, nos apropriamos do tema através de leituras de artigos científicos, livros, dissertações e documentos institucionais para fornecer base às fundamentações teóricas representadas ao longo da dissertação. Delimitamos os critérios de inclusão e exclusão dos participantes. Dessa forma, foram incluídos os discentes do EJA/EPT do IFFar - Campus São Borja, devidamente matriculados e ativos, frequentando o primeiro, segundo e terceiro anos na respectiva instituição e com a devida subscrição no TCLE, excluídos aqueles que não estavam frequentes por: desistência (abandono), trancamento da matrícula, não assinaram o TCLE e não serem alunos do EJA/EPT do IFFar - Campus São Borja.

Com a autorização da Institucional para realizar a pesquisa, apresentamos aos participantes do questionário e do Grupo Focal o Termo Livre e Esclarecido (Anexo B) e (Anexo C) respectivamente. Com o Título da pesquisa, “PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, IMPLEMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA”, a qual foi desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antonio Rodrigues.

O Termo livre e esclarecido (TCLE) evidenciou o objetivo da pesquisa, na intenção de levantar dados que possibilitassem a análise, percepção e o entendimento dos discentes do EJA/EPT do Instituto Federal Farroupilha acerca das bases conceituais e legais do auxílio permanência, na intenção de resgatar o sentido e o papel da Assistência Estudantil, enquanto possibilidade de aprimorar as ações de apoio referente ao auxílio-permanência, enquanto possibilidade de contribuição para

a formação da cidadania, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR Campus São Borja.

No **segundo** momento, aplicamos um questionário nas turmas do primeiro, segundo e terceiro anos do EJA/EPT, (APÊNDICE A). Os participantes do questionário foram verificados na lista fornecida pelo SRA quanto as suas frequências e matrícula, o que possibilitou tecer comparações e análises, levando em consideração peculiaridades de cada turma.

Com a técnica do questionário, coletamos informações, as quais nos permitiram conhecer melhor nosso público-alvo de estudo, tendo em vista que “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas” (Gil, 1999, p. 121). Foi o que desenvolvemos através do questionário.

O questionário foi entregue de forma impressa para os alunos das três turmas da EJA/EPT, após a devida submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-CONEP). Parecer número: 6.071.374. Em 22/05/2023. Continha 12 questões, sendo elas abertas e fechadas, subdivididas nas seguintes seções: a) conhecer os estudantes participantes da pesquisa; b) os meios de comunicação utilizados para receber informações institucionais; c) a participação e entendimento quanto a questões como: edital, CAE, permanência no IFFar e cidadania.

Aproveitamos a oportunidade da entrega do questionário e conversamos mais uma vez com os alunos para retomar os objetivos da pesquisa da qual eles estavam participando, deixando-os cientes de que haveria uma segunda etapa, em que seriam convidados a participar de um Grupo Focal que seria gravado utilizando um aparelho de áudio-gravação (telefone móvel - celular) e posteriormente transcrito.

Optamos pela forma impressa para conhecer os alunos, tendo em vista sabermos se tratarem de turmas pequenas e que precisávamos da participação de todos. Estávamos cientes das dificuldades de utilizarem as ferramentas tecnológicas; elas não seriam eficientes para o nosso público, tão pouco teríamos a participação satisfatória que tivemos, caso pretendêssemos que as entrevistas fossem desenvolvidas unicamente por esses meios.

Prestamos todas as informações necessárias para a realização da pesquisa a todos os participantes, observando os preceitos éticos. Deixamos os alunos livres para optarem em participar de forma voluntária do estudo e cientes de que não teriam prejuízo algum, caso desistissem. Além disso, esclarecemos quanto à possibilidade

de solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa em qualquer momento que julgassem necessário.

Em um **terceiro** momento, utilizamos a técnica de Grupo Focal para a coleta de dados. Essa opção permitiu uma grande participação do público-alvo da pesquisa. Tomamos como embasamento as ideias de Freire (2018), que concorda com Habermas. Buscamos uma pedagogia dialógica através do grupo focal devido à “outra convicção que se considera fundamental e que sustenta: É necessário aprender a escutar” (Freire, 2018, p. 44). Em razão disso,

pelos princípios da pesquisa qualitativa, o Grupo Focal é uma metodologia de entrevista onde ocorre uma exposição oral específica e espontânea dos envolvidos. A técnica de Grupo Focal fomenta interações de um grupo sobre um tema proposto, juntamente com os debates suscitados entre os participantes (Pommer; Pommer, 2014, p. 10).

Nesta perspectiva, a escuta e a interpretação se fazem necessárias do público usuário dos serviços prestados pela Assistência Estudantil, assim, diz Freire (2018, p. 27), “a curiosidade nos empurra, nos motiva, nos leva a desvelar a realidade através da ação”. Essa ação não é apenas prática, mas práxis que se faz interação com o mundo da vida, é ação comunicativa, estratégia de busca do consenso, considerando que a existência não é essencialidade, mas intersubjetividade (Habermas, 1987a, 1987b, 1989, 1997).

Através da escuta, obtivemos respostas, avaliamos os resultados obtidos e assim, foi-nos possível propor um produto mais assertivo, a fim de promover melhorias para o desenvolvimento das efetivas funções da CAE, no que tange à divulgação e participação dos alunos no edital de Auxílio Permanência.

Considerando, pois, a alteridade como condição para a existência da comunicação, Gatti (2005) ainda traz que a intenção do grupo focal é possibilitar a compreensão da realidade dos processos que envolvem a sua construção por intermédio de determinados grupos sociais. Dentro dessa perspectiva, conseguimos analisar os participantes da pesquisa e suas peculiaridades apresentadas nos resultados e discussões.

A técnica do Grupo Focal merece destaque, pois possibilitou trocas mútuas de informações oriundas das experiências vividas pelos participantes, em consonância com o objeto do estudo, assim como a compreensão de atitudes e comportamentos de cada grupo estudado.

Como organizamos os Grupos Focais:

- a) Número de participantes: Devido ao número de alunos, realizamos 3 encontros em dias alternados, com o fim de atender aos preceitos de Gatti, segundo os quais os grupos devem ter no mínimo 6 e no máximo 12 pessoas (Gatti, 2005, p. 22).
- b) Seleção dos participantes: A formação dos grupos e a seleção dos participantes foi de acordo com o ano escolar que estavam cursando, constituindo assim grupos com alunos do primeiro, segundo e terceiro anos do EJA/EPT do IFFar Campus São Borja.
- c) Quantitativo de grupos: Sobre o número de grupos, Gatti (2005) deixa claro que tudo irá depender da quantidade de informações obtidas para responder o objeto do estudo. Diante disso, realizamos 3 encontros, ou seja, um com cada turma, os quais atenderam de forma satisfatória a proposta da pesquisa, não havendo necessidade de novos encontros para tal finalidade.
- d) Quanto à duração e o local de realização: A duração não foi a mesma entre as turmas. Contudo, observamos o tempo máximo de duas horas, duração limite que não foi atingida em nenhum dos encontros. Os encontros foram previamente marcados com data e horário para a realização do Grupo Focal, os quais foram gravados em áudio (aparelho celular) com o consentimento dos participantes, através dos termos assinados TCLE. O local escolhido foi a sala de aula do IFFar Campus São Borja dos próprios alunos, mais especificamente a de uma das disciplinas ofertadas pelo curso, fornecida pela Coordenação do Curso do Técnico de Gastronomia EJA/EPT do Campus São Borja.
- e) Elaboração do roteiro: Foi preparado um roteiro contendo os tópicos e assuntos que guiaram as discussões. As primeiras questões eram mais gerais e de fácil compreensão com o objetivo de estimular a participação de todos. Houve aqueles que se sobressaíram mais, mas todos se mostraram receptivos em participar. Na sequência, propomos questões mais específicas, que nos permitiram análise e coleta de dados de maneira mais direcionada e eficiente (conforme Anexo C).

### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Para a realização do trabalho, propôs-se uma metodologia que serviu de suporte para reunir as informações e coletar os dados junto aos alunos do EJA/EPT, através de uma análise documental junto à CAE e o setor de Registros Acadêmicos (SRA). A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com fins exploratórios/descritivos, afinal,

os dados obtidos por meio dessa participação ativa são de natureza qualitativa e analisados de forma correspondente. As hipóteses são geradas durante o processo investigativo. [...] através de uma narrativa detalhada, o pesquisador busca credibilidade para seus modelos interpretativos (Moreira, 2011, p. 76).

Ao optar pela abordagem qualitativa, buscamos compreender a percepção dos alunos do EJA/EPT sobre o auxílio permanência da AE, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e a sua permanência e êxito escolar. A mencionada abordagem possibilitou-nos conhecer e analisar as falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa, observando as interações, interpretações e suas construções de sentidos dentro da realidade em que os alunos se encontram inseridos.

### 3.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) - *Campus* São Borja<sup>9</sup>. A referida unidade começou suas atividades no dia 15 de março de 2010, ofertando uma educação científica, tecnológica e profissionalizante, gratuita para a comunidade são-borjense e região, através de ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>9</sup> Campus São Borja fica localizado na Rua Otaviano Castilho Mendes, nº 355 - CEP 97670-000 - São Borja - Rio Grande do Sul/RS

Figura 5 – Imagem aérea do Campus São Borja



Fonte: Página do IFFar.<sup>10</sup>

Além da unidade que foi objeto deste estudo, o IFFar também está estabelecido em outras cidades: Reitoria (Santa Maria), Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Vicente do Sul, Uruguaiana, além de Polos de Educação a Distância e Centros de Referência.

Atualmente os cursos ofertados no *Campus* São Borja são: cursos **Técnicos Integrados ao ensino médio** em Eventos e Informática; **Técnico de nível médio subsequente**, Cozinha (Gastronomia) e em Logística; **Curso de Graduação**, Tecnologia em Gestão de Turismo, Gastronomia, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática. **Curso Técnicos na modalidade de Jovens e Adultos (EJA/EPT)** em Cozinha (Gastronomia). **Pós-Graduação** - Especialização em Ensino de Ciências da Natureza, de Matemática e suas Tecnologias.

A escolha da Instituição e o *Campus* se deu por dois motivos: O primeiro por ser o local com o qual a pesquisadora possui vínculo enquanto servidora, tendo assim a possibilidade de construir conhecimentos e contribuir com as demandas escolares para a permanência e êxito dos discentes. O segundo por ser a EJA/EPT o cerne do presente estudo.

O recorte temporal compreendeu os anos de 2021 a 2023, cujo critério visou observar uma amostra de estudantes em diferentes momentos dentro da instituição. Este propósito dá conta de responder ao problema da pesquisa, que teve como objeto aqueles que estão ingressando, os que já tiveram por um período na instituição e os que estão concluindo seus estudos.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/sao-borja>. Acesso: 9 jan. 2023.

### 3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os discentes do EJA/EPT do IFFar - Campus São Borja, Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, devidamente matriculados e ativos, frequentando o primeiro, segundo e terceiro anos, foram convidados a participar da pesquisa que analisou suas percepções acerca do auxílio permanência da AE, sendo esses participantes ingressantes na instituição por um programa que visa incluir e mitigar as desigualdades sociais, com a finalidade de promover a inserção, permanência e êxito desses estudantes nessa modalidade de ensino.

Quando falamos na formação de jovens e adultos, é sabido que historicamente eles não tiveram as mesmas oportunidades de continuar seus estudos. Pesquisas apontam que pessoas de classes mais vulneráveis iniciam seus estudos, mas os abandonam por razões que vão desde questões socioeconômicas, familiares e até de saúde. Entretanto, estudar seria para estas pessoas possivelmente a única forma de ascensão social. Tal fator justifica nossa amostra de participantes, reforçando a importância das políticas educacionais como possibilidade de busca pela cidadania e permanência na escola, resultando em oportunidade de construir um futuro melhor.

Castaman e Rodrigues (2021, p. 398) trazem reflexões sobre a necessidade de se pensar as diversidades dos envolvidos no processo, na busca de proporcionar a eles uma aprendizagem significativa, além de uma consciência crítica. Sendo assim, características individuais como gênero, idade, origem escolar, renda per capita e cor/etnia serão levados em consideração no presente estudo. Assim, ratificamos a importância de observar os diferentes contextos existentes na escola, considerando as percepções desses discentes quanto ao auxílio permanência ofertado pela CAE.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para garantir a lisura da pesquisa, a mesma foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para apreciação e, a partir da autorização da instituição participante (IFFar – Campus São Borja), foi cadastrada na Plataforma Brasil. O processo ético desta pesquisa foi pautado nos preceitos das Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016 que tratam das diretrizes e normas que regulamentam

pesquisas com seres humanos. Com a aprovação da CEP realizamos a coleta de dados.

Os participantes da pesquisa receberam informações de forma clara e objetiva quanto a sua participação voluntária, bem como da possibilidade de desligamento da mesma a qualquer momento que julgassem pertinente, bastando, para tal, que retirassem seu consentimento sem quaisquer danos ou prejuízos. Os participantes receberam os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B e Anexo C) contendo informações sobre a pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos e potenciais riscos. Os Termos de Consentimento livre e esclarecido

O TCLE continha informações para deixar os participantes esclarecidos quanto ao intuito da pesquisa e seus resultados, de modo que foram apresentados: O objetivo, a metodologia, os benefícios, os riscos, as despesas e os danos, bem como informações quanto ao sigilo e as duas ferramentas para a coleta de dados distintos.

Em consonância com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, as gravações de áudios coletados estão sob responsabilidade da pesquisadora, armazenadas em dispositivo portátil com memória, por cinco anos após a publicação dos resultados. Para garantia do anonimato, os alunos assumiram letras do alfabeto como nomes dentro da pesquisa, de modo que, para atender aos aspectos éticos referentes a este quesito, a pesquisadora assinará o Termo de Confidencialidade dos Dados, conforme Anexo D.

Buscamos, com o estudo realizado, colaborar a médio e longo prazo com os discentes do curso da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT). Apresentando suas percepções quanto às políticas da assistência estudantil, em específico, o auxílio permanência, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, bem como a consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR.

Conseguimos prospectar caminhos dialógicos através de ações institucionais que utilizam da comunicação como meio para alcançar a permanência e êxito, tornando essencial a escuta dos usuários dos serviços da Assistência Estudantil. Dessa forma, é possível promover melhorias contínuas no processo de comunicação entre o setor da CAE e os alunos da EJA/EPT, possibilitando ainda a conscientização social sobre a prática da cidadania através da busca pelos direitos os quais a instituição oferta.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A categoria que utilizamos de análise é a *priori*. (Bardin, 1977).

Para analisarmos os resultados da presente pesquisa, torna-se primordial descrever e conhecer o público-alvo do presente trabalho. Desse modo, os resultados obtidos com a pesquisa permitirão compreender a realidade dos alunos, assim como contribuir de forma mais efetiva, tendo uma visão próxima de suas realidades.

Freire (2017, p. 91) já dizia que a leitura de mundo trazida pelos indivíduos permite descobrir e entender os fatos, assim como os que observamos e analisamos. Buscamos a possibilidade de uma leitura crítica, fundamentada na realidade trazida pelos alunos e as suas leituras de mundo. Dessa forma, os resultados e as discussões terão uma proximidade entre o real e o ideal, considerando o público envolvido neste trabalho.

### 4.1 COLETA DE DADOS

Após a contextualização do curso da EJA do Campus São Borja, vamos conhecer o público-alvo da presente pesquisa. Inicialmente, foi solicitado ao Setor de Registros Acadêmicos (SRA) o relatório dos alunos que estavam matriculados, assim como os dos alunos que estavam frequentando a sala de aula. O intuito era aferir que número de alunos matriculados no curso tinha continuidade nos seus estudos.

Essa análise permitiu entender que há uma diferença entre os alunos matriculados e os que estão de fato frequentando a aula. Abaixo, o Quadro 1 traz o comparativo dos alunos do **primeiro ano da EJA/EPT** de 2023.

Quadro 1 – Alunos do 1º Ano da EJA Campus São Borja

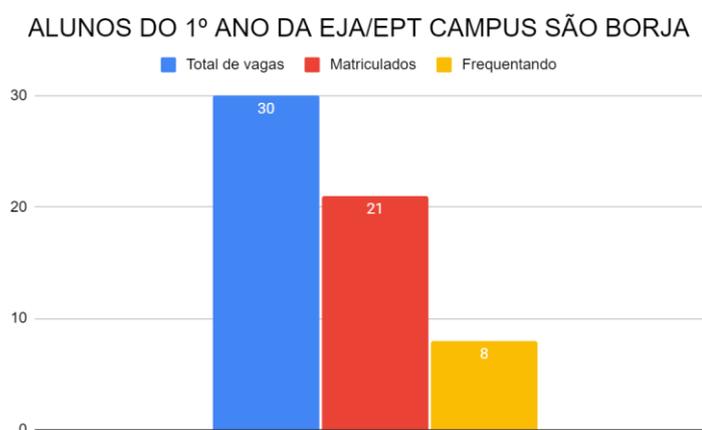
1º Ano	Turma Capacidade	Matriculados	Frequentando	% Evasão
Perspectiva	30 alunos	30 alunos	8 alunos	73,33%
Realidade	30 alunos	21 alunos	8 alunos	61,90%

Fonte: Dados Retirados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas<sup>11</sup>

<sup>11</sup> SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. O Instituto Federal Farroupilha adotou o Sistema Integrado de Gestão (SIG), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande

No Quadro 1, podemos observar que há um número maior de alunos matriculados do que ativos, ingressantes em 2023, no primeiro ano do Técnico em Gastronomia EJA/EPT. Através deste quadro, é possível traçar comparativos entre a perspectiva planejada pela instituição, com a turma de 30 alunos, e a realidade apresentada com 21 alunos matriculados. Fizemos esse comparativo para visualizar o que a instituição se propõe em termos de vagas, comparado à realidade que se apresenta hoje.

Figura 6 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGAA

Já na Figura 6, o objetivo é um comparativo visual, com o fim de evidenciar os quantitativos de alunos apresentados. Os 21 alunos efetuaram suas matrículas, garantindo a vaga no curso, pois faz parte do processo de ingresso a confirmação da vaga no Setor de Registros Acadêmicos (SRA). Entende-se por matrícula do aluno ingressante o ato formal através do qual se dá a vinculação do estudante a um determinado curso, mediante classificação em processo seletivo de ingresso e entrega da documentação legal exigida, conforme edital (Brasil, 2023a, p. 4).

As aulas tiveram início com um total de vinte e um alunos. Diante disso, observou-se que a turma do 1º ano da EJA/EPT do Campus São Borja de 2023 não iniciou com todas as suas vagas preenchidas, ou seja, com os seus 30 alunos. Esta

---

do Norte (UFRN), com o objetivo de facilitar o gerenciamento das informações e padronizar processos e estatísticas, colaborando para a integração das suas diversas unidades. O SIG se divide em subsistemas (SIGAA, SIPAC, SIGGP, SIGPP, SIGED, SIGAdmin), os quais se dividem em módulos, que disponibilizam um conjunto de funcionalidades relacionadas às necessidades/demandas de uma área/unidade específica. Disponível em: <https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/itemlist/tag/560-sigaa>. Acesso: 05 de set. 2023.

concessão foi possível a partir da reunião do Colegiado de Dirigentes (CODIR)<sup>12</sup>, a qual aprovou a flexibilização do número de matrículas para o início das aulas.

De acordo com normas internas do IFFar, as novas turmas dos cursos devem ter um mínimo de 25 alunos matriculados para iniciarem o ano letivo. Esse número já vem sendo flexibilizado ao longo dos últimos anos, devido aos impactos da pandemia de Covid-19. A compreensão é de que, durante o período mencionado, houve uma redução geral nas matrículas em cursos oferecidos pelas instituições brasileiras. O número necessário para a abertura das turmas foi reduzido para 15 (Brasil, 2023b).<sup>13</sup>

A referida reunião do CODIR ocorreu em 28 de fevereiro de 2023, tendo como um dos assuntos o número de alunos necessário para iniciar as aulas e formar as turmas, tendo em observância a sustentabilidade econômica dos cursos. O fato da flexibilização do número de alunos se apresentou como sendo uma situação que estava ocorrendo nos demais *Campi*, ou seja, o processo seletivo nos diversos cursos do IFFar não estava atingindo o número mínimo das 25 matrículas. Dentre os cursos, destacou-se a situação dos cursos de Licenciatura e dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio oferecidos na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

A análise dessa notícia presente na pauta da reunião do Codir permitiu-nos observar que não se tratava de um fato isolado do *Campus* São Borja, pois, a primeira pauta da 1ª Reunião Extraordinária do Colégio de Dirigentes – Codir 2023 trouxe que

[...] estaria relacionada à flexibilização do número mínimo de matrículas para a abertura de turmas dos cursos no primeiro semestre de 2023, justificada pela manifestação de oito *campi* (conforme memorandos anexos) que não conseguiram o número mínimo de inscrições previstas nas regulamentações institucionais. A Reitora ressaltou que, neste caso, é o Codir deve emitir um parecer permitindo que seja realizada a oferta de curso sem o número mínimo de 25 estudantes matriculados; avisou que as especificidades dos cursos: Superior, Proeja, subseqüentemente serão analisadas separadamente. (Brasil, 2023b, p. 2-3).

---

<sup>12</sup> O Colégio de Dirigentes (Codir) é um órgão consultivo de apoio ao processo decisório do IFFar; ocupa-se de matéria administrativa, econômica, orçamentária e financeira e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais. Sua composição, suas competências e seu funcionamento são definidos nos seguintes documentos institucionais: Estatuto do IFFar (Resolução Consup n.º 186/2014), Regimento Geral do IFFar (Resolução Consup n.º 22/2016) e Regulamento Interno do Codir (Resolução Consup n.º 015/2013). Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/col%C3%A9gio-de-dirigentes/apresenta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 12 set. 2023.

<sup>13</sup> <https://www.iffarroupilha.edu.br/noticias-sau/item/29878-codir-aprova-flexibiliza%C3%A7%C3%A3o-de-n%C3%BAmero-de-matr%C3%ADculas-para-abertura-de-turmas-63fe4a6c4f105>

A diminuição da procura era e é uma preocupação de todos os *Campi*. Detectamos também que não se tratava do caso de um curso isolado, como a EJA, que é o foco do nosso trabalho. Existiam outros fatores, como por exemplo, a superação de um ensino totalmente remoto. Circunstância essa causada pela pandemia da Covid-19<sup>14</sup>, nos anos de 2020 e 2021, o que causou e causa, até hoje, reflexos negativos na educação, que acabaram refletindo na deliberação do CODIR, no sentido de permitir que se iniciem as aulas com turmas menores.

Assim, não há como falar em educação e fazer uma pesquisa em 2023 sem trazer um pouco da história desse período, tendo-se em conta o recorte temporal desta pesquisa e o fato de o evento da pandemia ter sido algo que atingiu o mundo inteiro.

O Brasil começou a sofrer com as primeiras consequências da crise sanitária ocasionada pelo Coronavírus nos mais diversos âmbitos da sociedade, tendo as relações interpessoais sendo diretamente afetadas em razão das orientações das organizações mundiais de saúde quanto aos cuidados necessários de higiene e distanciamento social. A tentativa era de controlar os números de contágio do vírus e a mortalidade ocasionada por ele.

Não sendo diferente, o setor de educação vivenciou as repercussões do quadro pandêmico e precisou reinventar emergencialmente seus processos e métodos de ensino e ferramentas de estímulo escolar para o formato remoto. Ao trazer essas informações para a pesquisa, mesmo parecendo não ser esse o foco, o que se quer é também entender um pouco o contexto dos alunos da pesquisa, assim como a Instituição, que fazem parte do recorte temporal analisado.

Com a aprovação do comitê de ética da Instituição e a qualificação do Projeto para a sua execução, iniciamos a pesquisa ainda no primeiro semestre de 2023. Nesse período, o número de alunos que estavam frequentando a sala de aula havia reduzido drasticamente. Esse fato causou preocupação, pois dos 21 alunos matriculados, 61,90% não estavam mais frequentando as aulas. Contudo, mesmo com esse número de alunos no primeiro semestre, todos optaram por participar da pesquisa e dar sua parcela de contribuição para o curso. O que foi muito gratificante e motivador.

---

<sup>14</sup> Segundo o Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso: 12 set. 2023.

O Quadro 2, abaixo, apresenta os dois cenários para que possamos visualizar a evasão dos alunos que começaram o ano de 2023 matriculados no **segundo ano da EJA/EPT** no curso Técnico em Gastronomia.

Quadro 2 – Alunos do 2º Ano da EJA Campus São Borja

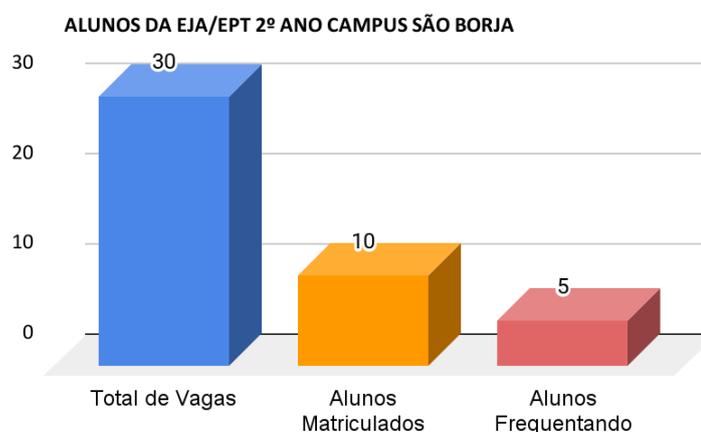
2º Ano	Turma Capacidade	Matriculados	Frequentando	% Evasão
Perspectiva	30 alunos	30 alunos	5 alunos	83,33%
Realidade	30 alunos	10 alunos	5 alunos	50%

Fonte: Dados Retirados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

O segundo ano do curso da EJA/EPT iniciou-se com um quantitativo reduzido de alunos, o que destaca ainda mais a situação analisada. Porém, nessa etapa, a evasão foi de 50%, o que difere da do primeiro ano que, em termos percentuais, foi de 61,90% de evasão. Entende-se por evasão a não realização da renovação do vínculo por meio da matrícula online pelo estudante em qualquer período do curso (Brasil, 2023a, p. 9).

Tendo por análise os alunos que se matricularam para o segundo ano, há um percentual ligeiramente menor de evasão. No entanto, este cenário deveria mostrar uma melhora. Contudo, iniciar-se com 5 alunos em uma turma que deveria ter 30, não pode ser avaliado como resultado positivo. Ainda, o índice de evasão permanece elevado, saindo fora da perspectiva institucional.

Figura 7 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGAA

Na Figura 7, os dados da turma do segundo ano da EJA/EPT do Campus São Borja são evidenciados. Esta turma iniciou-se com apenas 10 alunos matriculados. Diante disso, tendo um número inicial inferior ao do planejado para o referido curso, observamos que houve a desistência ou abandono do curso por 50% de alunos. Percebemos algo em comum no primeiro e no segundo ano: A diferença entre o número de alunos matriculados e o elevado número de evasão que segue persistindo.

O Quadro 3 apresenta os alunos do **terceiro ano da EJA/EPT** de 2023 do curso Técnico em Gastronomia.

Quadro 3 – Alunos do 3º Ano da EJA Campus São Borja

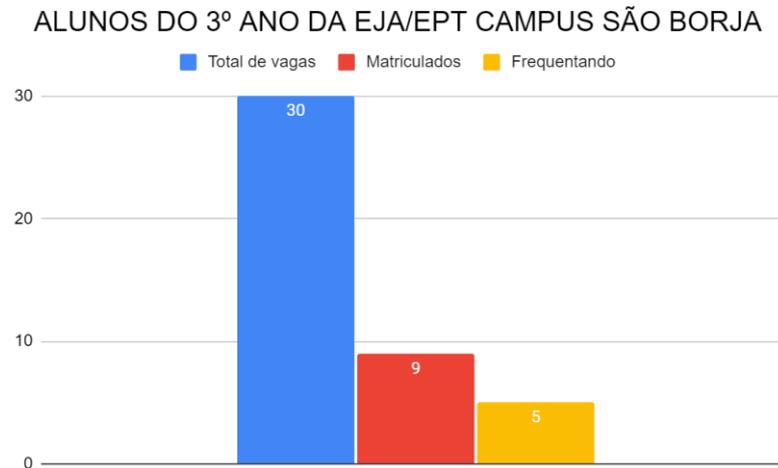
3º Ano	Turma Capacidade	Matriculados	Frequentando	% Evasão
Perspectiva	30 alunos	30 alunos	5 alunos	83,33%
Realidade	30 alunos	9 alunos	5 alunos	44,44%

Fonte: Dados Retirados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas.

No terceiro ano, último do curso, a evasão dos alunos matriculados foi um pouco menor, se comparado com o número de matriculados. Porém, ao relacionar-se com a perspectiva da instituição, os resultados se mantêm. Ao observar o impacto de 83,33% de vagas que poderiam estar preenchidas e que de fato detém apenas 16,66% dos alunos frequentando o curso, nos causa espanto. Ainda cabe destacar, que destes que estão frequentando o último ano, não se tem a garantia que esses 16,66% irão concluir com sucesso o curso, pois há duas questões que podem interferir, as possíveis reprovações e a evasão.

A Figura 8 apresenta o cenário do terceiro ano.

Figura 8 – Comparativo dos alunos EJA/EPT - Matriculados e Frequentando



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIGAA.

Podemos observar que as turmas da EJA têm um número reduzido de alunos, ratificando também a diferença entre se estar matriculado e se estar de fato frequentando a sala de aula. Para construir essa análise, tomamos como base a documentação do SIGAA e a frequência destes alunos presente no mesmo sistema que fora solicitado ao SRA. Assim, foi possível atentar para outro aspecto, a diferença entre o planejamento institucional e o que de fato vem ocorrendo com as turmas da EJA/EPT. Ou seja, a diferença entre o real e o ideal.

Assim, torna-se pertinente trazer Gadotti (2014) quando falamos em EJA/EPT, pois ele traz alguns aspectos que devem ser levados em consideração, uma vez que estamos falando de indivíduos que trazem consigo uma bagagem significativa ao chegar à escola, a qual necessita ser respeitada. Esses jovens e adultos, quando retomam seus estudos, estão cheios de expectativas, já não estão atrás apenas de conteúdo, mas de algo a mais em suas vidas. Dessa forma, esperam que acreditem em seu potencial de aprender, que lhes deem ferramentas suficientes para que possam alçar voos rumo à autonomia e à independência através de metodologias apropriadas que possibilitem sua permanência e êxito nos seus estudos.

#### 4.2 CONHECENDO OS ESTUDANTES - QUESTIONÁRIO

A técnica do questionário, visou conhecer melhor o público que estava participando da pesquisa. O total de participantes da pesquisa foi de 18 alunos, sendo

esses, os que de fato estavam frequentando o curso em seus respectivos anos, 1º, 2º e 3º ano. Todos os alunos responderam à pesquisa.

A pergunta inicial do questionário se apresentava como um cabeçalho, o qual solicitava informações quanto aos dados do estudante para que assim pudéssemos identificar informações pertinentes, que estão representadas nas figuras abaixo. As informações serão dispostas por turma, pois dessa forma poderemos analisá-las separadamente e ao final traçar comparativos, caso sejam pertinentes para a pesquisa.

Para que pudéssemos atribuir as faixas etárias utilizamos as Leis vigentes, ou seja, a Lei 12.852 de 2013, também conhecida como Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens. O referido diploma legal, em seu Art. 1º, primeiro parágrafo, elenca quem são considerados jovens, atribuindo-se a idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

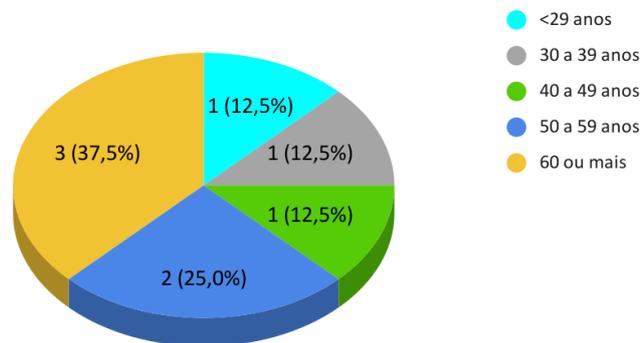
Temos ainda o Estatuto do Idoso, consubstanciado através da Lei nº 10.741 de 2003, que se destina assegurar os direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. A Lei nº 14.423 de 2022, promoveu alterações na Lei nº 10.741, dentre eles a substituição da expressão “idoso” e “idosos, pela expressão, “pessoa idosa” e “pessoas idosas” respectivamente.

Sendo assim, por critério de exclusão e ausência de lei que conceitue, temos que o adulto esteja entre 30 e 59 anos de idade. Tendo em vista que os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos são considerados pessoas idosas.

Assim, o IFFar, como uma instituição que segue os preceitos legais, tem na sua constituição e oferta cursos que seguem essas observâncias. Optamos por este critério para distribuir as faixas etárias conforme classificação entre jovens e adultos. Destacamos ainda que os estudantes do EJA devem obrigatoriamente ser maiores de 18 anos e terem concluído o Ensino Fundamental, sendo que o acesso se dá através de seleção por análise do formulário de inscrição presente no edital que é publicado no segundo semestre do ano, procedimento do SRA Campus São Borja.

Figura 9 – Curso Técnico em Gastronomia - **IDADE** dos Alunos **1º ANO**

IDADE 1º ANO EJA / EPT

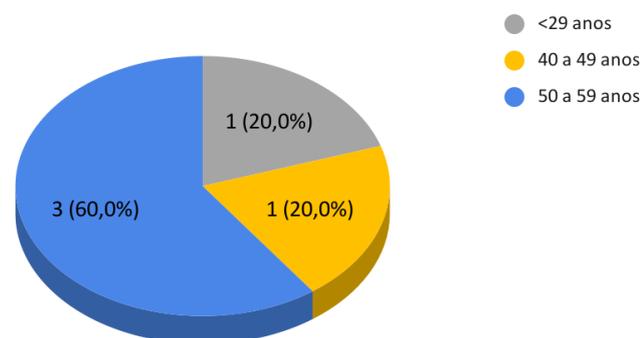


Nota: Total de 8 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 9 mostra a idade dos alunos ingressantes de 2023 no curso de EJA do Campus São Borja. Observamos que dos 8 alunos que participaram da pesquisa, a grande maioria tem mais de 30 anos, o que representa, em termos percentuais, 87,5% da turma. Apenas 1 aluno está na faixa etária correspondente ao que a lei considera como jovem, ou seja, <29 anos. Desse modo, o primeiro ano apresenta uma turma composta por 50% de alunos adultos, entre 30 e 59 anos de idade, e 37,5 % de alunos com idade igual ou superior a 60 anos de idade, sendo considerados perante a lei, pessoas idosas.

Figura 10 – Curso Técnico em Gastronomia - **IDADE** dos Alunos **2º ANO**

2º ANO EJA / EPT



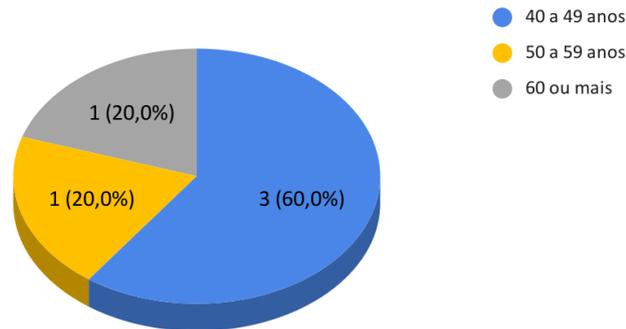
Nota: Total de 5 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 10, apresenta a idade do público da EJA do 2º Ano. No que se refere aos 5 alunos que participaram da pesquisa e que estão frequentando o curso, percebemos que o índice se aproxima como o do primeiro ano; alunos com idade

superior a 40 anos de idade, em sua maioria, ou seja, 80% destes são adultos. Nessa turma, também temos apenas 1 aluno com idade menor que 29 anos, sendo classificado como jovem. Nessa turma não temos alunos com idade igual ou superior a 60 anos.

Figura 11 – Curso Técnico em Gastronomia - **IDADE** dos Alunos **3º ANO**

**IDADE 3º ANO EJA**

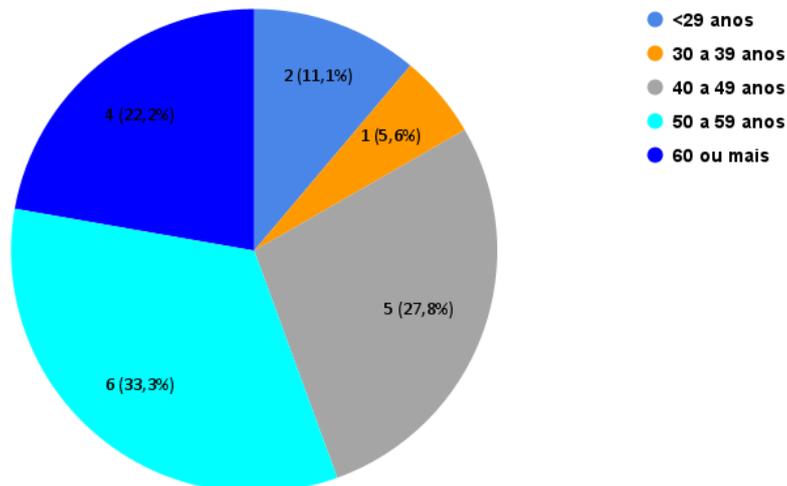


Nota: Total de 5 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 11 contempla o último ano do Curso Técnico da EJA /EPT com um número de cinco alunos que participaram da pesquisa. Destes, 100% possuem mais de 40 anos de idade. Não houve nesta turma nenhum aluno menor de 20 anos ou na faixa etária de 30 a 39 anos de idade. A diferença, no terceiro ano, é que o maior percentual está na faixa etária de 40 anos, ou seja, 60% dos alunos.

Figura 12 – Curso Técnico em Gastronomia - **IDADE** dos Alunos do Curso **da EJA/EPT**

**IDADE DOS ALUNOS DO CURSO EJA/EPT**



Nota: Total de 18 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na Figura 12, apresentamos o resultado obtido quanto à idade do público do Curso Técnico em Gastronomia EJA/EPT do Campus São Borja. Ao analisar os três anos, observamos que se trata de um público de adultos, tendo em sua maioria alunos com mais de 30 anos de idade. Há um percentual muito pequeno de jovens. Contudo, cabe destacar que há um outro público presente no curso, alunos com idade igual ou superior a 60 anos, consideradas pessoas idosas legalmente.

De acordo com a Lei nº 14.423, de 2022,

Art. 20. A pessoa idosa tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Art. 21. O poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados.

O cenário apresentado a partir da pesquisa mostra que o público está mudando. Faz-se necessário um olhar criterioso para quem estamos promovendo a educação de Jovens e Adultos. Será mesmo tal iniciativa destinada a Jovens e Adultos? Vimos que há um crescente interesse de pessoas idosas pelo ensino. Será que estamos preparados para atendê-los e conseguir mantê-los estudando? Será que estamos criando oportunidades de acesso e permanência para esse público de pessoas idosas?

Ainda, o § 1º da Lei nº 14.423 de 2022 estabelece que devem ser oferecidos cursos especiais para pessoas idosas, que incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos para sua integração à vida moderna. Essa integração se mostra algo recorrente em suas falas, as quais iremos apresentar ao longo do texto.

Ratificamos a partir dos preceitos de Freire a necessidade de sabermos quem são nossos alunos, haja vista que, para se atingir o sucesso no ensino, esse fator exerce grande influência. Ainda para Freire (2017), no seu método de ensino, conhecer os alunos faz parte do processo de aprendizagem, onde as experiências vividas por eles servem de ponto de partida para alicerçar o conhecimento. Até porque fazer um plano de aula com turmas tão heterogêneas merece uma atenção especial.

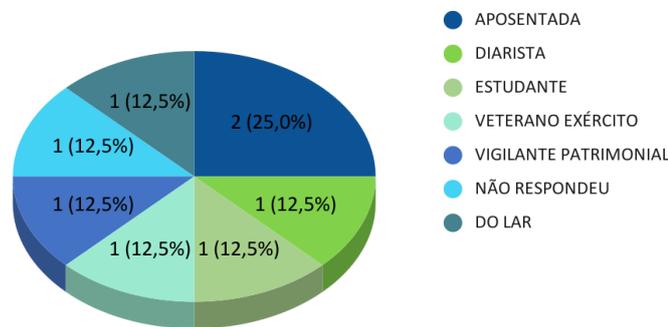
Rodrigues (2019, p. 55) diz que “O Ensino precisa recuperar essa dimensão mais geral da conversa, da capacidade de lidarmos com a diferença e acolher o diferente, de transformar a sala de aula em espaço de crescimento mútuo, de inclusão e de promoção da vida e da dignidade humana”.

As diferenças devem possibilitar trocas valiosas e valorosas. Esses alunos devem se sentir acolhidos e motivados. Assim, estaremos fazendo algo para eles e por eles, construindo assim um processo educativo com uma maior interação e socialização, respeitando sempre as diferenças.

Na sequência, perguntamos a profissão para os alunos, cujos resultados são mostrados abaixo.

Figura 13 – Curso Técnico em Gastronomia - **PROFISSÃO** dos Alunos **1º ANO**

PROFISSÃO 1º ANO EJA/EPT



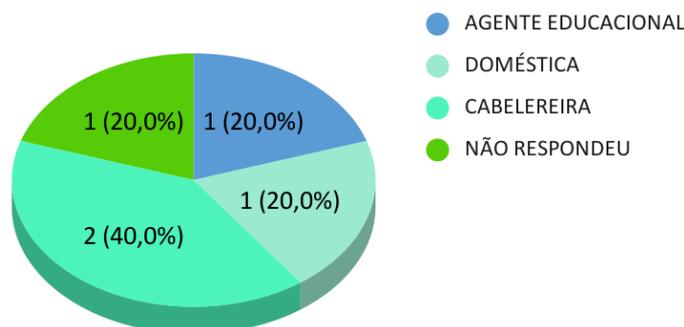
Nota: Total de 8 Participantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na turma do primeiro ano, representada pela Figura 13, 62,5% dos alunos não estão trabalhando e apenas 25% possuem um trabalho. Ainda podemos constatar que 37,5% são aposentados. Essa pergunta foi aberta para que eles respondessem, pois poderia haver ali autônomos em diversas áreas, o que não seria evidenciado através de uma pergunta objetiva. Mesmo assim, tivemos um aluno que não quis responder essa pergunta.

Figura 14 – Curso Técnico em Gastronomia - **PROFISSÃO** dos Alunos **2º ANO**

PROFISSÃO 2º ANO EJA/EPT

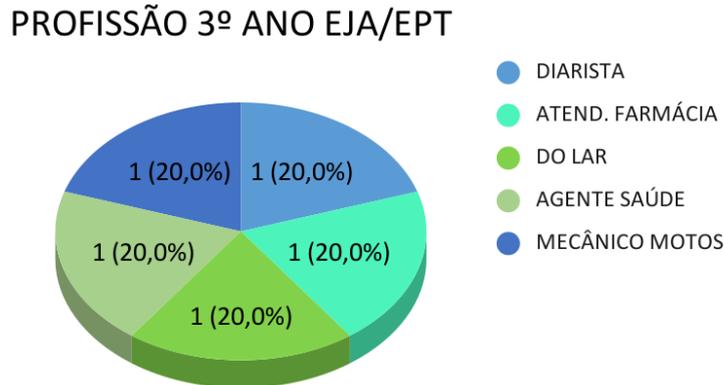


Nota: Total de 5 Participantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na turma do segundo ano representada pela Figura 14, no que tange à profissão, ficou demonstrado que 80% da turma trabalhava, ou seja, a maioria, sendo que apenas um aluno não quis responder, dos 5 alunos participantes.

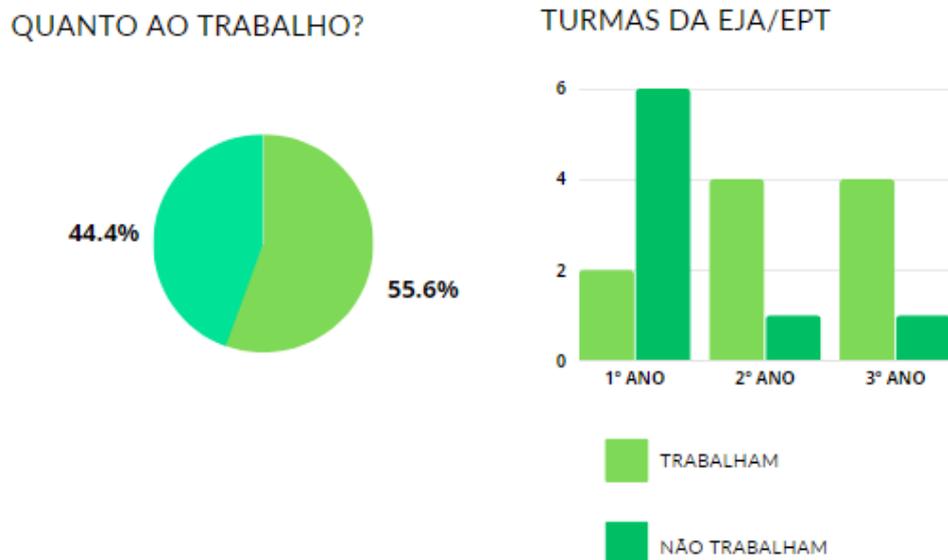
Figura 15 – Curso Técnico em Gastronomia - **PROFISSÃO** dos Alunos **3º ANO**



Nota: Total de 5 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 15 mostra o público dos alunos do 3º ano. Podemos perceber que 80% deles trabalham e que 20% não trabalham. A partir destas informações, construímos um gráfico com as três turmas e ao lado indicamos a comparação por turma.

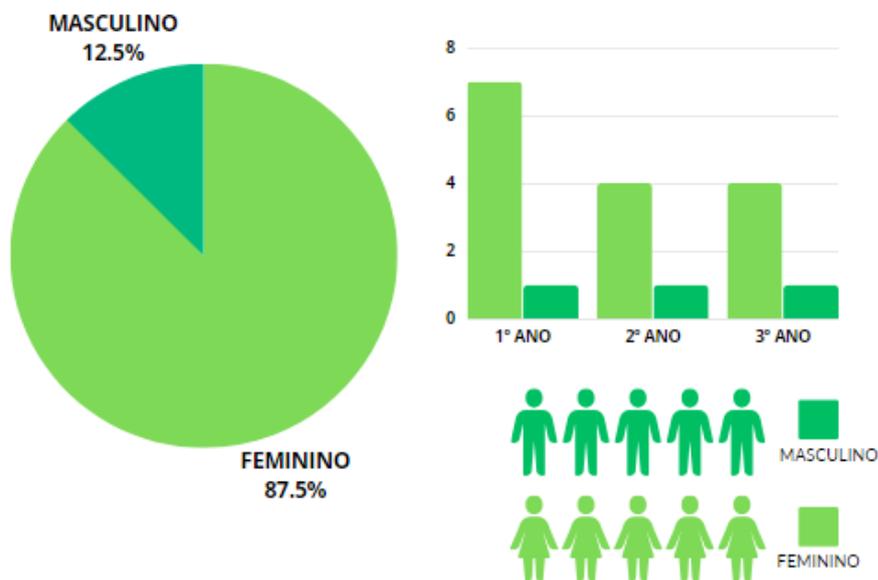
Figura 16 – Curso Técnico em Gastronomia - EJA/EPT- Campus São Borja



Nota: Total de 18 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na Figura 16, há dois gráficos. O primeiro, de pizza, mostra o total geral dos alunos, subdividindo-os em: os que trabalham, sendo estes 55,6%, e 44,4% que não trabalham. Ao lado temos a representação gráfica por turmas. Dessa forma, a análise evidencia que os alunos do primeiro ano, em sua maioria, não trabalham. Já nos outros dois anos, a maioria trabalha. A análise individual se deu para atender a proposta da pesquisa, o que de fato evidenciou que há públicos com peculiaridades e demandas diferentes.

Figura 17 – Curso Técnico em Gastronomia - SEXO dos Alunos EJA/EPT



Nota: Total de 18 Participantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na Figura 17, a grande maioria dos alunos do Curso Técnico em Gastronomia são do sexo feminino. Isso representa 87,5% dos alunos, restando o percentual de apenas 12,5% do sexo masculino.

Nesse momento, cabe fazer algumas considerações para além dos dados brutos obtidos, costurando-os com algumas perspectivas externas que se debruçam a analisar aspectos que relacionam gastronomia e gênero e que podem suscitar reflexões em nossa pesquisa.

Uma das perguntas que surgiu a partir do resultado obtido é: qual a razão da predominância feminina no curso Técnico de Gastronomia na modalidade EJA/EPT? Para responder tal pergunta, precisamos buscar autores que nos ajudem a compreender esse panorama. Embora este não seja o foco principal da pesquisa, não

deixa de ser um elemento considerável e que merece reflexão (inclusive visando possíveis estratégias com o público masculino, objetivando uma adesão maior ao curso).

Neste sentido, trazemos Carlos Alberto Dória, sociólogo, para elucidar ou pelo menos colocar-nos a pensar. Nas palavras deste autor, analisar o passado faz compreender o que somos hoje. Assim,

um momento crucial na história da humanidade foi aquele no qual se estabeleceu uma divisão sexual do trabalho, impondo o altruísmo e a solidariedade (fazer algo para o outro, e não para si) – o que Darwin chamou de “instintos sociais” – como uma necessidade da evolução da espécie. De um lado, a caça e a coleta; de outro, a cozinha e, no centro, os cuidados com a cria que, por vários anos, é inabilitada para prover a própria existência (Dória, 2012, p. 253).

Este fato permite a compreensão de que, por muito tempo, cozinhar era uma tarefa predominantemente atribuída às mulheres. Hoje, ainda há algumas barreiras que precisam ser transpostas no que diz respeito a ver o espaço da cozinha como um ambiente profissional. Acreditamos que

[...] talvez por isso mesmo, por se tratar da transferência de um saber tradicionalmente feminino para um universo masculino, é que foi necessário, para Escoffier formalizar todos os gestos, criar um vocabulário controlado e assim por diante: parecia a “invenção” da cozinha masculina num mundo em que os homens nada sabiam previamente sobre o cozinhar e do qual, por exigir iniciação e treinamento, as mulheres da cozinha doméstica ficariam apartadas – bem como da cozinha empresarial, contra as quais destinou seu discurso antes citado (Dória, 2012, p. 265).

O ato de cozinhar tem na história as mulheres como responsáveis por alimentar suas famílias, até porque são as mulheres que detêm a capacidade de produzir biologicamente um alimento para nossa espécie: o leite materno. Dessa forma, parece lógico que caiba ao público feminino a função de transformação dos alimentos.

Porém, com o passar dos anos, a profissionalização e o desenvolvimento de técnicas para cozinhar, passou a ser algo para ambos os sexos. A questão a se refletir é que mesmo com toda a evolução, ainda há resquícios quanto ao sexo de a quem deva ser atribuído o ato de cozinhar, que até hoje persiste gerando uma certa resistência por parte dos homens, o que se evidenciou na pesquisa.

Diante desta reflexão que foi trazida, é pertinente mencionarmos a troca da denominação do curso, fato este que ocorreu durante a realização da nossa pesquisa.

Essa alteração, eventualmente, poderá contribuir futuramente para alterações no número de alunos, pois a gastronomia é

[...] mais do que o simples cozinhar, a difusão da boa cozinha – este parece ser o ponto – é que se masculiniza na história da gastronomia. O mais claro ponto de inflexão nessa trajetória encontra-se na vida e obra de Auguste Escoffier. Ele foi o primeiro chef da Alta Cozinha francesa a não trabalhar em casas de nobres, tendo toda sua vida dedicada ao ofício público que se exerce em restaurantes, clubes e hotéis (Dória, 2012, p. 260).

Assim, cozinhar passou a ter uma presença maior masculina, evidenciada na história por personalidades como Auguste Escoffier. Assim como ele, outros abriram portas para a necessidade de profissionalizar-se e para a visão de que se tratava de um trabalho promissor.

Essa nova visão trouxe algumas exigências, pois era necessário desenvolver um saber técnico e profissional que envolvesse uma organização sistêmica e complexa, exigindo assim, uma iniciação. Foi então que houve uma quebra de paradigmas, abrindo caminhos para o mundo do trabalho, independentemente do sexo que o desenvolvesse.

A história está repleta de casos de preconceitos com as mulheres. Dentre eles, o de que apenas os homens podiam estudar. Para as mulheres, cabia apenas o papel de subserviência, à família e ao marido. Eram criadas para cuidar da casa e dos filhos, não tinham garantias de direitos, tampouco a voz e a vez na sociedade por um longo período. Quando falamos que o público da EJA/EPT tem em sua maioria mulheres, podemos pensar que, em se tratando de educação, a violação deste direito é recorrente na vida de muitas dessas mulheres (Lima; Wiese; Haracemiv, 2021).

Mesmo com as mudanças que presenciamos na sociedade nos últimos anos,

É lícito dizer que esse cenário de desigualdades demonstra que ainda se vive em uma sociedade em que prevalece o patriarcado, em que mulheres são submetidas de forma “natural” às sobrecargas de trabalho (dentro e fora de casa), dificultando, de certa forma, o acesso a direitos que lhes são garantidos por lei, como a educação (Lima; Wiese; Haracemiv, 2021, p. 133).

Hoje, vemos mais mulheres trabalhando, se tornando chefes de família e até mesmo uma parcela de mulheres optando por buscar na educação a sua possibilidade de crescimento e mudança de vida. São resultados de muitas lutas em prol de igualdade e democracia, independentemente do sexo. Poderíamos tecer muitas reflexões sobre o assunto, mas fugiremos do nosso propósito. Todavia, na intenção

de contribuir para o êxito dessas mulheres e tentar garantir sua permanência, queremos apontar para a necessidade de estudos futuros para identificar quais os objetivos dessas alunas da EJA quando retornam ou ingressam no sistema escolar.

A política pública ofertada pela Assistência Estudantil de Auxílio Permanência visa contribuir com as despesas desses alunos para que mantenham os seus estudos. Essa é uma das formas de assisti-los.

Não queremos uma visão sonhadora da realidade; sabemos o quão difícil ela se apresenta para esse público, independentemente do sexo. Nossa intenção é chamar a atenção dos alunos para o fato de que a educação é o caminho mais assertivo para conquistarem uma vida melhor. Cabe ao IFFar contribuir para que alcancem e concretizem seus objetivos.

Em consideração a isso, despertar a consciência pela perspectiva do inacabamento permitirá que os alunos da EJA/EPT tenham a compreensão necessária que os motivará a ir atrás dos seus sonhos e seus direitos. A inconclusão, repito, faz parte da natureza do fenômeno vital (Freire, 1989, p. 61).

A perspectiva freireana de inconclusão deve servir de estímulo para a busca curiosa do educando em prol de sua libertação. Não podemos nos tornar acomodados com a situação. O desconhecimento e o fatalismo contribuem para manter as desigualdades. Através do despertar da consciência de que somos seres inacabados, existe a possibilidade de mudanças significativas na vida desses alunos e de seus familiares, pois muitos se tornaram exemplo de luta e superação, contribuindo para que outros trilhem os mesmos caminhos.

Dando continuidade, perguntamos:

Quanto tempo ficou sem estudar até ingressar no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja (IFFar) no curso Técnico em Cozinha-EJA/EPT?

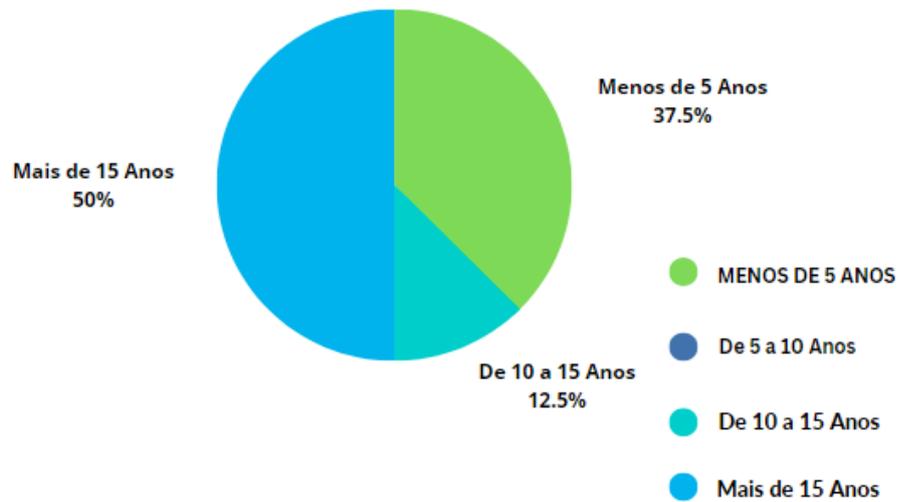
Quadro 4 – Respostas pergunta 2

<b>Turmas</b>	<b>Menos de 5 Anos</b>	<b>De 5 a 10 Anos</b>	<b>De 10 a 15 Anos</b>	<b>Mais de 15 Anos</b>	<b>Total de Participantes</b>
1º Ano	3	0	1	4	8
2º Ano	1	0	1	3	5
3º Ano	1	0	1	3	5

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

O Quadro 4 apresenta o tempo que os alunos ficaram distantes da escola. As respostas apontam que mais da metade dos alunos estavam a mais de 10 anos afastados da escola, o que representa 62,5%. Apenas 37,5% dos alunos estavam há menos de 5 anos sem estudar.

Figura 18 – Curso Técnico em Gastronomia da EJA/EPT - Tempo sem estudar

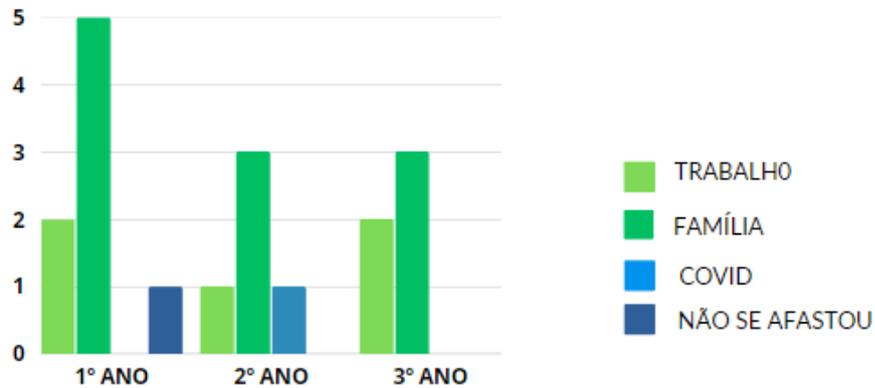


Nota: Total de 18 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 18 corrobora para melhor visualizarmos as respostas apresentadas pelos alunos dos três anos, quanto ao tempo que ficaram longe da escola. Os percentuais encontrados nos fazem pensar nas muitas dificuldades encontradas por estes alunos quando retomam seus estudos, ratificando a necessidade de uma atenção maior para com eles.

Perguntamos:

Figura 19 – Qual o motivo que o afastou dos estudos?



Nota: Total de 18 Participantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

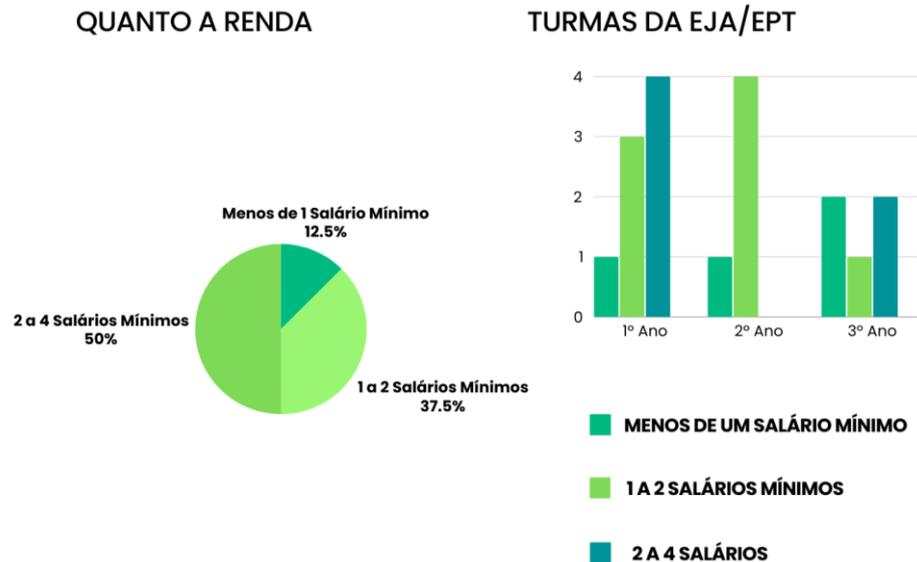
Podemos perceber na Figura 19 que em primeiro lugar estão as questões familiares e, logo em seguida, aparece o trabalho como fator que levou esses alunos a se afastarem da escola. Ainda, tivemos um aluno que trouxe o fator da COVID-19 como sendo um dos motivos que o afastaram da escola. No público dos 3 anos, apenas um aluno deu sequência aos estudos, ou seja, entrou direto na EJA, sem parar por um período.

Quadro 5 – Respostas Estimativa da Renda Familiar Mensal

Turmas	Menos de 1 Salário Mínimo	1 a 2 Salários Mínimos	2 a 4 Salários Mínimos	Mais de 4 Salários Mínimos	Total de Participantes
1º Ano	1	3	4	0	8
2º Ano	1	4	0	0	5
3º Ano	2	1	2	0	5

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 20 – Estimativa de renda familiar mensal



Nota: Total de 18 Participantes.  
 Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 20 nos mostra a renda familiar do nosso público-alvo. Destes 18 participantes, 37,5% disseram ter renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos e, entre 2 a 4 salários mínimos, 50%. Apenas 12,5% recebem menos que um salário mínimo e meio.

Com esse resultado, podemos fazer uma análise partindo do pressuposto que uma das exigências para participar do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil é a comprovação de renda dos alunos. Sendo assim, em tese, podem participar dos editais da assistência estudantil apenas 50% desses alunos, pois os outros 50% não estariam enquadrados nos parâmetros de renda necessária para concorrer ao edital. Contudo, como não perguntamos o número de integrantes do grupo familiar, não é possível fazer essa afirmação, já que somente assim teríamos condições de afirmar se estão fora, de fato, da renda *per capita* exigida.

Trazemos então o Edital nº 37<sup>15</sup> que foi publicado no início do ano de 2023. Ele traz em seus requisitos e finalidades a necessidade de “Possuir renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio”. Este requisito orienta a participação do edital,

<sup>15</sup> Edital nº 37 de 07 de fevereiro de 2023. Auxílio Permanência. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/29570-Edital%20n%C2%BA%20037/2023%20-%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estudantes%20dos%20Cursos%20Presenciais%20para%20a%20Concess%C3%A3o%20de%20Aux%C3%ADlio%20Perman%C3%Aancia%20da%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20do%20IFFar%202023>. Acesso em: 28 set. 2023.

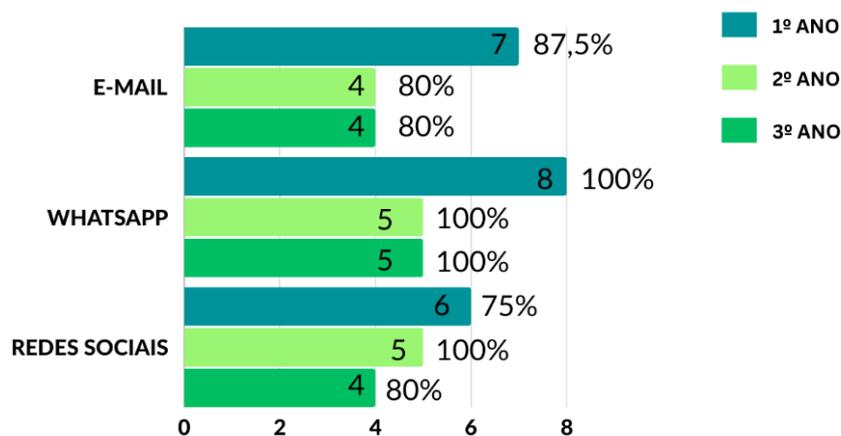
direcionando-o para quem de fato possui necessidades a partir da comprovação da renda familiar.

Contudo, a partir das experiências adquiridas ao longo da nossa trajetória profissional, a forma de escrita dessa informação no edital pode oferecer uma interpretação dúbia, já que depende do grau de compreensão por parte do leitor. Esta perspectiva nos faz pensar, afinal, para quem o edital do auxílio é destinado?

O edital do auxílio permanência é um documento legal que tem por finalidade organizar o processo de seleção dos alunos. A intenção deste auxílio é mitigar as desigualdades e contribuir para a permanência e êxito dos discentes, através de uma ajuda financeira para aqueles que se inscreverem e atenderem aos requisitos expostos no edital. Esta ajuda irá contribuir para que muitos possam dar continuidade aos seus estudos.

Para tanto, perguntamos aos alunos quais eram os meios digitais que utilizavam para se comunicar. Nesta pergunta, eles foram orientados a marcar quantas respostas correspondem à sua realidade. Saber quais os meios de comunicação são utilizados pelos alunos da EJA/EPT pode fazer diferença na hora de divulgar, tanto o edital, quanto às informações importantes institucionalmente.

Figura 21 – Quais os meios digitais que você utiliza ou tem acesso para se comunicar?



Nota: Total de 18 Participantes.

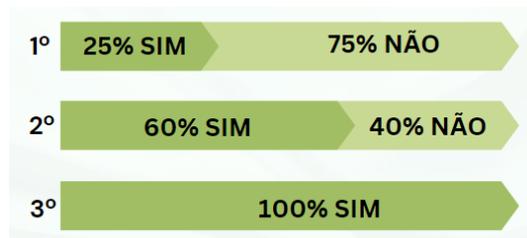
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 21 representa as respostas das 3 turmas para a pergunta que realizamos quanto à comunicação. Pode-se perceber que o *WhatsApp* é o meio de comunicação mais usual por parte dos alunos, sendo que 100%, ou seja, sua totalidade dos participantes, o utilizam. Um fato curioso diz respeito aos alunos do

primeiro ano, pois, por mais que em sua maioria a idade seja acima dos 50 anos, a grande maioria utiliza dessas ferramentas digitais para se comunicar.

Para atender o objetivo específico proposto pela pesquisa e para que pudéssemos resgatar o sentido e o papel da Assistência Estudantil à luz de suas bases legais e conceituais, tendo a intenção de aprimorar as ações de apoio referente ao auxílio permanência, tornou-se pertinente saber dos alunos o que conheciam sobre a Assistência Estudantil do Campus São Borja. Precisávamos de um ponto de partida, ou seja, saber qual o nível de conhecimento que cada turma da EJA/EPT do Campus São Borja detinha. Assim, elaboramos questões para que pudéssemos alcançar esse objetivo.

Figura 22 – Você conhece a Assistência Estudantil do Campus São Borja?



Nota: Total de 18 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Quando perguntados se conheciam a Assistência Estudantil do Campus São Borja, podemos observar na Figura 22 que as respostas dos alunos do 1º ano apresentaram um percentual grande dos que desconhecem, ou seja 75%. Acreditamos que, no período realizado da pesquisa, eles ainda não haviam se habituado com a instituição, pois é um processo diário e contínuo. Percebe-se também que à medida que passam os anos eles demonstram uma maior compreensão do setor da AE. Acreditamos que isso se deve aos percursos de ensino dentro da instituição. Assim, no segundo ano, 60% dizem conhecer e no terceiro ano todos a conhecem.

Na sequência, perguntamos se eles conheciam o Edital que oferta o Auxílio Permanência. Abaixo estão as respostas.

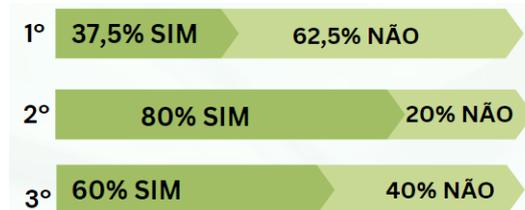
Figura 23 – Conhece o Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil?



Nota: Total de 18 Participantes.  
 Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Através desta pergunta podemos ver que um percentual maior de alunos disse conhecer o Auxílio Permanência. Contudo, devemos refletir sobre o que eles entendem por conhecer; precisamos aprofundar essa questão, pois, pode ser que tenham só ouvido falar. A técnica do Grupo Focal possibilitou, através do diálogo e da escuta destes alunos, entender melhor as questões que vinham aparecendo junto com a primeira etapa da pesquisa, esclarecendo-as assim.

Figura 24 – Participou em algum momento do processo do Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil?



Nota: Total de 18 Participantes.  
 Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Na Figura 24, podemos ver que os alunos do 1º ano que não participaram do Edital para concorrer ao Auxílio Permanência totalizaram 62,5%, fato esse que pode corresponder ao desconhecimento da Assistência Estudantil, evidenciado na Figura 23. A premissa de que eles não sabem a quem recorrer para pedir o auxílio e sanar as suas dúvidas pode ser evidenciada em outra questão, pois o fato deles conhecerem o edital e não terem participado aponta para isso.

Os alunos do 2º ano apresentaram percentual maior, ou seja, 80% já participaram do edital do auxílio permanência e apenas 20% não haviam participado ainda. Já no 3º ano, esse percentual cai para 60% dos alunos que já participaram do processo de seleção do edital.

O fato desses alunos terem participado do edital não é garantia de que eles sejam contemplados, pois são vários fatores que orientam o processo de inscrição para a seleção do edital. É preciso ler e compreender as informações dispostas no edital e localizar no SIGAA o Cadastro Único para responder uma série de questões, as quais irão servir para ranquear o grau de vulnerabilidade destes alunos, pois desta forma, serão distribuídos entre os três valores ofertados.

O aluno precisa entender quais os documentos são necessários para comprovar a renda, tendo em vista que cada caso precisa de uma documentação comprobatória diferente. Mesmo estando descrito no edital quais as documentações necessárias, muitos apresentam dificuldades. É preciso tirar foto ou escanear esses documentos; logo após, anexá-los no mesmo sistema e ainda fazer a solicitação do auxílio, sendo que este é o último passo que, por muitas vezes, é esquecido pelos alunos, devido a inúmeras solicitações para realizar.

Sendo assim, perguntamos a eles quanto às possíveis dificuldades encontradas ao participarem do edital de auxílio permanência. Cujas respostas estão no quadro abaixo.

Quadro 6 – Respostas da pergunta: Se “sim”, encontrou alguma dificuldade? Qual?

Turmas	Muita Informação	Muita Documentação	On Line/ Sistema	Se Inscrever/ Preencher
1º Ano	X	X	X	
2º Ano			X	X
3º Ano			X	X

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Nesta questão, apenas 9 alunos responderam à pergunta que está representada no Quadro 6 que continham as seguintes respostas: Muita Informação, Muita Documentação, por ser *Online/Sistema* e a dificuldade de se Inscrever/Preencher. Como a pergunta possibilitava que eles manifestassem com as palavras as dificuldades encontradas, dispomo-las em um quadro para nos possibilitar fazer a análise das respostas dos alunos.

Em vista disso, podemos concluir que os alunos do primeiro ano apresentam várias dificuldades. Dentre elas, a que diz respeito ao edital, pois, para eles, este contém muita informação. Ainda, acreditam que os documentos comprobatórios

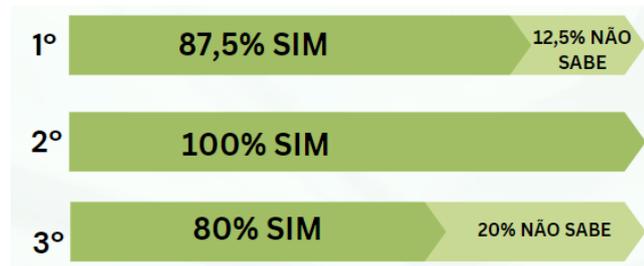
exigidos são demasiados. Muitos relataram não conseguiram preencher o edital pelo fato de ser o mesmo *online* e haver a necessidade de o mesmo ser preenchido no SIGAA. De fato, a burocracia relativa ao preenchimento dificulta a participação dos alunos. Ela acaba sendo um critério de eliminação também. Sabemos que não deveria ser assim, pois essa ferramenta digital deveria colaborar com os alunos. No entanto, o que se vê é que eles apresentam dificuldade quando necessitam utilizar o sistema. Além do mais, precisam saber onde está a Assistência Estudantil (AE) para obter o suporte necessário.

Quanto ao suporte aos alunos anteriormente mencionado, cabe trazer algumas informações. A AE do Campus São Borja disponibiliza um computador e servidores para atender a demanda dos alunos no período em que os editais estão abertos. A disponibilidade de horários para se sanar dúvidas compreende os três turnos, pois o horário de funcionamento do setor é das 7:30 às 22:30. O computador fica localizado em frente à sala da Assistência Estudantil. Desta forma, todos aqueles que buscam ajuda são atendidos e recebem orientações quanto ao edital ou qualquer outra informação que necessite.

A divulgação do Edital é feita pelos servidores, assistentes de Alunos, nos grupos de *WhatsApp* das turmas, juntamente com o tutorial de como se inscrever. Uma via impressa fica disponível na sala da AE e outra no mural ao lado da sala da AE. Várias são as formas de divulgação. Elas ocorrem concomitantemente, no Site, no Instagram do IFFar, bem como através de outras mídias. A intenção é divulgar para o maior número de alunos a disponibilidade do edital. Esta forma de divulgação é adotada pela CAE do Campus São Borja.

Após descrever um pouco o processo para se inscrever no edital do auxílio permanência, para melhor entendimento, na sequência perguntamos para os alunos se eles entendem que o auxílio pode vir a colaborar para a permanência deles na instituição.

Figura 25 – O Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil, no seu entendimento, é um fator que colabora para a permanência do estudante na Instituição?



Nota: Total de 18 Participantes.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A Figura 25 mostra que os alunos que estão no 1º e 2º ano apresentaram um percentual maior no que se refere a compreensão de que o auxílio permanência possa colaborar para a permanência deles na instituição, evitando assim possíveis evasões. Destes, destacamos o 2º ano, onde 100% dos alunos afirmaram fazer diferença para a permanência na instituição. Responderam aqueles alunos que estão frequentando o curso. Já no 3º ano, houve um percentual ligeiramente menor, de 80%, dos que consideram que o auxílio pode colaborar para a permanência deles no IFFar. Vale destacar que não houve nenhuma resposta negativa; apenas um percentual maior no terceiro ano que não soube dizer se faria diferença o auxílio para que eles permanecessem na instituição.

Os alunos ainda foram questionados quanto às ações que poderiam contribuir e tornar mais efetiva a comunicação da AE, mais especificamente, no que diz respeito ao edital do auxílio permanência. Abaixo são mostradas as respostas.

Figura 26 – Descreva algumas ações que poderiam ser propostas pela Assistência Estudantil que poderiam contribuir e ser mais eficientes na comunicação do Edital do auxílio permanência com os estudantes

RESPOSTAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ALGUÉM DISPOSTO A AJUDAR	✓	✓	✓
ATENDIMENTO E INTERAÇÃO COM A EJA	✓		
ACOLHIMENTO		✓	
DIVULGAÇÃO	✓	✓	
DIVULGAÇÃO DIRETO COM ALUNOS			✓
DAR PALESTRAS EXPLICATIVAS	✓		
LINGUAGEM ACESSÍVEL INICIANTES E A EJA	✓		
MAIS ACESSÍVEL	✓		
MAIS CLARO	✓		✓
MAIS INFORMAÇÃO	✓	✓	✓
MAIS ATENÇÃO COM A EJA	✓		
MENOS BUROCRACIA	✓		
MELHOR ATENDIMENTO			✓

Nota: Total de 18 Participantes.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A última pergunta do questionário possibilitou que os alunos sugerissem alternativas e contribuíssem de alguma forma a partir de suas vivências dentro da instituição. Para esta pergunta, algumas respostas se destacaram e estão organizadas na Figura 26.

A pesquisa evidenciou que as três turmas alertaram para a importância de haver alguém disposto a ajudar. Assim, vale pensar que, mesmo havendo esse serviço oferecido pela AE, ele não está sendo percebido pelos alunos, ou seja, os alunos não estão sabendo onde procurar e nem a quem recorrer para solicitar auxílio.

Ainda nesta mesma linha, apareceu a necessidade de um melhor atendimento e mais atenção com a EJA.

Outro ponto importante trazido pelos alunos se refere à comunicação. Eles retrataram repetidamente a divulgação do edital como não sendo eficiente, que precisa ser mais acessível e clara. Ainda, indicaram que há necessidade de uma linguagem acessível aos iniciantes da EJA/EPT. Dentro desta perspectiva, os alunos propõem palestras e divulgação diretamente para eles, com o fim de que, assim, possam conseguir mais informações.

As categorias descritas formam a base de análise escolhidas *a priori*. Neste momento, começamos a identificar as categorias da pesquisa, sendo elas: comunicação, cidadania e tecnologia. Elas foram ratificadas no grupo focal com estes alunos, para que fossem evidenciadas por meio do diálogo.

#### 4.3 GRUPO FOCAL

A pesquisa tem em sua essência o diálogo, assim como a escuta, pois torna-se importante dar voz a quem historicamente foi silenciado. Lutar contra a hegemonia não é tarefa fácil, porém perpassa pela compreensão de quem somos, onde estamos e onde queremos chegar. O Grupo Focal tem essa perspectiva, já que é uma ferramenta de coleta de dados que busca respostas através da participação do público envolvido na pesquisa, dando a oportunidade de os indivíduos manifestarem suas opiniões.

Inicialmente conversamos com a coordenação do curso e explicamos sobre a proposta da pesquisa do Mestrado e, assim, organizamos os encontros. Acordamos que seriam disponibilizados para a pesquisa períodos vagos. Com isso, a interferência seria mínima no desenvolvimento dos conteúdos e no planejamento dos professores. Destacamos que o acesso, a disponibilidade e a vontade de contribuir da coordenação era perceptível.

Devido ao fato de a pesquisa possuir duas etapas, à qual aplicou-se o questionário na primeira e em outro momento o grupo focal, obtivemos acesso às turmas através da coordenação do curso e de três professores que foram acessíveis e disponibilizaram seus períodos para a realização da pesquisa de forma espontânea e colaborativa. Assim, apenas em dois momentos se utilizou períodos vagos, durante

os quais aplicamos o questionário em uma das turmas. Em outro, realizou-se o grupo focal. Os demais alunos tivemos acesso através dos professores.

Iniciamos realizando o questionário com o primeiro ano, turma na qual um dos professores se mostrou interessado pela proposta e em tentar contribuir de alguma forma com seus alunos. Já no segundo e terceiro ano, aplicamos o questionário posteriormente, pois como já fora mencionado, eram acordados com a coordenação o melhor momento do encontro entre os professores e alunos para desenvolver a pesquisa.

Para o Grupo Focal, no segundo ano, foram feitas duas tentativas. A primeira, teve a data marcada para uma sexta-feira. Havia apenas duas alunas em sala de aula, o que não permitiu a realização do grupo focal, sendo remarcado para outra data. Nas outras turmas não tivemos que remarcar. Cabe ressaltar que não houve necessidade de fazer mais de um grupo focal por turma, pois elas são pequenas e atendem à metodologia proposta com o mínimo de participantes para a realização do mesmo.

Ainda, destacamos o pequeno número dos alunos nas turmas e a ausência deles da aula de aula, o que, conseqüentemente, viria a comprometer os resultados da pesquisa. Assim, o planejamento para realização da pesquisa se estruturou para dias que não fossem próximos às sextas-feiras ou a feriados, devido à experiência com os alunos do segundo ano, onde tivemos que remarcar a data por conta da falta de quórum.

O desenvolvimento do grupo focal observou um cronograma com perguntas que auxiliaram a condução das discussões. Organizamos as respostas dos participantes por letras alfabéticas, de modo a manter o sigilo e a ética da pesquisa. Assim, identificando-os com o número ao lado da letra que representa o seu respectivo ano e a instituição, facilitando assim a compreensão do leitor.

#### **4.3.1 Cidadania à luz da compreensão dos alunos**

Procuramos atender o nosso objetivo geral, que era o de avaliar a percepção dos alunos da EJA/EPT quanto ao auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFar-Campus São Borja, à luz das bases legais e conceituais, enquanto possibilidade de **contribuição para a formação da cidadania**, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFar-Campus São Borja. Para tanto, buscamos compreender o que de fato os alunos entendiam quanto a ser cidadão.

Freire (2017) dizia que a leitura de mundo trazida pelos alunos, a partir de suas vivências, devem ser consideradas na construção do conhecimento, servindo como alicerce da educação a que se propõe.

Assim, iniciamos com os alunos do primeiro ano, que trouxeram suas leituras de mundo sobre o que é ser cidadão,

**“O cidadão é pessoa que está inserida na sociedade, né, com direitos e com deveres, né? Com a liberdade de ter acesso a todos os serviços oferecidos[...].” (Participante L1).**

Ainda,

**“Eu acho que ser cidadão é nós fazer parte de uma sociedade, seja familiar, seja escolar e tendo nossos direitos, nossos deveres sendo respeitados e também cumprindo nossas obrigações” (Participante O1).**

As primeiras respostas foram tímidas, mas à medida que íamos conversando, os entrevistados se sentiam mais à vontade para participar. Em geral, viam a cidadania como um conjunto de direitos e deveres. Somente depois de questionados, reconheceram que a educação faz parte de um direito deles e que esta faz parte da cidadania. **“Com certeza. Faz parte da cidadania” (Participante Q1).** O que nos faz pensar: Por que esta não foi a primeira alternativa pensada pelos alunos, uma vez que deveriam ter consciência que estar em uma instituição de ensino é um direito deles? Somente depois de estimulados através de uma pergunta é que obtivemos a manifestação afirmativa de todos.

A consciência a ser desenvolvida pelo cidadão está dentro dos preceitos do IFFAR, assim como da (CF) de 1988, mas é preciso promover debates e reflexões sobre o assunto dentro da sala de aula. Essa perspectiva aparece nas falas dos alunos: **“Eu acho muito importante trazer esse tema para dentro da sala de aula, até mesmo para gente poder ter respostas para algumas coisas” (Participante Q1).** Diante da resposta do participante Q1 podemos perceber que a sala de aula representa um lugar assertivo para a construção do conhecimento e a busca por respostas. Assim nos diz Nussbaum (2015), quando lista capacidades necessárias para serem desenvolvidas nos cidadãos. As capacidades contribuem para estimular um desenvolvimento crítico e reflexivo, demanda que foi sinalizada pelos alunos.

Precisamos entender as demandas dos alunos e oferecer, a partir da práxis, a possibilidade de construir o conhecimento em conjunto com eles. O diálogo nos permite uma melhor compreensão e se torna um ponto de partida. Assim, o Participante O1, diz que:

**[...] “a gente tem tantos direitos que a gente não sabe, a gente nem usa, porque nem sabe que existe, assim como tem nossos deveres, mas a gente tem os direitos também, principalmente nós que já temos uma idade, mais de sessenta anos, e a gente não sabe os direitos que a gente tem, porque isso não é muito divulgado. Não sei se falta interesse da gente procurar, mas tu vê pouquíssima coisa sobre os nossos direitos, e os deveres a gente sabe e tenta cumprir, né. Não adianta a gente só querer saber dos direitos; a gente sabe dos nossos deveres, sabe mais dos nossos deveres do que dos nossos direitos, não é?” (Participante O1).**

Freire (1967) sustentava que é preciso uma educação que traga o debate e a troca de experiências para que juntos possamos analisar os problemas e proporcionar uma verdadeira condição de participação aos alunos. Caso contrário, estaremos promovendo uma educação “bancária”, na qual depositamos conteúdos apenas conceituais Zabala (1998). Esta concepção de educação é muito criticada por Freire (1987), pois nela o professor vê os alunos como meros receptores de conhecimento. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração.

À medida que íamos desenvolvendo a pesquisa, muitas inquietações surgiam. Desde qual a educação que nos propomos desenvolver nos indivíduos da EJA/EPT no IFFar? Que cidadãos estamos entregando para a sociedade? Contudo, propomos construir as respostas em conjunto, pois é com eles e não para eles. Há uma diferença entre a possibilidade de participação, e algo pronto sem sequer ouvir os envolvidos. Covre (1991) apresenta esse aspecto em que o cidadão negligencia o seu dever, se omitindo da sua responsabilidade de reivindicar seus direitos, de ser agente de mudança.

Compreender-se como cidadão sob a ótica participativa e atuante também é uma questão que pode contribuir com o que de fato queremos despertar nos alunos enquanto cidadãos. Ao serem perguntados se são cidadãos atuante, tivemos a seguinte resposta:

**[...] nem sempre. Por quê? Porque a gente sabe dos nossos deveres, mas os nossos direitos nós não lutamos muitas vezes. Por exemplo, criticar ou cobrar um vereador na Câmara de Vereadores, nós não fizemos isso. E é um direito do nosso cidadão. Então, nem sempre nós temos ou cumprimos esse nosso direito ou dever. Ou seja, cobrar aos órgãos públicos o que é de direito do cidadão, nem todos cobram. Nem todo cidadão tem aquilo que realmente lhe é de direito. Então, nós não cobramos. Muitas vezes, a maioria das pessoas não têm direito ao mínimo de cidadania. Muita gente passando fome. Isso aí é desumano. Deveria ser cobrado. Então, tem muita coisa que a gente se cala e sabe que tem coisa errada e a gente não vai atrás (Participante F3).**

Quando questionados se o IFFar oportuniza o exercício da cidadania:

**“Sim, porque tu vem estudar aqui no caso como estudante, né? E tu é livre né, pra escolher os cursos aí. Né. Tu te inscreve, gratuitos, né? Então isso aí é muito bom. [...] o IFFar tá aí, a UNIPAMPA, então são cursos que tu pode buscar até moradia se tu não tem, tudo gratuito, tu tem alimentação, né, e o resto, o trabalho tu busca depois. Então, o IFFar dá essa oportunidade. Temos que buscar outras coisas que nós sentimos dificuldades, muitas vezes de conhecimentos, principalmente nós que estamos no primeiro ano. Mas tá muito no interesse nosso e muitas coisas os professores têm que divulgar aqui pra nós. Às vezes falta tempo de ir à procura” (Participante M1).**

Temos aqui a fala de um aluno do terceiro ano que externou como se sente em relação ao exercício da cidadania. Que se sente valorizado e respeitado dentro da instituição:

**“Eu, no meu caso, sim. Por quê? Porque desde que a gente entra aqui dentro, em todos os sentidos, nós temos direito à saúde aqui dentro, nós temos direito ao auxílio, temos direito ao respeito. Muitas vezes, lá fora, tu não tem o respeito por tu ser negro, por tu ser gay, por tu ser gordo. Então, muita coisa aqui dentro, eu acho que tudo é válido aqui dentro. Aqui dentro, o IFAR, sim, nos dá direito a ser cidadão” (Participante F3).**

A caminhada do aluno F3 dentro do IFFar possibilitou, a partir de suas vivências dentro da instituição, uma visão melhor do que lá é desenvolvido. A instituição possui muitos profissionais que estão comprometidos com esse processo e cientes do seu papel para com a sociedade. Devemos nos dar conta que também somos cidadãos e que temos nossa parcela de responsabilidade e comprometimento com o futuro que queremos para todos nós. Através da resposta do aluno F3, podemos observar que algumas capacidades reflexivas estão começando a serem despertadas nos alunos. Algo sutil, mas possível de ser observado, tendo em vista o seu maior tempo dentro da instituição.

Buscamos, na sequência, saber se os alunos recordam de momentos, em sala de aula, onde houvessem tido algum diálogo sobre cidadania. Para nossa surpresa, muitos não lembravam. Contudo, depois da negação da maioria dos colegas, dois alunos, um do segundo e outro do terceiro, lembravam vagamente.

**“Eu acho que tivemos alguma coisa em sociologia, alguma coisa, mas muito vago. Acredito que deveria ter mais. Né? Muitas pessoas não têm. Não sabem seus direitos” (Participante C2).**

Percebemos, a partir das falas, que a dificuldade para tratar do tema, nos três anos, está ligada ao pouco tempo destinado para a abordagem do ponto. Na visão dos próprios alunos, “Muito pouco tempo, né!” (**Participante C2**). Talvez esse diálogo com os alunos necessite ter uma certa constância e em diferentes momentos. A dificuldade apresentada por eles de interpretação do tema que estávamos tratando era perceptível. Não era apenas um caso de vergonha ou falta de vontade de participar, Percebemos a falta de intimidade dos alunos com o tema.

A forma de abordar este assunto em sala de aula pode surtir efeitos positivos, ou não. Pois, a grande maioria disse que não se recordava dessa conversa em sala de aula. **“Não, nesse período em que eu estou aqui eu não senti isso, não teve essa conversa” (Participante P1).** Mais uma vez, aparece a necessidade de dialogarmos sobre conhecer os direitos e sobre o compromisso de ser um cidadão atuante que também busca, e não somente espera.

O simples fato das Leis e dos direitos existirem não atende, por si só, as demandas para as quais esses direitos foram pensados e criados. Covre (1991) nos traz essa perspectiva, alertando para a necessidade de debatermos sobre nossos direitos, nos diferentes ambientes; na escola, no trabalho, com a família e amigos. Mais do que nunca, observamos que no mundo atual nossas horas vagas são gastas com consumismo, negligenciando-se o debate público, o exercício prático da cidadania (Covre, 1991, p. 81). Precisamos criar o hábito de debater e buscar nossos direitos.

Diante disso, precisamos prospectar a questão dos alunos não se recordarem de algo tão importante que deveria ter sido trabalhado no primeiro ano, estando presente como conteúdo programático dentro do PPC do curso, como a cidadania, democracia e Estado. Talvez aspecto nos faz pensar:

**“Até porque a gente sabe, bom, como você mesmo fez a primeira pergunta, ser cidadão? Aí se discutiu aqui que estamos cumprindo a nossa cidadania, buscando o estudo, mas tudo bem, muitos nem lembram que está em lei, né! Eu não lembrava! Você falou! Não sei vocês? Então, isso é uma falta que tem da própria instituição de nos mostrar, falar né! Ter reuniões, palestras, de nos explicar isso, pra nós! Daí quando você falou, foi que eu lembrei [...] te passa, tu sabe que tu tem o direito, mas tu não lembra que tá previsto em lei e muitos outros direitos que nós temos aqui na instituição que não nos foi passado” (Participante M1).**

A aprendizagem ocorre de maneira constante para o ser humano e depende das relações que os indivíduos fazem. Os conteúdos só fazem parte das vidas dos educandos à medida que possibilitam refletir, formar conceitos e promover transformações sociais.

A concepção Freiriana possui relação com as de Vygotsky, no que se refere à aprendizagem e a formação de conceitos. Assim, Gehlen e Delizoicov, (2020) ao estudarem Freire e Vygotsky, dizem que a formação de um conceito surge a partir de uma problematização trazida das vivências dos alunos e que a nossa formação de conceitos surge a partir da tentativa de solucionar um problema.

Desvelar o conhecimento científico proposto tanto por Freire, quanto por Vygotsky, faz parte do processo da aquisição do conhecimento, que leva os indivíduos na direção de ações conscientes. Posicionar-se frente à realidade, de maneira crítica, requer o conhecimento e este ocorre através da educação, onde há a possibilidade de uma formação para superação de um conhecimento ingênuo, em direção a um conhecimento racional e crítico (Gehlen; Delizoicov, 2020, p. 357).

Trouxemos essa relação entre Freire e Vygotsky para ratificar a necessidade de ouvirmos os alunos e construir com eles os conceitos e aprendizados. Deste modo, espera-se que consigam fazer uma passagem de um nível de consciência para outro, possibilitando assim um pensar mais complexo cognitivamente, que os levará a um entendimento mais crítico sobre a realidade em que vive.

Percebemos necessidades e compreensões diferentes entre as turmas, uma vez que são heterogêneas, têm indivíduos com idades, profissões e vivências diferentes. Logo, as mesmas questões apresentadas nas três turmas apresentaram respostas, por vezes, diferentes.

Os alunos contribuíram a partir de suas vivências sobre o que era ser cidadão. Afirmaram que: **“Deve ser pessoas que trabalham, pessoas do bem o Participante D2 é um cidadão, eu sou uma cidadã. Eu acho que é assim”** (Participante B2).

Esta foi a primeira resposta que encorajou os outros colegas a participarem. Tentamos deixá-los à vontade, no sentido de que não estavam sendo avaliados, que não tinha certo ou errado, mas sim a possibilidade da construção conjunta do conhecimento.

As respostas começaram a fluir. Assim, o Participante C2 nos trouxe o que era ser cidadão para ele. **“Eu acho que ser cidadão é ter um trabalho, né? É ter carteira assinada”**. Temos uma resposta que nos mostra o quão valoroso é o trabalho para este participante, não apenas como fator de crescimento e desenvolvimento, mas como possibilidade de torná-lo cidadão. A perspectiva trazida vai ao encontro da Ciavatta (2014), segundo o qual a educação e o trabalho andam juntos na intenção de oportunizar melhores condições de vida.

A Educação Profissional Tecnológica não pode ser dissociada da possibilidade do desenvolver-se para além de uma qualificação profissional, de formar indivíduos críticos e capazes de influenciar e promover mudanças, tanto em suas vidas, como no meio ao qual estão inseridos, conforme salientou o participante C2, com suas palavras: **“Participando das discussões da sociedade? Dos problemas” (Participante C2)**.

A educação no IFFar permite promover espaços de construção de conhecimento, tendo como premissa o diálogo, contribuindo para o desenvolvimento omnilateral proposto em suas bases conceituais. Esta prática estimula o questionamento, a socialização e a autonomia pela busca curiosa do conhecimento, tão necessária para desenvolver cidadãos críticos e atuantes. A compreensão de que a participação, através das suas escolhas, pode promover mudanças está presente nas falas dos alunos, pois sabem que **“votando, ajudando o próximo” (Participante B2)**, podem contribuir para uma sociedade mais justa.

Os participantes do terceiro ano, sem necessidade de intervenção, trouxeram que: **“estudar já é um direito à cidadania” (Participante I3)**, mostrando terem uma certa intimidade com o tema abordado, trazendo contribuições que reforçam a importância da educação para a construção da cidadania.

O participante F3 diz que: **“A saúde pública é um direito da cidadania, bem como o trabalho e uma vida digna. O emprego, tudo isso, é ser cidadão, né? Ter direitos e deveres”**. Podemos ver na fala do participante F3 que o trabalho exerce importante papel em sua vida, assim como na dos outros alunos, pois que o aspecto foi apontado algumas vezes nos diferentes anos. A evolução humana perpassa por

essa relação, na qual o trabalho aparece como princípio educativo, estando presente na vida humana historicamente.

A educação e o trabalho são tidos como meio de superar o dualismo estrutural presente na sociedade. Os estudos de Ciavatta (2014) vêm ao encontro dessa articulação. A autora ainda fala sobre a necessidade de superação da diferenciação entre o trabalho manual e o intelectual, uma vez que não devemos tratá-los isoladamente. Segundo Ciavatta (2014, p. 198), ao integrá-los, será possível o desenvolvimento de um processo formativo que envolverá as dimensões estruturantes da vida, do trabalho, da ciência e da cultura nos indivíduos. Desta forma, será possível contribuir para a superação das desigualdades de classes que os separam, que não promovem a consciência, tão pouco o crescimento dos indivíduos.

Ao aparecer nas falas dos alunos, o trabalho denota a importância da consciência crítica a ele atrelada; consciência que impulsionará os alunos a buscar não somente um emprego, mas também uma atividade através da qual se obtenha o crescimento, o conhecimento e a esperança de uma vida melhor.

#### **4.3.2 Percepção dos alunos quanto à Assistência Estudantil e o Auxílio Permanência**

Após trazermos o entendimento dos alunos quanto a ser cidadão, buscamos entender o que eles sabiam sobre a Assistência Estudantil (AE). Tal busca nos surpreendeu, pois os alunos do primeiro ano, em sua maioria, desconheciam a AE. **“Eu já não sei o local e os outros já nem sei te explicar. Qual a finalidade? Por quê? Pra quê? Enfim, todos os demais “quês” (Participante O1).**

Apenas um aluno disse que **“O local onde ela se encontra eu sei, agora se eu for dizer pra ti os outros tópicos eu não saberia explicar” (Participante R1).** Entretanto, quando questionados mais de uma vez pela pesquisadora se realmente não haviam sequer ouvido falar na AE, relataram que:

**Sim, foi isso, foi no início, nos primeiros dias que a gente chegou; teve muita informação, aí né! Foi muita informação, tudo novo, e aí era muita coisa e foi falado sobre tudo, teve palestra, mas era muita coisa. Para mim tudo foi novo, então a gente não pegou nada, mas de assistente, assistência estudantil eu sei que é um direito que nós temos. Eu tô usando um que é pegar aquela verba que dão pra gente, o resto não sei mais nada (Participante M1).**

A comunicação desenvolvida pela AE apresenta algumas falhas, sendo possível de serem detectadas nas falas dos alunos, tendo em vista que não há o entendimento por parte deles do que é a AE, tampouco para que ela se destina. Diante disso, faz-se necessário um olhar cuidadoso para esta situação, pois os alunos que mais necessitam desse atendimento não estão compreendendo o papel da AE e não sabem acessar os serviços ofertados.

Tivemos alunos que participaram do processo de seleção do edital de permanência que se manifestaram quanto a sua importância para contribuir para a permanência deles na instituição:

**“Esse dinheiro que é o auxílio eu vou pegar para minha passagem. Que nem eu disse para ela, eu pego o ônibus, né, então, para mim vai me auxiliar bastante! Não sei se vai sair, nem quando vai sair, mas eu já me inscrevi e sei onde é que fica por isso, mas muita coisa foi falada para nós, mas foi falado numa palestra no primeiro ou segundo dia que a gente veio, então a gente não assimilou tudo. Eu, pelo menos, não assimilei tudo” (Participante M1).**

Em um dado momento, apareceu a compreensão que esperávamos sobre autonomia de buscar, que Covre (1991) nos traz e que também precisamos trabalhar para desenvolvê-la nos alunos. Além disso, há a dificuldade com as ferramentas tecnológicas que todos nós utilizamos cotidianamente e que para os alunos da EJA/EPT não são eficientes, devido às dificuldades que eles encontram para utilizá-las. Assim:

**[...] “até porque muitas coisas tem que ir buscando, porque tudo hoje é via internet, né! E aí a gente também não tava acostumado com isso. Então a falta de comunicação para nós, tu tem que buscar aqui, ali, o próprio e-mail, a gente não sabia que tinha que ter. Então, hoje, nós sabemos, né” (Participante O1).**

A questão é que há dois aspectos trazidos pelos alunos: A dificuldade em compreender as informações e as ferramentas tecnológicas utilizadas para realizar a inscrição, bem como, para divulgá-las. Ainda que os participantes utilizem diariamente essas tecnologias, muitos deles não detêm os conhecimentos necessários para acessá-las, dificultando a comunicação entre a AE e os alunos:

**[...] “ressaltando isso que a O1 falou, que eu senti hoje uma dificuldade muito grande. Foi colocado lá no grupo; a professora colocou sobre os benefícios. Não sei se os colegas viram em PDF sobre academia que**

tem desconto, né, e não lembro mais qual é a outra coisa, hospedagem do Sesc. Aí fala assim, ó, façam o cadastro no orbital. O que é orbital? Eu não sei aonde que eu vou para achar essa coisa, eu não sei, entendeu! Aí tu gera lá nesse orbital que para mim não significa muita coisa, eu não tenho esse conhecimento e não sei o caminho para mim chegar no orbital e não é divulgado isso” (Participante P1).

Ainda:

“Eu não! Na verdade, não busquei porque quando eu fui me inscrever, não consegui, Daí eu também já deixei de lado tudo, né. Talvez deveria também, né, mas como diz parte de alguém nos dizer né, que vocês têm direito a isso ou aquilo; o que que é essa ter? estudantil para que serve e qual é as leis; qual é os direitos de vocês; quais são os deveres de vocês” (Participante L1).

Podemos perceber nas falas dos participantes P1 e L1, ambos do primeiro ano, a comprovação das dificuldades encontradas no que tange a comunicação. Destacamos ainda que o fato dela ocorrer no *WhatsApp*, que é um aplicativo que todos utilizam, não garante a compreensão da mensagem. Muitas vezes a linguagem utilizada não é a usual dos alunos, acarretando a falta de compreensão e a desistência de participar de benefícios que lhes são oferecidos como apresentou o Participante L1.

#### 4.3.3 A Assistência Estudantil, os editais e as tecnologias

O aluno P1 externalizou suas dificuldades em relação às tecnologias, dizendo:

“Tem uma coisa, isso aqui é tudo informatizado, tá. Nós, eu já tenho uma idade que eu não sou da era da informática. Eu sou da outra geração, em que era tudo diferente. Hoje a colega S1 não tem dificuldade nenhuma porque ela já é da era da informática. Nós não; somos da época da informação verbal. Era menos digital, então eu não sou da era digital; eu tenho dificuldade com tudo que for digital. Se a gente for lá, tem todas essas informações, tem esse orbital, tem várias informações, mas tu tem que estar acessando a internet. Não é fácil para mim! Eu já tenho bastante dificuldade. Para mim e para ela, nós que já temos uma certa idade, nós de 60 anos, mais de 60 anos, não somos dessa época. A gente é da época que era mais em papel, então tá muito informatizado, então não sei se tem. Eu não vi escrito em alguma folha, digamos assim, que eu possa. Claro que eu tenho que pegar lá e copiar, né, entende? Eu acho que por ser só digital, eu não sei se tem em algum lugar, eu não vi” (Participante P1).

As dificuldades apresentadas aparecem para todas as idades da EJA do IFFar Campus São Borja, pois mesmo quem já participou de editais segue com dificuldades

de compreensão. **O participante S1 diz que: “O Auxílio, eu tenho dificuldade até hoje pra fazer”**. Quando questionado sobre de quais auxílios da Assistência havia participado, o participante S1 relatou que: **“Eu já participei da moradia, da alimentação e do auxílio financeiro”**. Relatou ainda:

**“Eu, no caso, por exemplo, quando preciso de alguma coisa, quem faz é meu filho. Porque eu não... Se dependesse de eu fazer, desde, tipo, quando eu entrei aqui, ele fez tudo para mim. Porque se fosse eu fazer, eu não saberia. Então, eu não faria” (Participante G3).**

O processo de seleção dos editais, assim como do auxílio permanência, envolve o uso de tecnologias, já que os alunos precisam preencher formulários pelo sistema do SIGAA, que é institucional. Há uma grande dificuldade e insatisfação por parte dos alunos, justamente por não compreenderem os motivos da burocracia e a maneira através da qual o processo dos editais ocorre. Senão, vejamos:

**“Ah, pois então, aí vem outra dificuldade: Essa palavra “digitalizar”, entendeu. Então aí, no caso, não é todo mundo que sabe. Eu não sei, mas eu peço ajuda pros meus filhos, se caso precisar. Mas aí tu já depende de outra pessoa pra te auxiliar e aí é complicado” (Participante L1).**

A partir das declarações dos alunos, podemos perceber que há falta de compreensão sobre diversos temas e assuntos ligados às ações da Assistência Estudantil. Em face disto, disponibilizar momentos onde haja a troca de informações para que possam buscar tirar suas dúvidas e ampliar os conhecimentos como um todo torna-se pertinente, como se pode aferir da fala do participante abaixo:

**[...] “pois é, você falou, agora aqui, nesse auxílio, na burocracia dessa papelada toda, porque é, já vem lá de cima, tá aí! O governo dispõe dessa verba para auxiliar os alunos, né. Principalmente, mas ao mesmo tempo que ele dá essa verba, dá pra se pensar que se dificulta muito em termos dessa papelada. Sabemos nós todos que tem muitos alunos de uma carência tão grande, da família em si; imagina, nós temos um celular. Nós estamos tendo condições de acessar e essas famílias que não sabem nem escrever, imagina pesquisar, procurar papel. Sabemos que dentro desses que estão buscando auxílio, são pessoas com dificuldades; às vezes, com problemas, como autistas [...] Então, por isso, eu acho que o governo deveria dar uma simplificada nisso. Tu tem essa ajuda, tu sabe que tem outras ajudas por aí, não só aqui no IF, mas tu tem que correr muito atrás e muitas coisas não são divulgadas. O governo dá, mas ao mesmo tempo parece que ele dificulta essa ajuda de chegar até quem realmente precisa, né. Eu acho muito válida essa ajuda aos alunos! Essa é o custo financeiro que dão, seja pra passagem, seja pra comprar um calçado; é uma roupa que se gasta, o próprio**

**material de higiene daquele aluno que muitas vezes não tem e mesmo os que têm, se gasta, né. Eu acho que deveria o governo dar uma simplificada nisso aí pra um todo, né” (Participante O1).**

Em vários momentos, os alunos fizeram questão de ressaltar que essa ajuda de custo faria diferença para a permanência deles no IFFar e o quanto ela viria contribuir, ratificando a sua relevância, conforme se vê nas falas de todos, exemplificadas pela descrita abaixo:

**“Por menor que fosse, mas ia fazer diferença, sim. Mesmo tu tendo uma renda, tu se aperta. Às vezes é um filho que adocece, às vezes é... Agora, na época do Covid, tu ficava uma semana, 15 dias sem trabalhar. São esses 15 dias que tu não ganha, entende? Então, é uma coisa que podia ser avaliada assim. Tem situações e situações” (Participante F3).**

Independentemente do ano ao qual os alunos pertenciam, o discurso foi o mesmo, conforme podemos perceber na fala do F3, aluno do terceiro ano, assim como na fala do Q1, aluno do primeiro ano:

**[...] “seria ótimo, me ajudaria bastante pra mim continuar a permanecer em sala de aula até me formar, porque sou chefe de família, né. Então, eu trabalho para sustentar a casa e moro de aluguel. Pra mim ia ser ótimo, se encaixaria perfeitamente nesse exato momento, né. [...] O ensino é gratuito, mas a gente tem despesas com ônibus, gasolina, no caso, material escolar, a gente tem despesa. Se a gente for botar tudo na ponta do lápis, é quase um salário que a gente gasta. Seria ótimo” (Participante Q1).**

Essas alunas da EJA/EPT são mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades de estudar, na época da vida considerada como adequada, e retomam às suas vidas de estudos. Fato que a Participante Q1 elucidou, fazendo-nos abrir os olhos para as várias dificuldades enfrentadas, que demandam atenção, pois fragilizam a permanência e êxito escolar.

A comunicação exerce um papel de grande importância no processo que envolve a solicitação do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil. Todo o processo da comunicação da AE deve ser compreensível e chegar aos alunos de forma clara e adequada. Os alunos apontam para uma carência de momentos para dialogar e esclarecer dúvidas quanto aos serviços prestados pela AE.

Quando perguntados se achavam pertinente abordar o tema cidadania em aula, mostrando as ligações existentes com os direitos que a instituição oferece, tomando

como exemplo o auxílio permanência ofertado pela AE, tivemos respostas positivas como a do participante C2: **“Eu acho que sim, mas não naqueles momentos quando a gente chega, que fazem aquelas palestras e coisa e tal. Acho que na sala de aula, com mais calma, acho que seria interessante.** Ainda, o A2 disse **“Que a gente possa perguntar, com certeza aqui!”**

Todos os alunos manifestaram de forma afirmativa suas declarações, pois julgavam que a sala de aula era o melhor local para esclarecer dúvidas. Ao debater esse assunto, estaríamos proporcionando momentos para desenvolver as capacidades propostas por Nussbaum (2015), além de momentos dialógicos de crescimento propostos por Freire (1998, p. 156), que sustenta:

No fundo, diminuo a distância que me separa das condições malvadas em que vivem os explorados, quando, aderindo realmente ao sonho de justiça. Luto pela mudança radical do mundo, e não apenas espero que ela chegue porque se disse que chegará. Diminua a distância entre mim e a dureza de vida dos explorados não com discursos raivosos, sectários, que só não são ineficazes porque dificultam mais ainda a minha comunicação com os oprimidos. Com relação a meus alunos, diminuo a distância que me separa de suas condições negativas de vida, na medida em que os ajudo a aprender não importa que saber, o do torneiro ou do cirurgião, com vistas à mudança do mundo, à superação das estruturas injustas, jamais com vistas a sua imobilização.

É preciso permitir o diálogo de trocas na busca de um saber construtivo e alicerçante. Freire (1998) buscava diminuir as distâncias da realidade perversa onde há os explorados, oprimidos e os poderosos dominadores. Alegava que isso seria possível através da motivação acalorada pela busca do saber. Mas não na simples forma de saber. O saber deveria despertar uma paixão e uma constância, sendo associado a outros saberes da **realidade concreta**. Assim, estaremos no caminho do desenvolvimento omnilateral, que os Institutos Federais buscam e projetam em seus planos de ação com os alunos.

Outro aspecto relevante diz respeito à compreensão das siglas dos setores pelos alunos. No dia-dia, elas já estão incorporadas nas atividades, tanto para os servidores, quanto para os professores, que por muitas vezes as utilizam nas comunicações de informações para os alunos. Contudo, para os alunos, há muitas dúvidas, principalmente quando ingressam na instituição. Esse desconhecimento corrobora a dificuldade da comunicação entre os alunos e os setores.

Diante do exposto, a realidade concreta apresentada traz,

**“Porque que se move muito com siglas né, ah o (EPJ), sala (JMP) e aí o que, que significa a CPI? Que que significa? Então, para nós aqui principalmente, nós, como disse essas sessentonas aqui, tem muita dificuldade, né, do que significa cada uma. Poderia ter um papel ali, o que significa essa sala JNF, o que significa essa sala, né, pra nós assim, daí a gente até pode buscar via internet, mas tem que dar um significado pra nós do que que é isso, né?” (Participante O1).**

A fala do participante O1, mostrou que o entendimento de quem necessita usufruir dos serviços prestados pela Instituição torna-se importante. O fato de não saber onde procurar suporte, informações que poderiam ajudar em suas demandas, faz diferença. E, mesmo que os alunos soubessem o significado das siglas, eles não têm o entendimento de qual serviço cada setor disponibiliza. Pode-se dizer que há uma falha na comunicação para com estes alunos, como observado na fala do O1.

Alguns alunos sabem da existência da Assistência Estudantil e que ela oferece suporte em diferentes questões para eles. Contudo, chamou-nos a atenção o fato de que na mesma turma, entre eles, não há esse diálogo de troca de informações, pois alguns conheciam e participaram dos editais, enquanto outros, sequer sabiam da existência, seja do setor, seja do auxílio. O Participante G3 disse: **“É pouco divulgado”**. Esta afirmação nos gerou preocupação, pois entre eles percebeu-se que também não há uma comunicação, devido ao fato de haver na turma colegas contemplados pelo auxílio permanência e que detinham informações sobre o processo.

Arendt (1989) nos traz que ao pensarmos nas demandas de cunho laborativo e, mais tarde, de ordem do trabalho, focando nos interesses pessoais, deixando de lado a pauta do bem comum, estamos perdendo o poder e a possibilidade de construirmos em conjunto algo que beneficie a todos. Diante deste fato, perdemos a oportunidade de sugerir propostas que consigam soluções mais democráticas. A autora diz que essa construção conjunta faz parte da condição humana e da sua dignidade para podermos viver em sociedade e minimizar as desigualdades.

**“Bem, eu sei, tipo, a assistência estudantil eu nunca procurei, mas ela está lá. Com certeza, se eu for atrás, ela vai, sim, me auxiliar. Assistência médica, a gente já foi lá. Então, assim, o campus está aí, tem toda a estrutura, mas, às vezes, ela não é explorada por nós mesmos. Não que não tenha pessoas capacitadas. Nós não vamos atrás. No momento que tu precisar, tu for atrás, tu vai ter” (Participante F3).**

Após conversarmos sobre vários assuntos presentes no roteiro do grupo focal, antes de nos encaminharmos para o final, perguntei para eles qual solução, na visão deles, seria mais efetiva para a comunicação e compreensão dos editais da Assistência Estudantil.

**“[...] Então, assim, seria bem legal se tivesse uma proposta de alguém mais acolhedor nessa parte, assim. Para com os PROEJA(S), eu acho. [...] Falta alguém “tipo” nos falar, quando a gente entra, pra quando a gente ingressa aqui na instituição, né. A gente que é do EJA, a gente tem uma explicação mais que uma vez, de dizer, ó, é em tal lugar. Você pode fazer isso, isso, isso [...] com mais cordialidade, assim. Coisa que aqui nós, não que a gente não entenda, mas devido ao nosso retorno de aula depois de muito tempo parado, a gente já tem um pouco mais de dificuldade (Participante I3)”.**

As dificuldades são muitas, mas alternativas são apontadas coletivamente pois, para eles, os métodos digitais não são efetivos, como se vê na fala do participante G3:

**“É, tipo que nem eu digo: A gente é do tempo da cartinha. Ter alguém exclusivamente para atender esse público do Proeja, que não entende, porque, óbvio que não é só eu que não sabe mexer no computador ali. Eu acho que a grande maioria tem essa dificuldade. Poucos da minha idade dominam essa área. Eu acho que tá entrando pro Proeja, no caso, né? Sim. claro que, “né”, tem outros, mas, “tipo”, pessoas que estão entrando pro Proeja que eu acho que são poucos que dominam essa área, assim, de tecnologia (Participante G3)”.**

A comunicação, na opinião dos alunos, se torna mais efetiva quando oportuniza o diálogo, pois assim conseguem tirar suas dúvidas e compreender melhor os processos para assim conseguirem participar da seleção do edital.

**“Nós ainda preferimos o cara-a-cara. Por quê? Não somos mais jovens a ponto de saber mexer e nem sempre tu tem acesso à internet. Tem dias que tá cortada porque teu salário não deu pra pagar. E é a nossa realidade. Então, assim, faz um, ó. Olha quanta folha que deve ter lá, faz um recado. Ó, gurias, vocês passam pro colega de vocês. Não precisa vir aqui falar pra todo mundo se não dá tempo. Se dá tempo, ó, espera o horário. Depois do intervalo, tá todo mundo aqui ou logo que bate, tá todo mundo aqui. Vem aqui. Porque tem muita gente que fica lá sem fazer nada, né? Não tô dizendo que as pessoas não trabalham, mas tem horas, meia hora do teu dia, da tua noite, não tem problema de tu dar uma subidinha aqui e passar um recado. Porque ainda somos do tempo do recado” (Participante F3).**

Percebemos que os alunos têm uma preferência pelo físico, visual e dialógico, como se nota na fala do Participante F3 que ainda completou dizendo: **“Mas eu nunca**

**vi nenhum encarte, nada que diga”**. Sabemos que há divulgações e muitas publicações nas redes sociais, digitais. Contudo, para o público da EJA, tais ações não se apresentam efetivas e acabam não cumprindo com o seu papel, que é de divulgar a todos os processos de participação dos editais, bem como dos serviços prestados pela CAE.

O Grupo Focal oportunizado por esta pesquisa permitiu que os alunos refletissem sobre processos e seus comportamentos como cidadãos. A partir das discussões, muitas reflexões surgiram, inclusive, quanto ao compromisso que envolvia a todos, tanto por parte da instituição, quanto pelos alunos. Eles trouxeram soluções conjuntas, pois compreenderam que também precisavam fazer a sua parte.

Entenderam também que seria possível contemplar um número maior de alunos que de fato necessitam desse auxílio e manterem seus estudos, assim como possibilitar uma mudança em suas vidas.

**“A assistência tá lá embaixo. Sei a sala dela. Quem não procura sou eu. E conforme cada um sabe a sua necessidade, então, cada um também tem que, como disse a colega, buscar aquilo que é necessário a cada um. Ninguém sabe o que se passa na vida dela. Então, se ela precisa, ela vai buscar ou ela vai procurar. Será que tu não sabe quem é que pode me auxiliar nisso ou naquilo? Porque um perguntando “pro” outro, né? Talvez a assistência não esteja fazendo o trabalho dela correto, porque a gente também não vai atrás. Não vamos também tirar de nós essa parcela de responsabilidade aí, ó, que nós também somos responsáveis por aquilo que a gente deixou de fazer” (Participante G3).**

Dessa forma, através do questionário e do Grupo Focal, conseguimos alcançar boa parte dos objetivos propostos pela pesquisa, sendo que, com o produto educacional, contemplamos todos eles. Assim, iniciamos a caminhada para **resgatarmos o sentido e o papel da Assistência Estudantil à luz de suas bases legais e conceituais na intenção de aprimorar as ações de apoio referente ao auxílio permanência**. Este objetivo alcançamos através do diálogo realizado com os alunos, respeitando o ano que estavam cursando, tirando as dúvidas que iam surgindo durante a pesquisa, levando em consideração as peculiaridades de cada turma, uma vez que as demandas se apresentavam de formas diferentes. Mas queremos deixar claro que não é algo acabado. Trata-se de um processo que precisa ter continuidade, sendo construído em conjunto por todos os envolvidos.

**Analizamos os processos e estratégias de comunicação com o público interno para averiguar a efetividade dos serviços e ações da assistência**

**estudantil como possibilidade de construção de saberes, visando, através do auxílio permanência, a compreensão da cidadania pelos discentes da EJA.** Os processos de comunicação foram analisados em conjunto com os alunos da EJA e os usuários dos serviços prestados pela AE, os quais manifestaram suas demandas por estratégias comunicacionais mais simples e diretas, conforme mencionado por eles, **“[...] preferimos o cara-a-cara”. (Participante F3).**

Desta forma, ao analisar se a comunicação, os serviços e as ações estavam sendo realizadas de forma efetiva, era preciso escutar os alunos; tanto os que utilizavam os serviços, quanto aqueles que os não estavam utilizando por diversos motivos. A análise nos permitiu compreender que há a necessidade de adequações para se conseguir melhor atender esse público. Conseguimos despertar nos alunos uma reflexão sobre ser cidadão ativo e contributivo. Possível de se constatar a partir das falas dos alunos no processo do diálogo que desenvolvemos.

**Problematizamos, à luz do entendimento e percepção dos sujeitos envolvidos nos processos, a eficiência e a eficácia da comunicação dos editais dos auxílios ofertados pela assistência estudantil, visando o acesso, permanência e o êxito dos discentes e a possibilidade de estes garantirem os seus direitos como cidadãos.** A problematização através do Grupo Focal permitiu-nos ratificar a importância e relevância desse auxílio para manter os estudos dos alunos da EJA do IFFar. Esta técnica de pesquisa dialógica permitiu-nos momentos de escuta e de trocas de informações.

Através da técnica do Grupo Focal, detectamos as necessidades e as dificuldades demandadas pelos alunos. Verificamos que há demandas diferentes entre as turmas, que precisam ser devidamente compreendidas pela instituição, pois só assim esta conseguirá se comunicar com esses alunos e assim aprimorar os processos de comunicação, sendo mais efetivos e concretos.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional possibilita publicizar a pesquisa realizada durante o mestrado profissional. Serve como recurso educacional que irá contribuir com a prática pedagógica. A sua elaboração implica um processo formativo contínuo ao qual a pesquisa dará o suporte necessário (Freire *et al.*, 2017).

Diante disso, um dos objetivos desta pesquisa é a construção de um Produto Educacional na área de ensino; parte integrante da proposta do presente mestrado profissional ProfEPT. Assim, após a “lapidação” do projeto de pesquisa original e das análises e da interpretação dos dados, construímos um Grupo Focal como proposta de Produto Educacional. O qual será apresentado neste capítulo.

De acordo com Kaplún (2003, p. 46),

Entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado: ou se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado. [...] um material educativo não é apenas um objeto (texto, multimídia, audiovisual ou qualquer outro) que proporciona informação, mas sim, em determinado contexto, algo que facilita ou apoia o desenvolvimento de uma experiência de aprendizado, isto é, uma experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: Conceitual ou perceptivo, axiológico ou afetivo, de habilidades e atitudes etc.

Ainda nos traz que,

Está claro que, por isso mesmo, até mesmo um objeto que só proporcione informação pode ser educativo, desde que seja utilizado num contexto tal que lhe possibilite cumprir esta função. Deve-se notar que, ademais, muitos materiais que não foram elaborados com intencionalidade educativa podem cumprir essa função, desde que utilizados adequadamente (Kaplún, 2003, p. 47).

Vemos uma grande possibilidade educativa quando temos o diálogo e a escuta dos envolvidos em sua concepção e execução, onde podemos oportunizar momentos de trocas em que todos contribuem para o desenvolvimento e o bem comum.

O produto educacional foi concebido de modo que possa ser utilizado com autonomia por terceiros. Sendo o produto o resultado da pesquisa, ele precisa ser capaz de funcionar independentemente dela. Um produto educacional, para ser elaborado, envolve diversas pessoas ao longo da pesquisa.

Observamos os três eixos propostos por Kaplún (2003) para a análise e construção do nosso produto, os quais ele também chama de “mensagem educativa”. São eles: eixo conceitual, pedagógico e o comunicacional.

Sobre o eixo conceitual, Kaplún (2003) diz que para ser importante para o processo de criação de um produto ou material educativo é preciso aprofundar-se sobre as informações que serão tratadas buscando por autores importantes (Tentei arrumar, mas ficou estranha a passagem e não estou certo sobre a ideia que tu pretendias expor. Sugiro reescrever este trecho). Segundo o autor, estabelecer relações e inter-relações entre os temas principais e secundários é muito importante nessa primeira fase. Ele sustenta ainda que se trata de muito mais que identificar categorias; implica realizar um trabalho que servirá de base para a mensagem educativa que se pretende passar (Kaplún, 2003, p. 49).

Em seguida, temos o eixo pedagógico, que Kaplún (2003) diz ser o caminho a ser trilhado, ou seja, o percurso onde se começa e onde se termina. Ao fim desse caminho, a perspectiva que se espera poderá ou não ser atendida, perspectiva que poderá apresentar mudanças ou aprimoramentos das ideias, valores e percepções dos participantes, etc. Nesta fase, as reflexões são propostas para que os conceitos e concepções prévias sejam discutidas. Fato que possibilitará a apropriação e possíveis construções de conhecimentos.

Nosso produto foi pensado e desenvolvido com muita atenção às categorias observadas nas falas dos alunos durante o desenvolvimento da pesquisa. A intenção de solucionar o problema proposto era algo latente. Tratava-se de um desafio no qual embarcamos juntos, eu e meu orientador, cientes de que o cerne da questão era atender os mais vulneráveis, que não conseguem dispor das mesmas condições de acesso à comunicação e tampouco compreendem seus direitos e sabem como buscar.

Diante disso, pensar algo que viesse atender a demanda dos alunos e que também avaliasse a comunicação e a compreensão deles quanto aos editais e sua forma de divulgação da Assistência Estudantil não se apresentou como uma tarefa fácil. E, além disso, ainda procurou-se despertar neles a cidadania ativa, de busca, de luta e participação para promover mudanças.

A perspectiva de sua aplicabilidade está atrelada à sua viabilidade, com custo baixo, tendo como perspectiva o diálogo, que possibilitará buscar ações e soluções em um menor tempo. A escuta desses alunos é substancial para promover qualquer

ação que possa contribuir para a permanência e êxito deles no IFFar. Assim, o direcionamento poderá ser mais assertivo e adequado, já que dará voz a quem as circunstâncias sociais calaram durante a vida.

A proposta apresentada pelo IFFar de desenvolver cidadão críticos, conscientes e autônomos, vem ao encontro da nossa proposta de produto, pois servirá tanto para a Coordenação da Assistência Estudantil do Campus São Borja, quanto para outros *Campi* que tenham alunos da EJA/EPT. Sua flexibilidade permitirá adaptações à realidade de outros cursos, devido a sua importância e pertinência. Nossa proposta permitirá direcionar esforços para atender aos alunos da EJA/EPT e, ainda, servirá como possibilidade de mudança do atual cenário, onde a evasão parece ser algo recorrente.

## 5.1 ENTENDA O PORQUÊ DO GRUPO FOCAL PARA A EJA

A escola possui um papel muito importante que visa a formação humana, exercendo assim uma função social importante. Além dos conhecimentos que a pesquisa desenvolveu, também propomos um produto educacional. Sua construção contou com a participação dos alunos da EJA, pois as observações realizadas por nós durante a sua aplicação nas turmas serviram de suporte para a idealização do referido produto.

Trata-se de um roteiro de Grupo Focal que contém sugestões para sua organização e condução. Buscamos contribuir e desenvolver aspectos que proporcionarão aos discentes a articulação entre os seus conhecimentos, através de trocas dialógicas, além de contribuir com análises e reflexões dos processos comunicativos para com os alunos na busca da eficácia e da eficiência, tendo como possibilidade o desenvolvimento de cidadãos autônomos, críticos e atuantes. Buscamos ainda oferecer um serviço público de qualidade que atenda de fato aqueles que mais necessitam.

A oportunidade permitirá direcionar esforços no atendimento das reais demandas dos alunos que desejam participar do Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil, observando a perspectiva de cidadãos, tomando-se como ponto de partida o conhecimento que têm sobre o assunto.

Vemos o Grupo Focal como possibilidade de verificar as demandas particulares de cada turma, maneira que permitirá escutá-los; caso contrário, estaríamos propondo

um produto que não seria eficaz e muito menos eficiente, uma vez que não conseguiria atender às diferentes necessidades de uma maneira democrática, haja vista que há uma grande diferença nas turmas e, a cada ano, um novo público constitui as novas turmas e este público também precisa ser ouvido.

O Grupo Focal como Produto Educacional se apresenta como uma ferramenta dialógica que permitirá atender às demandas institucionais e às dos alunos. A referida técnica servirá como base para a produção de materiais educativos mais assertivos, pois terá dados mais próximos da realidade das turmas. Ela tem por base as informações coletadas junto aos alunos, permitindo assim resultados muito próximos do ideal.

Muitas vezes, os materiais com o intuito educativo são produzidos a partir da percepção de quem os produz, tornando-os pouco eficientes e efetivos. Por outro lado, a técnica que propomos se apresenta como flexível, permitindo sua adaptação conforme a necessidade, tanto de quem a propõe, quanto do público a quem o material se destina. Sua aplicabilidade trará muitos benefícios, pois esta comunicação que propomos se apresenta dialógica e verdadeira, tendo como base os preceitos que nos dizia Freire (1998), em que os sujeitos através da dialogicidade aprendem e crescem a partir das diferenças, tendo sempre o respeito ao diferente.

O Grupo Focal ainda permite avaliar os serviços desenvolvidos, auxiliando a gestão, servidores da CAE, professores e membros da comunidade que busquem o fortalecimento da modalidade da EJA, fato imprescindível para uma gestão que prima pela qualidade.

O Produto Educacional passou por um processo de construção, pois a partir da escuta dos alunos da EJA/EPT do Campus São Borja no ano de 2023, que nos serviu como um protótipo, ou ainda, um teste, contribuiu para que fosse definido. Precisávamos de algo dialógico e próximo dos alunos, pois foi uma necessidade apontada por todos.

O Grupo Focal tem como foco o diálogo entre os alunos, o que atende à demanda dos alunos a quem se destinam os serviços da Assistência Estudantil, mais especificamente do Auxílio Permanência. Estas discussões têm o intuito de avaliar as percepções dos alunos quanto aos seus direitos, assim como a consciência da coparticipação nas reivindicações para a promoção de mudanças.

## 5.2 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

**PROPOSTA: “Grupo Focal - Diálogos construtivos e saberes, a partir do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil enquanto práxis da cidadania” (APÊNDICE C).** Disposto em 30 (trinta) páginas, disposto em quatro partes, para atender a proposta: a primeira traz uma breve apresentação da pesquisa, do Campus São Borja e do Curso Técnico em Gastronomia Integrado EJA/EPT (PROEJA). Na segunda parte apresentamos a técnica do Grupo Focal e forneceremos subsídios de forma sucinta para o moderador ter uma base teórica para a realização do Grupo Focal. Na terceira etapa, o roteiro propriamente dito, a quarta e última etapa representa a avaliação que irá possibilitar observar as percepções dos alunos a respeito da realização da técnica do Grupo Focal.

Trazemos ainda algumas considerações sobre a proposta desta pesquisa, apresentando resultados e percepções. Destacamos, para que as expectativas desses jovens e adultos sejam possíveis de serem alcançadas e estejam em consonância com os propósitos curriculares conceituais que também são importantes, Anastasiou diz que:

Nisso, o professor deverá ser um verdadeiro estrategista, o que justifica a adoção do termo *estratégia*, no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores ferramentas facilitadoras para que os estudantes se apropriem do conhecimento (Anastasiou, 2003, p. 69).

O desafio consiste em propormos uma estratégia que melhor atenda aos alunos da EJA/ EPT, pois, para atender e entender o público em questão, precisamos ouvi-los. Assim, a chance de sucesso toma mais força e torna-se algo possível ser alcançado. Tendo em vista que cada turma apresenta demandas e peculiaridades diferentes, o Grupo Focal se mostrou positivo para este público.

A técnica de Grupo Focal permite, além da coleta de dados, detectar falhas, verificar e avaliar os serviços prestados, tanto por parte da Instituição, como pela Assistência Estudantil. Fornece informações que trarão resultados que poderão vir a contribuir com a qualidade do serviço público. Ainda, permite discutir temas e observar as carências dos discentes na perspectiva de promover melhorias e buscar melhores métodos comunicativos para conseguir atendê-los.

O nosso produto educacional teve sua diagramação no Canva, aplicativo gratuito e de fácil acesso. Pensamos em um produto que servisse como um suporte, contendo perguntas e que tivesse também a articulação de uma base teórica, permitindo ao moderador o desenvolvimento do Grupo Focal com maior segurança.

Nossa proposta surgiu da necessidade de atender o público da EJA/EPT. Precisávamos de algo condizente com as demandas apresentadas pelos alunos durante a pesquisa. A experiência vivida através do exercício da profissão permitiu-nos observar a grande heterogeneidade na constituição das turmas que se formam anualmente. Diante disso, precisávamos pensar em algo que se adaptasse às diferentes situações e públicos.

O cenário das turmas do 1º, 2º e 3º ano demandavam a construção de um produto que fosse flexível, dialógico e de fácil execução. Assim, o produto poderia se adaptar às realidades dos alunos da EJA/EPT do Campus São Borja. A sua aplicabilidade pode ser vista como possibilidade de melhoria nos serviços prestados, não só pela Assistência Estudantil, mas também pela Instituição, pois esse contato mais próximo com os alunos irá fornecer informações que possibilitarão ações mais assertivas para lhes atender. O produto poderá ainda, futuramente, poderá ser utilizado em outras turmas, cursos e *Campi* do IFFar.

A vontade de contribuir dando voz e vez aos alunos esteve presente em toda a construção desta pesquisa, assim como na do produto educacional. Optamos por um contato mais próximo entre a Assistência Estudantil e os alunos, acolhendo-os e buscando informações que pudessem servir para auxiliá-los na continuidade de seus estudos dentro do IFFar.

Conhecer os alunos passou a ser nossa proposta como ponto de partida para qualquer atividade institucional que envolvesse a EJA/EPT. Apesar de sabermos que nossa proposta não resolverá todos os problemas, cremos que ela irá trazer contribuições, pois exercerá o papel de detector e indicador dos possíveis problemas, possibilitando o direcionamento de esforços para a sua resolução.

A divulgação do produto será via eduCAPES<sup>16</sup>, no seguinte endereço <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/746343>. Ficará à disposição de quem se interessar pelo tema, servindo de suporte e até mesmo de base para novos estudos. A pertinência do Produto que apresentamos requer estudos que ampliem seu público, contemplando outros alunos e outras Instituições de ensino, ofertando momentos nos quais o pesquisador fica mais próximo dos alunos.

### 5.3 AVALIAÇÃO E RESULTADOS

O nosso produto educacional contou com a participação dos alunos para a realização da avaliação. Para que houvesse uma congruência entre o nosso propósito e os objetivos, fazia-se necessário levar em consideração a opinião dos alunos que participaram do processo da realização do Produto Educacional. Assim, organizamos a avaliação da seguinte forma: primeiramente aplicamos um questionário aos alunos do terceiro ano que participaram do Grupo Focal.

Isto se deu por conta dos alunos do terceiro ano estarem em fase de conclusão do curso e, por esse motivo, em meio a trabalhos e provas. Foi preciso traçar uma estratégia e direcionar esforços para que obtivéssemos as respostas, pois estes alunos haviam contribuído e julgávamos relevante pela trajetória deles dentro da Instituição. Perguntamos então se poderiam responder à avaliação quanto ao grupo focal e explicamos a relevância.

Obtivemos quatro participações, sendo dois alunos do terceiro e dois do primeiro ano. No primeiro ano, dois alunos responderam. Ressaltamos que como concluíram o primeiro ano, dos oito que participaram da pesquisa, restaram cinco alunos matriculados. Dos do segundo ano, que eram cinco, não obtivemos participação através do envio da avaliação por *WhatsApp* e pelo fator tempo não conseguimos uma maior participação.

Enviamos a todos os participantes a avaliação via *WhatsApp*. Os próprios alunos indicaram que a melhor forma de obtermos as respostas seria enviar-lhes a

---

<sup>16</sup> O eduCAPES é um portal de objetos educacionais para uso de alunos e professores da educação básica, superior e de pós graduação que busquem aprimorar seus conhecimentos. O eduCAPES Engloba em seu acervo milhares de objetos de aprendizagem, incluindo textos, livros didáticos, artigos de pesquisa, teses, dissertações, videoaulas, áudios, imagens e quaisquer outros materiais de pesquisa e ensino que estejam licenciados de maneira aberta, publicados com autorização expressa do autor ou ainda que estejam sob domínio público. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/redirect?action=about>. Acesso: 29 jan. 2024.

pesquisa via telefone celular e que, em momento oportuno, responderiam. Aproveitamos a oportunidade para perguntar aos demais participantes se essa forma de realizar a avaliação também seria positiva. Como se manifestaram favoráveis, assim fizemos.

Ao optarmos por essa ferramenta de avaliação, conseguimos também observar a reação dos alunos quanto ao uso da tecnologia, tendo sido nessa percepção positiva sob vários aspectos, tanto pelo baixo custo, quanto em face do aproveitamento do tempo para o pesquisador e para os participantes, respeitando-se os preceitos éticos.

Para tornar algo mais objetivo e de fácil interpretação, utilizamos a escala *Likert*<sup>17</sup>, contendo as seguintes opções: (muito satisfeito, satisfeito, neutro, insatisfeito e muito insatisfeito). Os alunos deveriam escolher uma dessas alternativas que melhor lhe representasse cada pergunta realizada.

*Likert* se apresenta como uma escala com grau de satisfação de fácil compreensão. Além de muito utilizado quando se quer resultados quanto à satisfação de usuários ou participantes de determinada pesquisa. Dessa forma, optamos por formular perguntas utilizando essa ferramenta.

Quando organizamos o questionário, pensamos em algo prático, que permitisse aos alunos responderem rapidamente. Por essa razão, optamos em fazer apenas cinco perguntas. Disponível no Link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfmwg3I9dm1i7r87LdTsBBQT7vktyO04xEVI6u7wXiJBFWngg/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0>.

---

<sup>17</sup> Para entender mais sobre a escala Likert. Disponível em: MATAS, Antônio. Design do formato de escala tipo Likert: um estado da arte. **REDIE**, Ensenada, v. 20, não. 1 pág. 38-47, março de 2018. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1607-404120180001000\38&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-404120180001000\38&lng=es&nrm=iso)>. acessado em 02 fev. 2024.

Figura 27 – Formulário de Avaliação enviado ao 3º Ano



## Avaliação da participação no Grupo Focal

Olá caros alunos! Sou Viviani Aparecida Sasso Saraiva e mais uma vez conto com a colaboração de vocês para o sucesso da pesquisa que realizamos no final do primeiro semestre de 2023. Queremos construir juntos um processo comunicativo entre a Assistência Estudantil e os estudantes, onde haja uma melhor compreensão dos serviços prestados e a sua participação mais efetiva dos estudantes nos editais ofertados.

[viviani.saraiva@iffarroupilha.edu.br](mailto:viviani.saraiva@iffarroupilha.edu.br) [Mudar de conta](#)



\* Indica uma pergunta obrigatória

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Para manter o sigilo dos participantes, ao iniciar o questionário, perguntamos como gostariam de ser identificados. Não era obrigatória a resposta sobre a identificação. Assim, dois alunos do terceiro ano responderam Anita Garibaldi<sup>18</sup> e Conceição Evaristo<sup>19</sup>, ambas personalidades femininas com destaque na história. Por não ser o cerne da pesquisa, a quem interessar, disponibilizamos através dos links na nota de rodapé, o acesso a um pouco da história que cada uma das personalidades que foram mencionadas. Já os alunos do primeiro ano não quiseram optar por nenhuma identificação.

As perguntas realizadas na avaliação do Produto Educacional (enviado por *WhatsApp*) foram:

1. Que personalidade importante que admira e que gostaria de ser chamado?

<sup>18</sup> Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20210420/23092012-caderno-de-anita.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso: 8 jan. 2024.

2. Marque a opção que achar mais adequada ao seu grau de satisfação em participar do Grupo Focal - O tema abordado era sobre a Assistência Estudantil e o auxílio permanência
3. O tema foi relevante e conseguiu satisfazer suas expectativas?
4. O tempo da realização do Grupo Focal foi satisfatório?
5. Gostaríamos de agradecer a sua participação e dizer que juntos iremos construir um mundo mais justo e igualitário, onde cada um dá a sua parcela de contribuição.

As respostas demonstraram a pertinência da pesquisa aos olhos dos alunos usuários dos serviços. A questão dois do questionário enviado por *WhatsApp* para os alunos teve 100% das respostas “muito satisfeito”. Nessa perspectiva podemos observar que o tema abordado no Grupo Focal, cumpriu seu papel, pois os alunos julgaram pertinente a sua abordagem, bem como o método de abordagem do tema, uma vez que surtiu efeitos positivos a partir da avaliação deles.

Na terceira pergunta, as respostas se mantiveram positivas. Contudo, os resultados dos participantes, quanto ao tema, se ele foi relevante e se conseguiu satisfazer as expectativas, mostraram resultados de 50% “muito satisfeito” (alunos do primeiro ano) e “50% satisfeito” (alunos do terceiro ano). Isto denota que, mesmo não tendo mostrado o máximo de satisfação, o resultado se manteve positivo.

Acreditamos que os alunos concluintes, ao realizarem a avaliação, tiveram um olhar diferente, ainda que as respostas tenham sido positivas. O fato de eles estarem saindo da Instituição pode ter influenciado, tendo em vista que não poderiam participar do edital do auxílio permanência, devido ao período de inscrição não estar disponível. Diante do momento proposto à discussão das informações, sobre o funcionamento da Assistência Estudantil e compreensão de como se dá o acesso à comunicação por parte deles, a percepção destes se fazia necessária, pois tinham uma caminhada dentro da instituição e poderiam apontar aspectos diferentes dos demais, apresentando uma visão mais crítica da realidade que vivenciaram ao longo dos três anos que ficaram no IFFar.

Para a pergunta quanto ao tempo da realização do Grupo Focal, obtivemos 50% “muito satisfeito” (alunos do primeiro ano) e “50% satisfeito” (alunos do terceiro ano). Podemos perceber, inclusive, no momento da aplicação do Grupo Focal, a necessidade latente dos alunos por saber mais. Por essa razão, identificamos a

necessidade de oportunizar momentos de discussões sobre essa temática com uma certa frequência.

Ao finalizar a avaliação, realizamos uma pergunta aberta, a qual agradecemos a participação e informamos que, caso quisessem deixar alguma mensagem para os próximos alunos ou para a pesquisadora, poderiam fazê-lo. Não se tratava de uma questão obrigatória. Contudo, todos que participaram da avaliação deixaram uma mensagem.

Obtivemos as seguintes respostas: **“Gostaria de agradecer por tudo o que tive no IFF e pedir que os acessos para os programas de apoio sejam mais simples, para que todos tenham a oportunidade de participar” (Participante F3).**

Podemos perceber nas entrelinhas que a dificuldade em termos de comunicação e tecnologia estão subentendidas na fala do Participante F3, haja vista que todos os processos que envolvem a solicitação dos auxílios da AE se valem disso. Sendo o F3 aluno do terceiro ano, teve um percurso trilhado dentro do IFFar e, desta forma, trata-se de um aluno que pode trazer uma visão, mesmo que em poucas palavras, da pertinência do estudo que realizamos.

Ainda, a gratidão se fez presente na resposta, mas há o entendimento da necessidade de um suporte maior para aqueles que necessitam das políticas públicas ofertadas. Podemos apreciar também a visão cidadã e democrática do Participante F3, que é válida de ser transcrita novamente: **“[...]para que todos tenham a oportunidade de participar” (Participante F3).** Fica fácil identificar as categorias da pesquisa nesta fala, onde há **comunicação, cidadania e tecnologia**, mesmo que subentendidas.

Queremos deixar claro que as palavras foram escritas *ipsis literis* conforme constavam no formulário que recebemos com as respostas, justificando a ausência de correções nas respostas.

As respostas que obtivemos foram valiosas no sentido de mostrar a importância que o IFFar tem na vida dessas pessoas, dando sua parcela de contribuição para a promoção de mudanças em suas vidas. **“Eu só tenho a agradecer por tudo e a todos pelo acolhimento que recebi e convido: vamos fazer parte desta família que é o IFFar” (Participante I3).**

Partimos para o final da presente dissertação trazendo as mensagens dos participantes L1 e N1, através das quais nota-se estarem eles cheios de esperança e

garra e que, apesar de todas as dificuldades e adversidades, seguem o seu caminho de luta.

**“Gostaria de dizer que não é fácil, mas não podemos desistir antes de tentar. Sei que alguns dias estaremos cansados, mas vamos ter apoio dos professores e colegas e família e quando nós chegar no final do ano, ver que vencemos, isso é muito satisfatório com a graça de Deus e as bênçãos divina e com muita fé chegamos onde nós quiser. Um abraço”. Tenho uma frase que gosto muito que diz assim: podemos perder tudo nesta vida, mas o nosso conhecimento ninguém nos rouba”. Isso sim é verdadeiramente nosso, então não desista que chegamos lá” (Participante L1).**

Diante disso, nos sensibilizamos, como cidadãos que somos, cientes do nosso papel e abraçamos também a essa causa. Nos propondo a buscar sempre uma comunicação democrática e incluyente que leve ao conhecimento, pertencimento e ativismo, não aumentando as distâncias hegemônicas, que privilegiam alguns e excluem outros. Eis que motivar a curiosidade (FREIRE, 1998) e a busca também se faz necessário em todo o processo para que seja incorporado na vida desses alunos, para que não aceitem o fatalismo da condição na qual se encontram.

Encerramos os resultados obtidos com a avaliação do produto educacional, valendo-nos da frase da Participante N1, **“Sucesso e que tenha sempre esse olhar humanizado!” (Participante N1)**. Também queremos trazer a nossa avaliação, segundo a qual, o sucesso aparece quando conseguimos ver que cumprimos o nosso papel, não apenas como pesquisador(a), servidor (a), mulher ou homem, cidadão ou cidadã, pai e mãe, tantos papéis que ocupamos na sociedade à qual pertencemos, mas também enquanto educadores em um processo de crescimento e de construção contínuo de todos e todas. É preciso, pois, um olhar humanizado sobre as coisas, sobre o tempo, sobre o outro. Só assim teremos condições propícias para um mundo mais justo, fraterno e humano.

Às vezes, coisas simples se tornam grandiosas quando são feitas com amor e entrega. Sabemos que é um caminho longo a ser percorrido, mas não vamos parar por aqui. Não se trata de uma visão sonhadora. Essa situação revela muito sobre nossa essência em um cenário onde a falta de empatia das pessoas diante das adversidades enfrentadas por muitos, que não têm acesso às mesmas oportunidades, frequentemente resulta na restrição das perspectivas disponíveis.

Quanto à crescente evolução tecnológica, não há o que discutir. Porém, precisamos preparar este público para a nova era, pois nem todos conseguem

acompanhá-la, sendo abandonados pelo caminho por acharem que não são capazes de aprender, como, por exemplo, quando ouvem: “não adianta, eles não sabem, já falei mil vezes”. Estas palavras escutamos cotidianamente. Mudar é preciso, assim como evoluir. Todos passamos por processos, cada um no seu tempo.

Que possamos com a nossa pesquisa fornecer subsídios para a compreensão de que a educação é a chave propulsora da mudança e que os envolvidos possam vestir a sua camiseta na busca de um mundo melhor a todos e todas, sem qualquer distinção.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário considerar as peculiaridades que se apresentam em cada turma. Nesta perspectiva, a escuta dialógica dos alunos, tanto no ingresso do curso da EJA/EPT, quanto no final de cada ano, se faz necessária. Tal conduta possibilitará a busca pelo exercício da **cidadania**, consubstanciada no ato de estudar e concluir os estudos na perspectiva de mitigar as desigualdades.

Sabemos que as **tecnologias** estão presentes em nossas vidas, no trabalho, em casa, na rua e em todo lugar. Contudo, nem sempre ela é capaz de cumprir o seu papel de forma democrática, tornando a comunicação mais acessível. Este deveria ser, no entanto, o seu principal papel. O fato de o celular estar na palma da mão de todos nos faz pensar: este fato não garante a sua adequada utilização, tampouco a compreensão das mensagens que são transmitidas, o que precisa por muitas vezes analisar o público para o qual se destinará a mensagem.

Precisamos de uma **comunicação** institucional que se utilize das ferramentas tecnológicas, que permita as mesmas oportunidades de busca e de informação. Este tema se fez presente em nosso estudo. Assim, percebemos a demanda por um diálogo inicial próximo com os alunos, por conhecer suas realidades e percepções. Deixamos claro que não se trata de um diálogo aleatório, mas sim de um ROTEIRO, com objetivos claros e bem definidos. São características do nosso produto, pois este servirá como ponto de partida para desenvolver estratégias mais assertivas em relação ao público da EJA/EPT.

À medida que fomos desenvolvendo a pesquisa, observamos o surgimento de várias demandas. Desse modo, deixamos algumas sugestões para futuras pesquisas, para as quais poderíamos convidar os ex-alunos da EJA/EPT a participar da nossa proposta do Grupo Focal, **Diálogos construtivos e saberes, a partir do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil enquanto práxis da cidadania**, para que assim pudéssemos entender os reais motivos da desistência do curso.

A flexibilidade da nossa proposta de produto educacional ainda permite sua aplicabilidade nos mais diversos cursos e nos faz pensar na possibilidade de tê-lo como algo a ser institucionalizado. A contribuição que o produto trará institucionalmente será de grande valia, pois trará informações que permitirão decisões mais assertivas e, principalmente, considerando a escuta dos alunos para o planejamento de qualquer ação.

## REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724: Informação e documentação**. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (org.). **Processos de Ensino na universidade**: pressupostos para as estratégias do trabalho em aula. Joinville, SC: Editora Univille, 2003. 145 p.

ARENDT, H. **Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

BACHUR, J. P. Intersubjetividade ou Solipsismo? Aporias da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 541-575, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 1977.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: CNE, 2012a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, maio de 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso: 29 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: CNS, 13 jun. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais., Brasília, DF: CNS, 24 maio 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Dispõe sobre a Instituição, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Ata nº 4 do Conselho Superior, de 14 de julho de 2022.** Santa Maria: IFFar, 2022c. Disponível em: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/documentos/> informando seu número: 4, ano: 2022, tipo: ATA, data de emissão: 23/09/2022 e o código de verificação: 8191d28429, para comprovação de sua autenticidade. Acesso em: 26 set 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Ata Reunião Extraordinária Conselho de Dirigentes nº 1, de 28 de fevereiro de 2023.** Dispõe a parecer do Codir, permitindo que seja realizada a oferta 10 de curso sem o número mínimo de 25 estudantes matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria: Reitoria, 2023b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/col%C3%A9gio-de-dirigentes/reuni%C3%B5es/reuni%C3%B5es-2023>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.** Santa Maria: Reitoria, 2018. Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gastronomia Integrado EJA/EPT (PROEJA).** São Borja: Reitoria, 2022a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/projeto-pedag%C3%B3gico-de-curso/campus-s%C3%A3o-borja>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº 12, de 30 de março de 2012.** Aprova a Política da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria: Reitoria, 2012b. Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/component/k2/item/317?layout=item&Itemid=778#pol%C3%ADticas>. Acesso em: 15 jul.2022.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº 19, de 11 de abril de 2023.** Revoga a Resolução Consup nº 074/2016 e aprova o Regulamento dos Registros Acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria: Reitoria, 2023a. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/registro-e-diplomas>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº 26, de 19 de julho de 2022.** Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria: Reitoria, 2022b. Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/assist%C3%Aancia-estudantil/apresentacao-ae#resolu%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 6 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº 39, de 8 de outubro de 2010.** Ratificada pela nº 45 de 20 de junho de 2013. Aprova o Projeto

Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha, PROEJA, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – câmpus São Borja. Santa Maria: Reitoria, 2010b. Disponível em: [http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201352515840571resolucao\\_n%C2%BA\\_045\\_2013.pdf](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201352515840571resolucao_n%C2%BA_045_2013.pdf). Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior nº 178, de 28 de novembro de 2014**. Aprova o projeto do programa de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria: Reitoria, 2014. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17889-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-do-programa-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-estudantes-do-iffar>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10741-1-outubro-2003-497511-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: 2008b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm). Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 31 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741. Brasília, DF: Presidência da República, 2022d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art2). Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 31 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base. **Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos**: educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: MEC/Setec/Proeja, 2007.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Práticas pedagógicas: experiências inovadoras na Educação Profissional Tecnológica. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 21, n. 68, p. 393-408, jan./mar. 2021.

ClAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 8 fev. 2023.

COVRE, M. L. M. **O que é Cidadania?** São Paulo, SP: Editora brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

DIAS, J. P. Para além da justiça: a solidariedade em Habermas e Levinas. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, [s.l.], v. 8, n. 16, p. 196-206, jul. 2016.

DORIA, C. A. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. **Cadernos Pagu**, [s.l.], v. 39, p. 251-271, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wh7k5v87bXJv6dKTr8R5dvr/>. Acesso em: 22 set. 2023.

FÁVERO, A. A. *et al.* Políticas públicas e a efetivação das capacidades humanas: o papel central da educação. *In*: FÁVERO, A. A. *et al.* (org.). **Leituras sobre Martha Nussbaum e a educação**. Curitiba: CRV, 2021. p. 29-45.

FÁVERO, O.; FREITAS, M. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Revista Interação**, Goiânia. v. 36, p. 365-392, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>. Acesso em: 06 mai. 2023.

FONTE, S. S. D. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018. DOI 10.36524/profept.v2i2.383. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 6 nov. 2023.

FREIRE, G. G. *et al.* Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Polyphonia**, [s.l.], v. 28, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761>. Acesso em: 08 fev. 2024.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 6. ed. [S.l.]: Autores associados; Cortez, 2017. (Col. Polêmicas do nosso tempo).

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993a.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e Educação Popular. Organização: Ana Freire. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993b. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf) Acesso: 5 dez. 2022.

GADOTTI, M. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005. 10 v. (Série Pesquisas em Educação).

GEHLEN, S. T.; DELIZOICOV, D. A função do problema: aproximações entre Vygotsky e Freire para a educação em ciências. **Investigações em Ensino de Ciências**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 347-368, 2020. DOI <https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2020v25n2p347>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 2v.

HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HABERMAS, J. **Comentários à Ética do Discurso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2013.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, J. **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa**: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987b. Tomo II.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa**: racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987a. Tomo I.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**/IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf). Acesso em: 9 nov. 2023.

JACOBINI, M. L. P. O projeto de Pesquisa: Criando conhecimento. *In*: JACOBINI, M. L. P. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, [s.l.], n. 27, p. 46-60, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2006.

LIMA, F. V.; WIESE, A. F.; HARACEMIV, S. C. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul. 2021. DOI <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p131-150>.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-451, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/687/706>. Acesso: 13 maio 2023.

MACHADO, M. M. A educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

MARX, K. **O capital. (Crítica da economia política)**. Livro 1: O processo de produção do capital. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATAS, A. Design do formato de escala tipo Likert: um estado da arte. **Redie**, Ensenada, v. 20, p. 38-47, mar. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1607-40412018000100038&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-40412018000100038&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 2 fev. 2024.

MOREIRA, M. A. Pesquisa em ensino: Métodos qualitativos. *In*: MOREIRA, M. A. **Metodologia de pesquisa em ensino**. São Paulo: Livraria Física, 2011. p. 73-116.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional: dualidade histórica e perspectivas de integração. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPEd, 2007.

NUSSBAUM, M. C. Educação para o lucro, Educação para a Liberdade. **Revista Redescrições – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norteamericana**, [s.l.], ano 1, n. 1, 2009. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/14390/9627>. Acesso em: 14 out. 2023.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São. Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

POLLAN, M. **Cozinhar**: uma história natural da transformação. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POMMER, C. P. C. R.; POMMER, W. M. A metodologia do grupo focal e a formação continuada do professor: um olhar interativo envolvendo a articulação, cognição e emoção. **Revista Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 10, n. 2, p. 5-21, jul./dez. 2014.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G. G. **Dicionário da comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RODRIGUES, R. A. **O ensino como alfabetização ética**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SOFFNER, R. **Tecnologia e educação: um diálogo Freire – Papert. Tópicos Educacionais - UFPE**, Recife, v. 19, n. 1, p. 147-162, jan./jun. 2013.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1998.

ZANON, A. O princípio da alteridade de Lévinas como fundamento da Responsabilidade ética. **Perseitas**, [s.l.], v. 8, p. 75-103, 2019.  
DOI 10.21501/23461780.3489. Disponível em: <https://revistas.ucatolicaluisamigo.edu.co/index.php/perseitas/article/view/3489>. Acesso em: 1 nov. 2023.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**FARROUPILHA-CAMPUS JAGUARI**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

### QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Participante!

Este questionário tem como objetivo conhecer um pouco sobre qual sua percepção sobre a Assistência Estudantil e a comunicação feita do edital para participar do auxílio permanência, de modo a contribuir para uma pesquisa de mestrado, conforme especificado no TCLE que você assinou.

1 – Dados do Estudante:

Aluno (a): \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Profissão : \_\_\_\_\_

Turma: \_\_\_\_\_ Série: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

2 – Quanto tempo ficou sem estudar, até ingressar no Instituto Federal Farroupilha-Campus São Borja (IFFar) no curso Técnico em Cozinha-EJA/EPT.

- (     ) menos de 5 anos
- (     ) de 5 a 10 anos
- (     ) de 10 a 15 anos
- (     ) mais de 15 anos

3 – Entrou por alguma cota na Instituição do IFFar? Qual?

- (     ) Cota de Escola Pública
- (     ) Cota de Portador de necessidades especiais - PCD
- (     ) Cota Racial
- (     ) Cota por Renda.
- (     ) Outra Cota. Qual? \_\_\_\_\_

4 – Qual o motivo que lhe afastou dos estudos?

- (     ) Trabalho  
 (     ) Família  
 (     ) Saúde  
 (     ) Financeiro  
 (     ) Outros motivos. Quais? \_\_\_\_\_

5 – Estimativa de renda familiar mensal:

- (     ) Menos de 1 salário mínimo  
 (     ) 1 a 2 salários mínimos  
 (     ) 2 a 4 salários mínimos  
 (     ) Mais de 4 salários mínimos

6 – Quais os meios digitais que você utiliza ou tem acesso para se comunicar

- (     ) E- mail  
 (     ) WhatsApp  
 (     ) Redes Sociais. (Facebook, Instagram, etc)  
 (     ) Nenhum  
 (     ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

7 – Você conhece a Assistência Estudantil do Campus São Bora?

- (     ) Sim           (     ) Não

8 – Conhece o Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil?

- (     ) Sim           (     ) Não

9 – Participou em algum momento do processo do Edital de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil?

- (     ) Sim           (     ) Não

10- Se “sim”, encontrou alguma dificuldade? Qual?

\_\_\_\_\_

11 – O Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil no seu entendimento é um fator que colabora para a permanência do estudante na Instituição?

- (     ) Sim  
 (     ) Não  
 (     ) Não sei

12 – Descreva algumas ações que poderiam ser propostas pela Assistência Estudantil que poderiam contribuir e ser mais eficientes na comunicação do Edital do auxílio permanência com os estudantes?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B – ROTEIRO GRUPO FOCAL (PILOTO)



### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### **TEMA:**

O assunto que guiará a discussão do grupo focal será em torno das práxis da cidadania através da percepção dos alunos do EJA/EPT quanto ao auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR Campus São Borja. Duração máxima de 2 horas.

#### **OBJETIVO:**

Avaliar à luz das bases legais e conceituais a percepção dos alunos do EJA/EPT quanto ao auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR Campus São Borja.

O quadro a seguir contém o roteiro que guiará a pesquisadora na condução das perguntas, assim como os intervalos de tempo previstos para a exploração de cada questão, 6 (seis) ao todo, a média de cada tópico será de 20 minutos podendo ser flexibilizado de acordo com o andamento das discussões. As perguntas abaixo mencionadas foram criadas para elucidar as questões e incentivar a discussão. Ao mesmo tempo essas questões têm por finalidade contribuir com objetivo central mencionado acima. São tópicos importantes que podem ser utilizados pela pesquisadora caso julgue pertinente ou não tenham sido contemplados na discussão. Cabe ressaltar, que os participantes foram previamente informados quanto à pesquisa, conforme especificado no TCLE que assinaram anteriormente.

## 1 INÍCIO

1. A moderadora fará sua apresentação, assim como dos objetivos da investigação, a escolha dos integrantes do grupo focal, a duração aproximada do encontro.
2. Divulgação de como procederá os registros da pesquisa, bem como o anonimato dos participantes.
3. Preenchimento do termo de consentimento livre e esclarecido pelos participantes da pesquisa.
4. Propor a ideia de um debate tendo a participação de todos, mas sempre respeitando a vontade dos participantes.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### **a. Qual a sua percepção do que é ser CIDADÃO?**

- a.1 Ser cidadão é só ter direitos e cumprir deveres?
- a.2 Em sua vida, o que lhe faz pensar em prática de cidadania?
- a.3 Você se acha um cidadão atuante, que busca pelos seus direitos e ciente dos deveres?

### **b. O IFFar lhe oportuniza o exercício da cidadania?**

- a.1 Em que momento escolar teve discussões acerca deste tema? Você julga importante esse tipo de discussão dentro da escola?
- a.2 Direitos e deveres é só isso ser cidadão?
- a.3 Você se acha um cidadão atuante, que busca pelos seus direitos e ciente dos deveres?

### **c. Alguém sabe o que é Assistência Estudantil, o seu sentido e onde ela se encontra no Campus São Borja?**

- c.1 Alguma vez vocês tiveram acesso ou curiosidade quanto aos conceitos e as leis que regem a Assistência Estudantil?
- c.2 O auxílio permanência contribuiria de alguma forma para sua permanência e êxito escolar? Por que?
- c.3 Já participaram de alguma seleção através de edital institucional? O que acharam? O que tornaria a sua opinião mais acessível e clara no entendimento?

**d. Como vocês julgam a comunicação quanto a eficiência e a eficácia dos editais de auxílios ofertados pela Assistência Estudantil?**

d.1 Esclareça o que pensam quanto: A divulgação, o acesso e compreensão do edital e a iniciativa por parte dos discentes de buscar informações?

**e. Vocês percebem que a Assistência Estudantil visa minimizar as desigualdades sociais, e que como cidadãos vocês tem o direito e o dever de buscar? O que vocês pensam sobre isso?**

e.1 O auxílio permanência corrobora para mitigar as desigualdades de fato e minimizar a evasão escolar? O que vocês pensam sobre isso?

e.2 Teria outra forma de minimizar a evasão escolar dos estudantes da EJA/EPT?

### **3 CONCLUSÃO**

1. Os Integrantes serão informados que a discussão está se encaminhando para o final.
2. Será solicitado aos participantes, em havendo interesse, poderão expor algum comentário ou observação de algo relacionando ao tema debatido que não fez parte do roteiro, mas que queiram abordar.
3. Agradecimento pela participação.

## APÊNDICE C – PRODUTO



INSTITUTO  
FEDERAL  
Farroupilha



PROFEPT

**ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL - DIÁLOGOS  
CONSTRUTIVOS E SABERES, A PARTIR DO AUXÍLIO  
PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
ENQUANTO PRÁXIS DA CIDADANIA**

**PRODUTO EDUCACIONAL PARA MESTRADO PROFISSIONAL**



VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA  
RICARDO ANTÔNIO RODRIGUES



INSTITUTO  
FEDERAL  
Farroupilha



PROFEPT

**ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL - DIÁLOGOS  
CONSTRUTIVOS E SABERES, A PARTIR DO AUXÍLIO  
PERMANÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
ENQUANTO PRÁXIS DA CIDADANIA**

**PRODUTO EDUCACIONAL PARA MESTRADO PROFISSIONAL**



VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA  
RICARDO ANTÔNIO RODRIGUES  
2024

Ficha catalográfica  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S243r Saraiva, Viviani Aparecida Sasso  
Roteiro para grupo focal : diálogos construtivos e saberes, a partir do auxílio permanência da assistência estudantil enquanto práxis da cidadania / Viviani Aparecida Sasso Saraiva, Ricardo Antônio Rodrigues. – Jaguari: Ed. do Autor, 2024.  
30 p. : il.

Essa obra é um produto educacional para mestrado profissional.

1. Grupo focal. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Cidadania. 4. Comunicação. 5. Tecnologia. 6. Política educacional. I. Rodrigues, Ricardo Antônio. II. Título.

CDU: 001.8  
37.014

Elaborada por:  
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

## ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

### Descrição Técnica do Produto

**Título:** Roteiro para Grupo Focal - Diálogos construtivos e saberes, a partir do Auxílio Permanência da Assistência Estudantil enquanto práxis da cidadania.

**Autora:** Viviani Aparecida Sasso Saraiva  
*Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/5467540500083739>

**Orientador:** Ricardo Antônio Rodrigues  
*Lattes:* <http://lattes.cnpq.br/2052548816755075>

**Área de Conhecimento:** Ensino.

**Público Alvo:** Alunos do 1º, 2º e 3º ano EJA/EPT.

**Categoria deste produto:** Material Textual. (Roteiro para Grupo Focal).

**Imagens:** <https://www.canva.com/>

**Finalidade:** Contribuir e desenvolver aspectos que proporcionarão aos discentes articulação entre os seus conhecimentos, através de trocas dialógicas, que contribuirá para o desenvolvimento dos mesmos. Ainda, possibilitará, direcionar esforços para atender as reais demandas dos alunos que desejam participar do Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil observando a perspectiva de cidadãos, tomando como ponto de partida o conhecimento que têm sobre o assunto.

**Organização do Produto:** Viviani Aparecida Sasso Saraiva

**Divulgação:** eduCAPES.

**Local:** São Borja

**Ano:** 2024

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida desde que citada a fonte.

## SAIBA O QUE VOCÊ IRÁ ENCONTRAR AQUI!

A ideia de roteiro pressupõe a organização de como realizar um grupo focal, tendo um problema bem definido para sua realização. O material que desenvolvemos através da pesquisa destinou-se aos alunos da EJA/EPT. Contudo, você poderá adaptá-lo conforme a necessidade demandada a outros alunos, pois fornecemos dados suficientes e, de forma sucinta, que permitirá aplicar o roteiro com públicos diversos, por ser de fácil realização e condução.

Aqui você encontrará sugestões para que você possa desenvolver e, até mesmo elaborar seu Grupo Focal, tomando por base os caminhos que propomos.

Nas páginas que seguem você encontrará informações que irão ajudá-lo (a) na realização de um Grupo Focal em que você irá buscar conhecer os alunos tendo como princípio a dialogicidade e a construção de uma educação mais democrática e cidadã.

Desejo uma excelente leitura e aplicação do Grupo Focal!

Viviani Aparecida Sasso Saraiva



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
Objetivo e justificativa	6
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1 - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS SÃO BORJA</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 2 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 3 - TÉCNICO EM GASTRONOMIA MODALIDADE - EJA/EPT NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 4 - O que é Grupo Focal?</b>	<b>11</b>
4.1 Como organizar um Grupo Focal?	12
4.2 Temas propostos para o Grupo Focal	13
4.3 Início do roteiro para realização do Grupo Focal	22
4.4 Desenvolvimento	24
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>



## INTRODUÇÃO

5

Este material é o produto educacional construído a partir da dissertação de mestrado intitulada **“PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUA RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E O ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA”**, elaborado no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Farroupilha - Campus Jaguarí. O ProfEPT é um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação Profissional e Tecnológica com um curso de mestrado ofertado em rede nacional, pertencente a Área de Ensino pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação. Seu objetivo é de proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, sendo este, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (Regulamento Geral do Programa, 2023).

O nosso produto trata-se de um roteiro de Grupo Focal, que contém sugestões para a sua organização e a condução, além de conter referências teóricas para dar o suporte necessário ao mediador. Queremos fornecer um material que contribua com a aplicação do Grupo Focal, tendo como temas centrais a **Cidadania, Tecnologia e a Comunicação**. Tendo como problema: Será que os discentes do EJA/EPT têm a percepção do auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR - Campus São Borja, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania e a sua permanência e êxito escolar?

Está vinculado a **linha de pesquisa** de práticas educativas em educação profissional e tecnológica (EPT). **Macroprojeto 2**, inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT.



## OBJETIVO

6

Contribuir e desenvolver aspectos que proporcionarão aos discentes articulação entre os seus conhecimentos, através de trocas dialógicas, direcionando esforços para atender as reais demandas dos alunos que desejam participar do Auxílio Permanência ofertado pela Assistência Estudantil, tomando como perspectiva a possibilidade de desenvolver cidadãos conscientes. E assim, oferecer um serviço público de qualidade que atenda de fato aqueles que mais necessitam.

## JUSTIFICATIVA

Após a compilação e a análise dos resultados com o questionário aplicado aos discentes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, a realização do Grupo Focal no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja, evidenciou-se a necessidade de organizar um Roteiro de Grupo Focal. Possibilidade que permitirá conhecer os alunos, suas necessidades e inclusive avaliar a comunicação entre a Assistência Estudantil e os discentes, detectando possíveis falhas de comunicação, assim como, verificar e avaliar os serviços prestados tanto pela Instituição, como pela Assistência Estudantil. Ainda, permite discutir temas e observar as demandas dos discentes na perspectiva de promover melhorias e buscar métodos comunicativos que consigam atendê-los de forma eficiente e eficaz.



## APRESENTAÇÃO

7

### Sobre os autores



#### VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA

POSSUI GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS PELA UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA - URCAMP, SÃO BORJA, ESPECIALISTA EM GESTÃO ESTRATÉGICA PELO INSTITUTO CENECISTA DE ENSINO SUPERIOR DE SANTO ANGELO. SERVIDORA PÚBLICA NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS SÃO BORJA, ATUANDO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

#### RICARDO ANTÔNIO RODRIGUES

LICENCIADO EM FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E PSICOLOGIA. ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DO ENSINO PELA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. MESTRE EM ÉTICA E FILOSOFIA SOCIAL PELA UNISINOS. DOUTOR EM FILOSOFIA NA ÁREA DE METAFÍSICA E EPISTEMOLOGIA PELA PUCRS. PÓS-DOUTOR EM FILOSOFIA NA ÁREA DE FILOSOFIA POLÍTICA. PROFESSOR DE FILOSOFIA NO IFFAR CAMPUS JAGUARI, MEMBRO PERMANENTE DO QUADRO DE DOCENTES DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT.



## CAPÍTULO - 1

8

### INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS SÃO BORJA

Vamos conhecer um pouco sobre o Campus São Borja. Iniciou suas atividades no dia 15 de março de 2010. Ofertando uma educação científica, tecnológica e profissionalizante gratuita para a comunidade são-borjense e região, através de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente os cursos ofertados pelo Campus São Borja são: cursos Técnicos Integrados ao ensino médio; em Eventos e Informática. Técnico de nível médio subsequente, Cozinha e em Logística. Curso de Graduação, Tecnologia em Gestão de Turismo, Gastronomia, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática. Curso Técnicos na modalidade de Jovens e Adultos (EJA/EPT) em Gastronomia. Pós-Graduação-Especialização em Ensino de Ciências da Natureza, de Matemática e suas Tecnologias.



## CAPÍTULO - 2

9

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

O processo da expansão da Educação Profissional e Tecnológica, teve em sua constituição muitas finalidades, dentre elas, ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, na intenção de propiciar o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Ainda, nesse sentido, democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de qualificação profissional para regiões distantes dos grandes centros.

O Decreto nº 5.840, de 13 de Julho de 2006, consta a obrigatoriedade da oferta da EJA nas Instituições federais, garantindo assim o acesso à educação a todos que não tiveram a oportunidade de dar continuidade e concluir seus estudos na idade legal dita como certa. Assim, o IFFar visa uma formação humana, no seu sentido mais amplo, oferecendo o acesso à educação através de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos ao longo da história pela humanidade, integrada a uma formação profissional. Esta formação proposta permitirá compreender o mundo e a si mesmo, para que nele possa atuar, buscando melhorias de suas próprias condições de vida e na construção de uma sociedade mais justa.



## CAPÍTULO - 3

10

**TÉCNICO EM GASTRONOMIA MODALIDADE - EJA/EPT NO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

Após a contextualização o curso da EJA/EPT ofertado pelo Campus São Borja, vale resaltar que sua modalidade é presencial. Seu ato de criação foi através da Resolução nº 39, de 8 de outubro de 2010, a qual, foi retificada pela Resolução nº 45, de 20 de junho de 2013. A quantidade de vagas ofertadas são 30, no turno noturno. A carga horária dessa modalidade de curso é de 2.400 horas. Estas informações foram retiradas do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), (BRASIL, 2022, p.6).

Inicialmente o curso era chamado de Técnico em Cozinha - PROEJA. Em 2022 passou a ser chamado de Técnico em Gastronomia EJA/EPT através da Resolução do CONSUP nº 39, em decorrência da legislação nacional. Essa definição ocorreu na reunião no dia 14 de julho de 2022, que aprovou por unanimidade a alteração da nomenclatura. Na Ata nº 4, consta o deferimento para a troca do nome, assim como a justificativa. De modo que, foi realizado um ajuste no perfil do egresso, por conta da proposta dessa alteração da nomenclatura, para atender a habilitação em Gastronomia, bem como um ajuste curricular referente à sua oferta e as atualizações necessárias no Projeto Pedagógico do Curso.



## CAPÍTULO - 4

11

## O QUE É GRUPO FOCAL?

O Grupo Focal é uma metodologia de entrevista onde ocorre uma exposição oral específica e espontânea dos envolvidos. Esta técnica fomenta interações de um grupo sobre um tema proposto, juntamente com os debates suscitados entre os participantes. (POMMER; POMMER, 2014, p. 10).

A técnica do Grupo Focal possibilita trocas mútuas de informações, oriundas das experiências vividas pelos participantes, em consonância com o objeto de estudo, assim como, a compreensão de atitudes e comportamentos de cada grupo estudado.

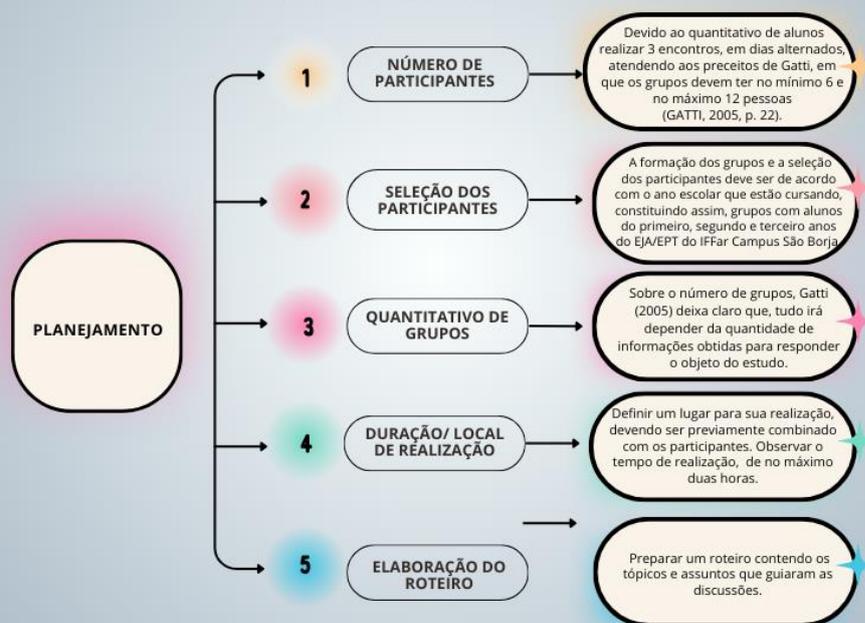
Na sequência apresentaremos um esquema resumido de como organizar e planejar o Grupo Focal, sendo que a figura 1 servirá de suporte para o seu planejamento. Cada tópico contém informações relevantes que irão lhe auxiliar tanto para a aplicação deste Grupo Focal, quanto na possibilidade de elaboração de outros.



## 4.1 COMO ORGANIZAR O GRUPO FOCAL?

12

Figura 1 - Planejamento do Grupo Focal



## 4.2 TEMAS PROPOSTOS PARA O GRUPO FOCAL

13



01

**CIDADANIA**

02

**COMUNICAÇÃO**

03

**TECNOLOGIA**

14

## ESCOLHA DO TEMA DO GRUPO FOCAL

O tema que guiará o Grupo Focal merece destaque, pois todo o seu planejamento visa buscar informações e avaliações sobre o tema proposto. Assim, o foco do planejamento deve observar a quem se destina a aplicação dessa ferramenta. Com isso, o mediador conduzirá o roteiro na intenção de responder as questões que desencadearam a necessidade de compreender as percepções dos indivíduos que irão participar e manifestar suas opiniões sobre o tema proposto.

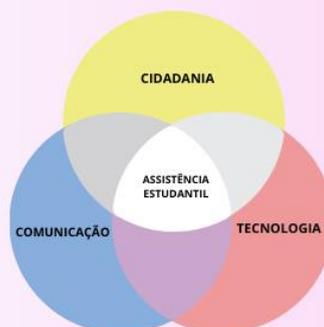
Desse modo, a nossa proposta para a realização do Grupo Focal envolve os seguintes temas: **Cidadania, Comunicação e Tecnologia.**



## AS INTERSECÇÕES PRESENTES NOS TEMAS

15

Figura 2 - Representação das relações entre as categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

A figura 2 ilustra as relações em que a Assistência Estudantil conversa com as categorias de cidadania, comunicação e tecnologia. Por esse motivo, tornando-se o ponto de encontro, ou seja, a intersecção. Além disso, Freire (1987, 1998, 2017), Nussbaum (2015) e Arendt (2009), exaustivamente trazem essa perspectiva em suas obras, em que para se ter uma educação que de fato vise minimizar as desigualdades sociais e colaborar com a permanência e êxito dos alunos, não podemos isolá-las. A partir dos aspectos observados até aqui será possível perceber as possíveis conexões existentes em relação a pertinência da abordagem desses temas dentro da escola. Esse processo permitirá reflexões que promoverão um movimento de conscientização a favor daqueles que necessitam usufruir das políticas públicas.

## QUAL CIDADANIA TRAREMOS PARA A REFLEXÃO?

16



01

### CIDADANIA

Para entendermos qual a percepção de cidadania os alunos da Educação de Jovens e Adultos têm, traremos a percepção de Freire (2017, p.91), pois, para ele, a leitura de mundo trazida pelos indivíduos permite descobrir e entender os fatos, assim como, os que observamos e analisamos. Buscamos a possibilidade de uma leitura crítica, fundamentada na realidade trazida por estes alunos e as suas leituras de mundo. Dessa forma, os resultados e as discussões terão uma proximidade entre o real e o ideal, considerando o público que se destina o Grupo Focal.

Antes de podermos planejar um sistema educacional, precisamos entender os problemas que enfrentamos para transformar os alunos em cidadãos responsáveis que possam raciocinar e fazer uma escolha adequada a respeito de um grande conjunto de temas de importância nacional e internacional (Nussbaum, 2015, p. 27).

Diante disso, podemos entender que a construção da cidadania faz parte de um processo cotidiano, pois vivemos em sociedade e, quando unida a educação, toma força e nos faz acreditar na possibilidade da humanidade se desenvolver de uma maneira mais igualitária. O propósito é oferecer as mesmas condições e possibilidades a todos. Parece algo utópico, haja vista que, em uma sociedade onde predomina o capitalismo, os interesses priorizam a obtenção do lucro e do poder. Dessa forma, temos mais um motivo para termos cidadãos cientes e conscientes, capazes de lutar pelos seus direitos presentes na legislação e, ir em busca de uma vida digna, tomando como força de direcionamento o conhecimento e sua busca incessante.



01

**CIDADANIA**

17

Paulo Freire nos presentia com consideráveis contribuições ao debate com a introdução de sua pedagogia, chamando a atenção para o fato de que o desenvolvimento educacional deve acontecer contextualizado às necessidades das pessoas educadas, “com” elas e não “para” elas. Percebe-se nas ideias de Freire a implantação de uma **pedagogia dialógica e contextual**, que faz o aluno refletir sobre seu papel social, sua capacidade de mudar a si mesmo e mudar a realidade social (leitura de mundo), que imputa a pobreza e a exclusão e o usufruto de bens sociais.

Essa é uma realidade nas turmas da EJA. Considerá-la como problema, a ser questionado em busca de práticas que levem em conta o perfil dos alunos. Freire sempre enfatizou a necessidade de saber quem é o sujeito da EJA, para assim promover o desenvolvimento de seus saberes e práticas como ferramenta para ajudar a posicionar-se no mundo.

A partir desse pressuposto somos conduzidos a outro. Presume-se que para se ter cidadania é preciso exercê-la. A prática cidadã, assim como, as reivindicações são atos de um processo, o qual nos leva a esperar uma sociedade melhor e mais justa. O problema surge quando “As pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos dos direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos (Covre, 1991, p. 11).



01

**CIDADANIA**

18

Por esta razão que o Grupo Focal através do diálogo e da reflexão, oportunizará conhecer o entendimento que cada grupo tem sobre os temas propostos de cidadania, comunicação e tecnologia. Permitindo ajudá-los de maneira mais assertiva, entendendo suas reais necessidades e dificuldades.

Assim, o professor exerce um papel fundamental nesse processo que vai além de desenvolver conteúdos curriculares em sala de aula, existem outros valores que muitas vezes não estão presentes no currículo e que precisam ser trabalhados na intenção de entregar para a sociedade indivíduos autônomos, criativos, críticos capazes de viver em sociedade de forma ativa e participativa.

A compreensão do ser social, da vida em sociedade, dos direitos e deveres e do seu papel contributivo dentro da sociedade está presente nas discussões trazidas por Carvalho (2012, p. 10) que diz;

[...] Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos.

A partir do momento que os alunos conseguem entender os seus direitos e deveres dentro do Instituto Federal Farroupilha, ambiente escolar, estaremos colaborando para o desenvolvimento desses alunos como cidadãos, possibilitando desenvolver o conhecimento desses conceitos associado-os a possibilidade de praticá-los.



02

**COMUNICAÇÃO**

19

**QUAL COMUNICAÇÃO ABORDAREMOS?**

A teoria defendida por Habermas (1987) do agir comunicativo apresenta uma relação entre a práxis e a racionalidade, baseada na argumentação e contra argumentação, na intersubjetividade e na procura de validade e consenso na comunicação (Habermas, 1990, p. 81). De modo que, segundo ele, a gente é, em relação ao outro, não considerando a alteridade do outro, ou seja, suas diferenças. Usa o Eu como critério, como um espelho por exemplo, o qual esperamos que o outro seja um reflexo de nós mesmos. Precisamos ouvir e entender as perspectivas do outro sem interferir com pressuposições. Queremos propor um momento de reflexão, onde evidenciamos o motivo que nos levou a fazer a aproximação entre educação, comunicação e cidadania. Ocorre que, quando relacionamos a educação, a comunicação e a cidadania, trazemos a perspectiva de que o ensino não é apenas uma ferramenta de empoderamento do sujeito em relação a si, aos outros ou ao mundo, mas de reconstituição do corpo como linguagem de mediação e não como fim ou tabu. A linguagem e a própria linguagem em torno dela como a busca da transcendência para conceitos que contemplan o respeito ao outro a diferença os componentes básicos para um agir que não exclua ninguém e não permita a própria exclusão (Rodrigues, 2019, p. 24).



03

**TECNOLOGIA**

20

**QUAIS TECNOLOGIAS IREMOS FALAR?**

Precisamos partir do pressuposto de Freire, em que precisamos conhecer nossos alunos. Identificando assim, se sabem utilizar ferramentas tecnológicas e, se ao utilizá-las irá colaborar com as práticas dentro e fora da sala de aula. Pois, não podemos generalizar como se todos tivessem o mesmo acesso e a mesma compreensão de seu uso.

Figura 3 – Equipamentos utilizados por estudantes e finalidade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.



### 03 TECNOLOGIA

21

A figura 3 traz dados quanto ao uso do celular em 2021 apresentados pelo IBGE, em que a população de 10 anos ou mais de idade utiliza a Internet, o meio de acesso indicado por maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular (98,8%), seguido, em menor medida, pela televisão (45,1%), pelo microcomputador (41,9%) e pelo tablet (9,3%). Esse cenário também foi observado em relação ao domicílio, entre 2019 e 2021, houve aumento do uso da televisão para acessar a Internet (12,9 p.p.) e redução do uso do microcomputador (4,3 p.p.) e do tablet (1,6 p.p.) (IBGE, 2022, p.9).

Os resultados obtidos através da pesquisa mostram que as tecnologias estão presentes em quase todos os lares brasileiros. A Internet era utilizada em 90,0% dos domicílios do País em 2021, apresentando um aumento de 6,0 pontos percentuais em relação a 2019. A crescente utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana (IBGE, 2022, p.5). Desse modo, precisamos buscar informações junto aos alunos da EJA/EPT se essa realidade se aplica a eles.

O aumento do uso das tecnologias pelas famílias brasileiras é notório, entretanto, precisamos escutar a realidade dos alunos, para que possamos entender suas necessidades e, utilizar as tecnologias de uma maneira assertiva dentro de suas possibilidades, para que estas não se tornem ferramentas que no lugar de incluir, sejam excludentes e anti-democráticas.



### 4.3 Início do roteiro do GRUPO FOCAL

22

A seguir apresentamos um roteiro que guiará o mediador na condução das perguntas, assim como os intervalos de tempo previstos para a exploração de cada questão. Inicialmente serão 4 perguntas para conhecer um pouco dos participantes. Na sequência teremos perguntas centrais que guiarão as discussões, cada tópico terá aproximadamente 10 minutos podendo ser flexibilizado de acordo com o andamento das discussões.

As perguntas abaixo foram criadas para elucidar as questões e incentivar a discussão, com a finalidade de contribuir com objetivo central. São tópicos importantes que podem ser utilizados caso o mediador julgue pertinente, e caso as questões não tenham sido contempladas na discussão.

- 
1. Quando iniciar o Grupo Focal o moderador deve apresentar-se, assim como, os objetivos da realização do encontro, o motivo da escolha dos integrantes do grupo focal e a sua duração aproximada.
  2. Divulgar como procederá os registros do encontro ( anotações, gravação, etc).
  3. Propor a ideia de um debate tendo a participação de todos, mas sempre respeitando a vontade dos participantes.
  4. Observar sempre os preceitos éticos para a realização e condução.
  5. Quanto mais a vontade os participantes se sentirem e entenderem o motivo da realização do Grupo Focal, mais respostas o moderador conseguirá.



## CONHECENDO OS PARTICIPANTES

23

 Lembre-se ! Você deve anotar os registros para analisá-los depois!



1. Qual turma está sendo realizado o Grupo Focal?

1º ano EJA/EPT     2º ano EJA/EPT     3º ano EJA/EP

2. Quanto tempo ficaram sem estudar até ingressarem no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja ( IFFar), no curso Técnico em Cozinha-EJA/EPT?

\*

menos de 5 anos     de 5 a 10 anos     de 10 a 15 anos     mais de 15 anos

3. Quem de vocês trabalha e estuda?     trabalha     não trabalha

4. Quais as dificuldades de trabalhar e estudar na opinião de vocês?

   
 ideas



### DICA

Além de fazer as anotações de trechos importantes, anote o quantitativo de alunos que responderem as perguntas, isso lhe trará informações importantes!



## 4.4 DESENVOLVIMENTO

24



### CIDADANIA

#### a. Vamos conversar um pouco sobre o que é ser CIDADÃO?

- a.1 Ser cidadão é só ter direitos e cumprir deveres?
- a.2 Em nossas vidas, o que faz pensar em prática de cidadania?
- a.3 Será que somos cidadãos atuantes, que buscam pelos seus direitos e cientes dos deveres?

#### b. O IFFar oportuniza o exercício de cidadania? Em que momento?

- a.1 Em que momento escolar tivemos discussões acerca deste tema?
- a.2 Para nós é importante esse tipo de discussão dentro da escola?
- a.3 Direitos e deveres, é só isso ser cidadão?
- a.4 O fato de voltar a estudar, é um ato de cidadania? por quê?

#### c. Alguém sabe o que é Assistência Estudantil, o seu sentido e onde ela se encontra no Campus São Borja?

- c.1 Alguma vez tiveram acesso ou curiosidade quanto aos conceitos e as leis que regem a Assistência Estudantil? Por quê?
- c.3 Já participaram de alguma seleção através de edital institucional? Acharam alguma dificuldade? Qual?
- c.4 Conhecem o auxílio permanência? Será que sabemos como ele funciona?
- c.2 O auxílio permanência contribuiria de alguma forma para permanência e êxito escolar dos alunos? Por quê?
- c.5 O que tornaria mais acessível e claro o entendimento do edital?



25

## COMUNICAÇÃO

### d. Qual o papel da comunicação na vida em nossas vidas?

- d.1 Como julgamos a comunicação da Assistência Estudantil com os alunos?
- d.2 Como podemos fazer para melhorar a comunicação da Assistência?
- d.3 E, quanto a eficiência e a eficácia da comunicação dos editais de auxílios ofertados pela Assistência Estudantil?
- d.4 Esclareçam o que pensam quanto: A divulgação, o acesso e compreensão do edital?
- d.5 E, quanto a iniciativa por parte dos discentes de buscar informações? Existe?



## TECNOLOGIA

### e. Quais meios digitais utilizamos para nos comunicar?

- e.1 Quem utiliza e tem acesso a internet em casa?
- e.2 Quais as maiores dificuldades para utilizar as tecnologias, como por exemplo: celular, computador, internet etc ?
- e.3 Qual a maneira de comunicação seria a melhor para divulgar e tirar dúvidas com a turma?



26

## CONCLUSÃO

1. Os participantes devem ser informados que a discussão está se encaminhando para o final.
2. Será solicitado aos participantes que, havendo interesse, poderão expor algum comentário ou observação relacionada ao tema debatido que não fez parte do roteiro, mas que queiram abordar.
3. Envio/ entrega aos alunos a avaliação da atividade realizada do Grupo Focal. Link:  
<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfmwg3I9dm1i7r87LdTsBBQT7vktyO04xEVI6u7wXijBFWngg/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0> .

OBS: O formulário poderá ser enviado por WhatsApp, ou entregue aos participantes conforme a necessidade demandada. Caso o link seja enviado para o celular dos participantes, há a possibilidade de esperar a avaliação e já se obter o resultado de forma rápida, contudo se os participantes apresentarem dificuldades há ainda a possibilidade de entregar impresso e recolher e, depois realizar as análises das respostas.

4. Agradecimento pela participação.



## AVALIAÇÃO - Grupo Focal

27



### Link:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfmwg3l9dm1i7r87LdTsB BQT7vntyO04xEVI6u7wXijBFWng/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0>

**Avaliação da participação no Grupo Focal**

Olá caros alunos, sou Viviani Aparecida Santos Saraiva e mais uma vez conto com a colaboração de vocês para o sucesso da pesquisa que realizei com vocês no final do primeiro semestre de 2023. Queremos construir juntos um processo comunicativo entre a Assistência Estudantil e vocês. Onde haja uma melhor compreensão dos serviços prestados e a sua participação nos editais ofertados.

viviani.saraiva@iffarroupilha.edu.br [Mudar de conta](#)

\* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail \*

Seu e-mail

Qual seu Ano na EJA/EPT? \*

1º Ano  
 2º Ano  
 3º Ano

1. Que personalidade importante que admira e que gostaria de ser chamado? \*

Não esqueça de preencher!

Sua resposta

2. Marque a opção que achar mais adequada ao seu grau de satisfação em participar do Grupo Focal que você participou. O tema abordado era sobre a Assistência Estudantil e o auxílio permanência.

Muito satisfeito Satisfeito Neutro Insatisfeito Muito insatisfeito

1 2 3 4 5

Muito Satisfeito      Muito Insatisfeito

3. O tema foi relevante e conseguiu satisfazer suas expectativas? \*

Muito satisfeito Satisfeito Neutro Insatisfeito Muito insatisfeito

1 2 3 4 5

Muito Satisfeito      Muito Insatisfeito

4. Quanto ao tempo de realização do Grupo Focal? \*

Muito satisfeito Satisfeito Neutro Insatisfeito Muito insatisfeito

1 2 3 4 5

Muito Satisfeito      Muito Insatisfeito

5. Gostaria de agradecer a sua participação e dizer que juntos iremos construir um mundo mais justo e igualitário, cada um dando a sua parcela de contribuição. Se quiser deixar uma mensagem para os próximos alunos, ou para a pesquisadora fica aqui o espaço. Obrigada!

Sua resposta

Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido.

Enviar Página 1 de 1 [Limpar formulário](#)

Notas: este formulário foi criado pelo Formulário Google.

INCAPTADA Desativada

Este formulário foi criado em Instituto Federal Farroupilha. [Ver mais detalhes](#)

Google Formulários

## REFERÊNCIAS

28

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Gastronomia Integrado EJA/EPT (PROEJA)**. São Borja: Reitoria, 2022. Disponível em: [file:///D:/Users/Dell/Downloads/PPC\\_Gastronomia\\_EJA\\_EPT\\_SB\\_2023%20\(7\).pdf](file:///D:/Users/Dell/Downloads/PPC_Gastronomia_EJA_EPT_SB_2023%20(7).pdf). Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Instituto Federal do Espírito Santo. **Regulamento Geral -2023**. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Dispõe sobre a Instituição, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/8369-plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

29

BRASIL. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução Conselho Superior n° 12, de 30 de março de 2012**. Aprova a Política da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://www.IFFarroupilha.edu.br/component/k2/item/317?layout=item&Itemid=778#pol%C3%ADticas>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COVRE, M. de L. M. **O que é Cidadania?** São Paulo: Editora brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e Educação Popular. Organização: Ana Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf). Acesso em: 5 dez. 2022.

30

HABERMAS, J. **Racionalidade e Comunicação**. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa**: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987b. Tomo II

HABERMAS, J. **Teoria de la Acción Comunicativa**: racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987a. Tomo I.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

MATAS, A. Design do formato de escala tipo Likert: um estado da arte. **REDIE**, Ensenada, v. 20, n. 1, p. 38-47, mar. 2018.

Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1607-40412018000100038&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-40412018000100038&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 02 fev. 2024.

NUSSBAUM, M. C. Educação para o lucro, Educação para a Liberdade. **Revista Redescritões** – Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana, ano 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescritoes/article/view/14390/9627>. Acesso em: 14 out. 2023.

NUSSBAUM, M. C. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São. Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

## ANEXO A – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, responsável pelo Instituto Federal Farroupilha, autorizo a realização do **estudo PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, IMPLEMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA.** - a ser conduzido pela pesquisadora Viviani Aparecida Sasso Saraiva, SIAPE 2222011, lotada no IFFar - Campus São Borja, orientada pelo professor Ricardo Antônio Rodrigues SIAPE 2146428, lotado no IFFar - Campus Jaguari.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, bem como declaro a existência de infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa e para atender eventuais problemas dela resultantes. Conforme IN 011/2020 da PRPPGI do IFFar.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e com termo de responsabilidade, previsto no artigo 61 do decreto n. 7.724/2012, assinado pelo requerente.

São Borja, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

Assinatura e carimbo

## **ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA O QUESTIONÁRIO**

**Pesquisador Responsável:** Viviani Aparecida Sasso Saraiva

**Telefone para Contato:** (55) 996313716

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

**Telefone para Contato:** (55) 99963-6498

**E-mail:** ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br.

**IF Farroupilha - *Campus Jaguari***

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

**E-mail do Pesquisador Responsável:** viviani.saraiva@IFFarroupilha.edu.br

**Prezado(a) participante!**

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, IMPLEMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA**”. Objetiva-se levantar dados que possibilitem analisar a percepção e o entendimento dos discentes do Instituto Federal Farroupilha acerca das bases conceituais e legais quanto o auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR.

**Metodologia:** A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa. A pesquisa será realizada em duas etapas: Na primeira etapa será encaminhado um questionário via Google Forms, para o seu e-mail contendo questões abertas e fechadas. Na segunda etapa você será convidado a participar de um Grupo Focal o qual será gravada utilizando um aparelho de áudio-gravação (telefone móvel - celular) e posteriormente transcrita.

A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do(a) participante. Em qualquer momento do estudo, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Você é livre para não aceitar a participar, ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Os dados serão coletados automaticamente de forma on-line. Você tem toda a liberdade para optar por sua participação voluntária no estudo, bem como pela desistência, em qualquer momento da pesquisa. A decisão em não participar da pesquisa ou eventual desistência não acarretará em nenhum prejuízo ao pesquisador ou à instituição proponente.

Embora talvez você não tenha benefícios diretos pela participação, de forma indireta estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Durante o preenchimento do questionário, caso você tenha dúvidas ou sinta qualquer desconforto decorrente da pesquisa, poderá a qualquer momento entrar em contato e solicitar o auxílio da pesquisadora que estará à disposição do participante e fará os encaminhamentos necessários.

Em nenhum momento, durante a análise e divulgação dos resultados, você terá sua identidade exposta. Ela identidade será mantida no mais absoluto sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Os dados coletados constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador do projeto por cinco anos. Depois desse prazo, os dados serão destruídos.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) através do telefone (55) 996313716 e/ou (55) 99963-6498 ou pelos e-mails: [viviani.saraiva@IFFarroupilha](mailto:viviani.saraiva@IFFarroupilha) e/ou [ricardo.rodriques@IFFarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodriques@IFFarroupilha.edu.br).

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e confirmo que Viviani Aparecida Sasso Saraiva, inscrita no CPF nº 984.403.570-87 e RG nº 1060966494, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e Assinatura do participante da pesquisa

São Borja, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Viviani Aparecida Sasso Saraiva  
CPF 984.403.570-87  
Pesquisadora Responsável

**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)  
PARA O GRUPO FOCAL**

**Pesquisador Responsável:** Viviani Aparecida Sasso Saraiva

**Telefone para Contato:** (55) 996313716

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

**Telefone para Contato:** (55) 99963-6498

**E-mail:** ricardo.rodrigues@IFFarroupilha.edu.br.

**IF Farroupilha - *Campus Jaguari***

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

**E-mail do Pesquisador Responsável:** viviani.saraiva@IFFarroupilha.edu.br

**Prezado(a) participante!**

Sou estudante do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal, Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Jaguari. Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, IMPLEMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA”, que fará grupos focais, Objetiva-se levantar dados que possibilitem analisar a percepção e o entendimento dos discentes do Instituto Federal Farroupilha acerca das bases conceituais e legais quanto o auxílio permanência da Assistência Estudantil do IFFAR, enquanto possibilidade de contribuição para a formação da cidadania, assim como consolidação dos processos de Acesso, Permanência e Êxito no IFFAR.

Serão previamente marcados data e horário para os encontros do grupo focal, o qual será gravado utilizando um aparelho de áudio-gravação (telefone móvel - celular) e posteriormente transcrita, assim como a utilização de um diário de campo. Estes grupos serão realizadas no Instituto Federal Farroupilha, no Campus São Borja.

Você tem toda a liberdade para optar por sua participação voluntária no estudo, bem como pela desistência, em qualquer momento da pesquisa. A decisão em não participar da pesquisa ou eventual desistência não acarretará em nenhum prejuízo ao pesquisador ou à instituição proponente.

Embora talvez você não tenha benefícios diretos pela participação, de forma indireta estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Durante a realização do grupo focal, caso você tenha dúvidas ou sinta qualquer desconforto decorrente da pesquisa, poderá a qualquer momento solicitar o auxílio da pesquisadora que estará à disposição do participante e fará os encaminhamentos necessários.

Em nenhum momento, durante a análise e divulgação dos resultados, você terá sua identidade exposta. A identidade será mantida no mais absoluto sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). Os dados coletados constituirão um banco de dados que ficará sob a guarda do pesquisador do projeto por cinco anos. Depois desse prazo, os dados serão destruídos.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) através do telefone (55) 996313716 e/ou (55) 99963-6498 ou pelos e-mails: [viviani.saraiva@IFFarroupilha](mailto:viviani.saraiva@IFFarroupilha) e/ou [ricardo.rodriques@IFFarroupilha.edu.br](mailto:ricardo.rodriques@IFFarroupilha.edu.br).

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e confirmo que Viviani Aparecida Sasso Saraiva, inscrita no CPF nº 984.403.570-87 e RG nº 1060966494, explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa. Estou consciente que posso deixar a pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Nome completo e Assinatura do participante da pesquisa

São Borja, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Viviani Aparecida Sasso Saraiva  
CPF 984.403.570-87  
Pesquisadora Responsável

**ANEXO D – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS (TCD)**

**Título do Projeto: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO EJA SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, IMPLEMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM A PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR- CAMPUS SÃO BORJA.**

**Pesquisador Responsável:** Viviani Aparecida Sasso Saraiva

**Telefone para Contato:** (55) 996313716

**Local de coleta de dados:** IF Farroupilha - *Campus São Borja*

**Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)**

**E-mail do Pesquisador Responsável:** viviani.saraiva@IFFarroupilha.edu.br

O autor do presente projeto assume o compromisso de manter e preservar a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações relacionadas à privacidade dos participantes deste estudo, cujos dados serão coletados através de questionário e da realização de grupo focal, realizada pelo pesquisador, o qual ocorrerá somente a partir da aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, somente após a

Compromete-se, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e que não serão socializadas em formato que venha identificar os participantes do presente estudo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do autor do presente estudo.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ com o número do CAAE \_\_\_\_\_.

São Borja, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

VIVIANI APARECIDA SASSO SARAIVA  
Pesquisador Responsável